

A stylized, monochromatic illustration in shades of gray and black. It depicts various historical and modern figures and symbols. On the left, a soldier in a military uniform and cap holds a rifle. In the center, a large flag with stars is visible. On the right, a figure in a military uniform is shown. At the bottom, a crowd of people is depicted, with a figure in a striped shirt and a Star of David on their chest. The overall style is graphic and symbolic, representing the intersection of history and contemporary events.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Geraldo Antonio Soares

Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino a Distância

História
Licenciatura

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Ensino a Distância

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Geraldo Antonio Soares

Vitória
2016

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

Diretoria de Educação a Distância**DED/CAPES/MEC**

Jean Marc Georges Mutzig

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO****Reitor**

Reinaldo Centoducatte

Secretária de Ensino a Distância – SEAD

Maria José Campos Rodrigues

Diretor Acadêmico – SEAD

Júlio Francelino Ferreira Filho

Coordenadora UAB da UFES

Teresa Cristina Janes Carneiro

Coordenadora Adjunta UAB da UFES

Maria José Campos Rodrigues

**Diretor do Centro de Ciências
Humanas e Naturais (CCHN)**

Renato Rodrigues Neto

Coordenador do Curso de Graduação Licenciatura em História – EAD/UFES

Geraldo Antonio Soares

Revisora de Linguagem

Fernanda Scopel Falcão

Designer Educacional

Otávio Lube

Design Gráfico

Laboratório de Design Instrucional – SEAD

SEAD

Av. Fernando Ferrari, nº 514
CEP 29075-910, Goiabeiras
Vitória – ES
(27) 4009-2208

Laboratório de Design Instrucional (LDI)**Gerência**

Coordenação:

Letícia Pedruzzi Fonseca

Equipe: Giulliano Kenzo Costa Pereira

Patrícia Campos Lima

Diagramação

Coordenação:

Geyza Dalmásio Muniz

Equipe:

Elisa Pittol

Ilustração

Coordenação:

Priscilla Garone

Equipe:

André Veronez

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S676h

Soares, Geraldo Antonio, 1959-

História contemporânea / Geraldo Antonio Soares. - Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2016. 93 p. : il. ; 30 cm

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-63765-42-0

1. História moderna - Séc. XIX. 2. História moderna - Séc. XX. 3. Guerra mundial, 1914-1918. 4. Guerra mundial, 1939-1945. I. Título.

CDU: 94(100)



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuem ao autor o devido crédito pela criação original.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.



SUMÁRIO

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 Imagem 2 Imagem 3 Imagem 4 Imagem 5 Imagem 6 Imagem 7 Imagem 8 Imagem 9 Imagem 10 Imagem 11 Imagem 12

12 24 25 35 37 43 55 62 68 75 81 82

Imagem 1: Jacques Louis David (entre 1805-1807), Consagração de Napoleão I e coroação da imperatriz Josefina na catedral Notre Dame de Paris em 2 de dezembro de 1804.

Imagem 2: Provost (1862), Demolições em Paris (Ile de la Cité): aspecto atual dos trabalhos.

Imagem 3: Édouard Detaille (1877). Oficiais alemães prestam homenagem aos prisioneiros franceses feridos.

Imagem 4: Uma trincheira britânica em Ovillers-La Boisselle (França), durante a batalha do Somme em julho de 1916. Os homens fotografados pertencem ao 11º batalhão do regimento de Cheshire. Uma sentinela monta a guarda enquanto os outros soldados dormem. Fotografia de Ernest Brooks.

Imagem 5: Assalto francês às posições alemãs em Champagne, França, 1917.

Imagem 6: Manifestação a favor da paz em Petrogrado (São Petersburgo) em 17 de dezembro de 1917.

Imagem 7: Marcha sobre Roma, 28 de outubro de 1922

Imagem 8: Congresso do Partido Nazista em Nuremberg em 8 de setembro de 1936.

Imagem 9: Autor desconhecido (entre 1929 e 1934). Como parte da deskulakização, um desfile com os cartazes: “Vamos liquidar os Kulaks como classe” e “Tudo pela luta contra os sabotadores da agricultura”.

Imagem 10: Invasão da Polônia em setembro de 1939.

Imagem 11: Soldados russos contra-atacando na batalha de Moscou em 1941.

Imagem 12: Mulheres alemãs lavando roupa com água de um hidrante em uma rua de Berlim em 3 de julho de 1945.

INTRODUÇÃO

A história contemporânea nos cursos de história normalmente abrange um longo período que vai do final do século XIX, com a Revolução Francesa, até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Essa história também é essencialmente uma história contemporânea europeia tendo em vista que outras áreas geográficas e outros períodos são tratados em disciplinas específicas, como história do Brasil, história da América, história da Ásia, história antiga, história medieval e história moderna. Essa história, por sua vez, tem como ser abordada tanto em termos da história econômica, política, cultural ou social. Neste trabalho o período cronológico de referência será do início do século XIX, basicamente com a fundação do Primeiro Império na França por Napoleão Bonaparte, até meados do século XX, com o final da Segunda Guerra Mundial. Trataremos da história de países como França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Rússia e União Soviética. Embora discutamos também as transformações econômicas, sociais e culturais, optamos por nos centrarmos na história política. Nossa análise voltar-se-á para um problema básico, qual seja, de como nesses países se construiu uma cultura política democrática, com avanços e recuos, a partir do fim dos regimes absolutistas, e passando por regimes, no século XX, que nada tinham de democráticos.

O primeiro capítulo começa com a criação do Segundo Império na França por Napoleão Bonaparte. O período do Termidor da Revolução Francesa já havia revelado um desejo dos franceses de pôr fim à violência revolucionária. Napoleão expressava esse desejo de

ordem ao mesmo tempo que procurava preservar os ganhos da revolução. Procuraremos mostrar como se construiu um mito em torno de Napoleão, mito esse que vai ser exaustivamente explorado posteriormente, durante o Segundo Império, por seu sobrinho Napoleão III. Passamos pela restauração da monarquia e pelas revoluções de 1830 e 1848 na França, examinando o quanto se discutiu naquela época a questão do direito de voto e dos critérios a serem adotados para definir esse direito, sendo os principais deles a renda e a alfabetização. A trajetória política da França no século XIX foi de muita instabilidade, enquanto na Inglaterra a trajetória foi de avanços graduais e de mais estabilidade. Já a Alemanha se atrasou em relação a estes países no que se refere à constituição de uma democracia mais participativa. De qualquer modo, todos esses países chegam ao início do século XX com grandes avanços em diversas áreas. Podemos dizer que, para a Europa, em linhas gerais, com as devidas exceções de guerras localizadas e pobreza em certas áreas, o século XIX foi um período de paz e prosperidade.

No segundo capítulo nosso assunto será a Primeira Guerra Mundial. Esta será tratada por nós como um acontecimento fundador do século XX. Trataremos dos motivos que desencadearam o conflito e de suas graves consequências. Esta foi uma guerra que se prolongou por quatro anos a partir de meados de 1914, quando se esperava de início que ela não entraria no ano de 1915 e que nem se alastraria por toda a Europa. Um aspecto marcante da guerra foi a luta nas trincheiras. Nessas trincheiras os combatentes lutaram por todo o período da guerra em péssimas condições sem produzir qualquer avanço significativo. Milhares morriam para se ganhar alguns metros. A Primeira Guerra está na origem da Revolução Russa, da

ascensão do fascismo na Itália e do nazismo. Para alguns, ela estaria até mesmo na origem da Segunda Guerra. Em um país como a França, ao final da guerra, era difícil encontrar uma família que não tivesse perdido nela um pai ou um filho. Os combatentes e a população civil saem da guerra com o sentimento de revolta pelas vidas perdidas sem razão de ser e com o sentimento comum de que aquela foi uma guerra inútil. Essas populações se tornam receptivas a novos aventureiros da política que propunham algo inteiramente novo e diziam que a democracia nada resolvia.

No terceiro capítulo trataremos do período entre guerras com a ascensão do fascismo, do nazismo e com a consolidação da revolução na União Soviética com Stalin. Serão abordadas as diferenças entre esses regimes políticos e também suas semelhanças. Por muito tempo se considerou que as semelhanças entre o fascismo italiano e o nazismo eram tais que poderíamos tratar deles como um todo, introduzindo apenas a particularidade do extermínio racial por parte dos nazistas. Da mesma forma se dizia que as diferenças entre o nazismo e o comunismo soviético eram tamanhas que não autorizavam qualquer comparação entre os dois regimes. Não acreditamos nisso e consideramos que é necessário compará-los como tudo que é comparável, ou seja, pelas suas diferenças e pelas suas semelhanças. Procuraremos também tratar dos diferentes momentos de ascensão e de consolidação desses regimes uma vez tendo chegado ao poder. Outra preocupação nossa será mostrar como o embate entre comunismo e fascismo trouxe marcas duradouras para a nossa cultura política.

No quarto e último capítulo voltar-nos-emos para a Segunda Guerra Mundial, um conflito de enormes proporções que marcou a

história do século XX tanto como a Primeira Guerra havia marcado. Começaremos pela expansão nazista pela Europa do Leste realçando o momento, em 1939, em que Hitler se alia com Stalin, levando-o a se decidir pela invasão da Polônia, o que acarreta a declaração de guerra pela Inglaterra e pela França à Alemanha. Apenas a partir de 1941, com o rompimento unilateral da aliança com Stalin por parte de Hitler, podemos dizer que a luta que os Aliados travavam era para vencer o fascismo. Entre 1939 e 1941 Stalin teve Hitler como seu principal aliado. Apenas a partir de 1941 é que Hitler se torna seu principal inimigo. A derrota incondicional do fascismo e do nazismo e a contribuição decisiva do Exército Vermelho e da resistência do povo russo no resultado da guerra criaram um mito de que a vitória aliada de britânicos, norte-americanos e soviéticos era uma vitória da democracia contra o fascismo, como se em algum momento de sua história a URSS tivesse mostrado algum interesse pela política democrática. Esse período da história também contribuiu em muito para a nossa cultura política na medida em que, a partir de então, os simpatizantes das ideias comunistas sempre irão se definir como antifascistas, ao mesmo tempo que acusam aqueles que não revelam as mesmas simpatias de serem no fundo fascistas ou pelo menos fascistas dissimulados. Terminaremos o trabalho mostrando a situação caótica em que se encontrava a Europa ao final da guerra e o desafio que representava não apenas a sua reconstrução em termos materiais como também a urgência da reconstrução das próprias instituições democráticas naquele momento.

A stylized, monochromatic illustration in shades of grey and white. It depicts various figures and symbols of the 19th century. On the left, a woman in a large, ornate white dress sits on a throne-like chair, holding a scepter. In the center, a man in a top hat and dark coat stands with his hands clasped. To the right, another man in a suit and top hat is partially visible. Below these figures, there are silhouettes of soldiers in uniform, some holding rifles. The background features abstract, rounded shapes. A large white number '1' is positioned in the upper right quadrant, enclosed within a decorative white frame. A horizontal line with circular nodes at the ends spans across the middle of the image, with vertical lines extending down to the text boxes.

1

SURGIMENTO DE UMA
NOVA CULTURA POLÍTICA
NO SÉCULO XIX

1804 – Napoleão Bonaparte é proclamado imperador na França.

1848 – Jornadas revolucionárias na França e eleição de Luís Napoleão Bonaparte presidente da república.

1870 – Derrota da França na guerra franco-prussiana e proclamação da Terceira República.

SURGIMENTO DE UMA NOVA CULTURA POLÍTICA NO SÉCULO XIX

No dia 2 de dezembro de 1942 Lucien Febvre inicia no Collège de France, instituição até hoje existente e que congrega grandes nomes da pesquisa e da ciência na França, seu curso sobre Jules Michelet e a Renascença. A sexta aula desse curso tem como tema a história e a Revolução Francesa. A história, ou pelo menos a história como a concebia Michelet, teria nascido no início do século XIX. Mais ainda, essa história seria filha da Revolução Francesa. Segundo Febvre, a Revolução agiu poderosamente sobre a gênese da história tanto de forma direta e positivamente como de forma indireta e negativamente. Agiu positivamente ao promover o povo à dignidade de agente e de sujeito da história. O historiador também assume um novo papel na medida em que passa a se ocupar dos povos e das civilizações, da nação, de homens que saíram praticamente do nada e que agora estavam no centro do poder político, e não apenas dos grandes nomes, batalhas e datas. Até então poderíamos dizer que:

Por muito tempo, durante séculos e séculos, o historiador não foi mais que o fiel contador dos altos feitos do rei, do príncipe, do general vencedor e do ministro triunfante. A ele cabia a tarefa de enumerar os cativos, as cidades tomadas e arrasadas, as orelhas cortadas e os olhos vazados pelos reis de Assur; incumbia-lhe o dever delicado de trocar as derrotas por ficções triunfais, e os tratados desfavoráveis em atos de equidade. O rei, o príncipe, o general, o ministro: a História não existia senão por eles, senão para

eles. Só eles a faziam, só eles a ditavam. E o historiador, quando não estava lá para servir diretamente a uma operação precisa, tinha apenas um dever, celebrar, e uma palavra de ordem, agradecer.¹

Se a Revolução representou tudo isso em termos de renovação na forma de se pensar e fazer a história, por outro lado ela também teve efeitos indiretos e negativos no ofício do historiador. Toda revolução representa uma ruptura com o passado, embora ela normalmente não consiga romper inteiramente com ele. A Revolução francesa é um caso emblemático de ruptura radical com esse passado. Um passado amado por poucos e detestado por muitos. Era grande o desejo de se livrar de tudo aquilo que representava o antigo regime. Desejava-se uma sociedade mais livre, sem o poder concentrado na aristocracia, na nobreza e no clero, justamente aqueles que eram vistos como os que realmente interessavam para a história até então. Os camponeses, artesãos, mestres manufactureiros e comerciantes das cidades se encontravam como que à margem dessa história.

As revoluções olham para o futuro e o passado é algo a ser superado. A tradição e a sua conservação não interessam mais. A ideologia revolucionária prega a ação no presente. Os líderes revolucionários legitimam sua ação em nome da vontade de um povo que quer romper as amarras com o passado de exploração e repressão e é em nome desse rompimento que a Revolução pratica seus excessos tidos por muitos como inevitáveis. Mas chega um momento em que a própria sociedade se cansa desses excessos e, no caso da França, foi o momento em que surgiu um nome que veio para impedir que a

1. FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria P. Cordeiro. São Paulo: Scritta, 1995. p. 84–85.

Revolução parasse justamente por seus excessos, mas que também a impediu de avançar. O nome desse personagem que se transformou justamente num ícone da história que se volta para os grandes personagens era Napoleão Bonaparte. Estaria a história retomando o seu curso? Não exatamente. O século XIX se mostrou marcado por avanços e recuos que nos mostram justamente que a ideia de uma história ou de um curso da história como um movimento em uma direção determinada e de certa forma previsível é uma ideia errônea.

Entretanto, as rupturas nesses momentos de instabilidade se dão de diferentes modos, e não só com o antigo, mas também com o novo. Segundo Lucien Febvre, para a geração que em 1815 tinha seus vinte anos, sua ruptura com o passado e com a tradição do antigo regime foi total, mas tal ruptura também se deu em relação ao novo regime “porque, da revolução, ninguém jamais falava aos filhos que, nascidos por volta de 1795, cresciam sob o império. A palavra de ordem era o silêncio”.²

Edgar Quinet (1803–1875), que era, do lado do pai, neto de uma família de magistrados e com uma mãe protestante, se lembra de uma conversa de seus pais, quando era criança, com um amigo deles, antigo participante da Convenção, nos seguintes termos:

Um grande e encantador espírito, companheiro de Saint-Just em sua missão às linhas de Wissembourg... que tinha descoberto Hoche e expandido a França até o Reno. Olho de águia, boca sorridente, grande vestimenta negra, meias de seda, vinha todos os dias passar duas horas em casa de meus pais. Jamais falava da

2. FEBVRE, 1995, p. 91.

Revolução... Seja por temer não ser compreendido, seja por ele mesmo se aborrecer com suas lembranças. Ouvi-o, no entanto, dizer uma palavra que me chocou: ‘Outros homens têm febre durante 24 horas! Eu, minha senhora, a tive durante dez anos!’ Que febre podia ser essa? Esse mistério me atraía, curioso. Pois o profundo silêncio acerca de um dos maiores acontecimentos por parte daqueles mesmos que deles participaram era, então, uma das marcas característica da França. Se eu perguntava, respondiam-me em voz baixa com a palavra Terror.³

Se os traumas do período do Terror revolucionário conduziram muitos ao silêncio e ao desejo de esquecimento, algo não muito diferente se dava também em relação a Napoleão. As lembranças de Edgar Quinet sobre seu próprio pai nos revelam isso:

Meu pai odiava o senhor do mundo com um ódio que talvez nunca tenha sido igualado. Não podia ouvir-lhe o nome sem estremecer, sem empalidecer de indignação, de cólera e, mesmo, de desprezo... Meu pai (ele era um delegado de guerras, quer dizer, uma haste na mão de Napoleão) pertencia àquela espécie de homens, já raros sob o Consulado, quase inencontráveis sob o Império, e que me parecem inteiramente extintos. Conservavam,

3. QUINET, Edgar. *Histoire de mes idées*, 11. ed., 1932 (1. ed. 1858), p. 67–68, apud FEBVRE, 1995, p. 92. Durante a Revolução francesa, o período da Convenção está relacionado com o nome dado à Assembleia Nacional Constituinte que governará a França entre setembro de 1792 a outubro de 1795. Em junho de 1793 inaugura-se o período do Terror da Revolução, que vai até julho de 1794 com o Termidor. Em outubro de 1795 começa o período denominado do Diretório, que vai até novembro de 1799 com a chegada de Napoleão Bonaparte ao poder, inaugurando, por sua vez, o período do Consulado.

dos tempos prodigiosos que atravessaram, uma crença absoluta no poder da vontade. Para eles nada era impossível nem mesmo difícil. Qualquer hesitação frente ao impossível os irritava... Quando esta energia tinha seu nascedouro na alma, transmitia-lhes uma altivez indomável. Para esse pequeno número, o surgimento de um dono causou uma aversão que nenhuma vitória e nenhum triunfo da força fez diminuir. Até a derradeira hora, meu pai do fundo de sua obscuridade lutou contra o vencedor, vigor contra vigor, alma contra alma. Porque ele o detestava, como uma alma livre pode detestar o Destino. Execrava tudo nele, a voz, o gesto, o olhar. Não lhe reconhecia gênio, nem talento, nem postura, apenas a face automática do soldado.⁴

Quais seriam as razões do sucesso de Napoleão a ponto de poder se tornar o árbitro da situação política em 1799? As respostas, de acordo com Jean Tulard, se encontram em diferentes níveis. Nada de suas origens corsas o predestinava a esse sucesso. Mas sua capacidade de se colocar acima dos partidos, posar como reconciliador nacional seria a explicação fundamental para seu êxito. No entanto, para desempenhar esse papel um grande prestígio se faz necessário, e Napoleão se revelou um mestre na produção de sua própria imagem e na exploração da propaganda política. Não bastava ganhar batalhas, era preciso envolver a vitória numa aura de lenda. Ele soube, graças à imprensa e à imaginação popular, transformar sua campanha da Itália numa verdadeira *Ilíada*. A expedição ao Egito, “apesar do final fracassado, toma através das penas de

4. QUINET, 1932, p. 54–57, apud FEBVRE, 1995, p. 93.

seus cronistas, o aspecto de uma epopeia oriental cujo herói torna-se igual a Alexandre e César. Bonaparte fascina, irrita, subjuga, ou seja, não deixa ninguém indiferente”. Além do mais, ele surge no momento em que a Revolução perde o fôlego e o país deseja o retorno à ordem.⁵

A Revolução acaba com a queda de Robespierre e o Termidor. Em 1794 o movimento revolucionário atingiu um nível que nunca mais ultrapassará. Napoleão reafirma esse término várias vezes. Mas não haveria o risco da volta do Antigo Regime? Era preciso tranquilizar a nação quanto a isso. Os camponeses consolidaram seus ganhos com a distribuição das terras da Igreja e com o fim do feudalismo. Mais de um terço dos aldeões, em algumas regiões do norte e do leste da França agora tinham acesso à terra. Com o abalo que houve na nobreza e com o fim das corporações de artesãos, a burguesia obteve seus ganhos e pôde vislumbrar um futuro sem amarras. Apenas as camadas mais pobres dos habitantes das cidades, justamente os que eram os revolucionários mais radicais, não tinham muito a comemorar a não ser a diminuição dos problemas até então crônicos da fome e do desemprego. Acrescente-se a tudo isso o fato de que todos ganharam com o fim da violência revolucionária.

Uma revolução que não avança é uma revolução condenada. Mas uma revolução consumada é melhor que uma volta do Antigo Regime. Era necessário conjurar essa ameaça do retrocesso e consolidar os ganhos principais. Para isso era necessário alguém que representasse uma espécie de muralha. Que consolidasse as conquistas e liquidasse o passivo. A revisão constitucional não foi suficiente

5. TULARD, Jean. *Napoleão, o mito salvador*. Tradução de Sérgio Cerqueda. Niterói: Casa Jorge, 1996. p. 29–30.

para o estabelecimento de um poder forte capaz de enfrentar as oposições internas e externas. Para isso não se apresentava ninguém melhor que Napoleão. Em quatro anos ele passou de cônsul provisorio a imperador. Em sete anos livrou a França revolucionária de seus adversários continentais: a Rússia, a Prússia e o Império Austríaco. Somente a Grã-Bretanha, com sua frota, seu crédito e suas manufaturas, podia competir com a França. Nesses termos, a obra napoleônica de terminar a Revolução se consuma: “Em Tilsit, em 1807, a Revolução francesa ganhou. Consolidada internamente, foi reconhecida pela Europa. Goethe podia celebrar a Revolução ‘consumada naquilo que ela tem de razoável, de legítimo, de europeu’”.⁶

Já em 1801 a imagem heroica de Napoleão estava consolidada:

é o homem do restabelecimento da paz tanto interna como externa, o verdadeiro baluarte das conquistas revolucionárias, o reconciliador nacional que permite o retorno dos emigrados, mas preserva os bens nacionais, restabelece o direito de culto, recusando qualquer ressurreição dos direitos feudais.⁷

O Código Civil, promulgado em 21 de março de 1804, é um bom exemplo de como no período napoleônico se procurou conciliar as conquistas revolucionárias com concessões significativas à sociedade e aos costumes tradicionais. Os princípios revolucionários nele aparecem na proclamação da liberdade individual, da igualdade perante a lei, na liberdade de trabalho, na livre empresa e na

6. TULARD, 1996, p. 85–86.

7. TULARD, 1996, p. 129.

livre concorrência. Um recuo em relação à legislação revolucionária se revela numa abordagem mais tradicional da questão do divórcio, na mulher tratada como inferior e na exclusão do direito à herança para os filhos ilegítimos. A vontade do pai voltava a ser o princípio da célula familiar e era restabelecida a separação entre família legítima e família ilegítima.⁸

A Revolução não é apenas um caminho para o progresso. Ela tem os seus custos, os quais, num balanço geral, representam o seu passivo, e o quadro da França em 1799 era desolador:

Um país devastado pela guerra, percorrido de oeste a sul por bandos de malfeitores que pilhavam os cofres públicos e os viajantes; uma indústria arruinada e um comércio paralisado; as finanças em crise; um exército cujos soldados, sem dinheiro e sem víveres, desertavam aos milhares; hospitais onde se morria de fome; uma nação desmoralizada, indiferente às novas fronteiras, preocupada apenas em desfrutar os prazeres que a capital lhe oferecia.⁹

Se compararmos esse quadro de 1799 com aquele de 1807, que pode ser considerado o auge do período napoleônico, o risco de engrossarmos as fileiras dos que cultivam o mito Napoleão é grande. A França de 1807 era outra, conforme nos descreve Jean Tulard: a partir daquela data, o continente, na sua totalidade, seria aliado ou vassalo da França. A Inglaterra, totalmente isolada, encontrava-se

8. TULARD, 1996, p. 136.

9. TULARD, 1996, p. 87.

ameaçada de ruína financeira devido ao fechamento de seus mercados europeus. As fronteiras naturais da França (Reno, Alpes e Pirineus) estavam asseguradas. No interior do país a depressão de 1806 era vencida, como acontecera com a de 1801, demonstrando um controle completo dos mecanismos da economia da época; a supressão da liberdade não é muito sentida, exceto pela burguesia, mas esta receava ainda mais a desordem; as lutas dos partidos pareciam estar apagadas, apesar de algumas insurreições de pouca significação política; um novo equilíbrio social passara a existir; os notáveis eram seus principais beneficiários, mas o povo continuava a acreditar naquilo que ainda era a garantia das conquistas revolucionárias: venda dos bens nacionais, divisão dos bens comuns e igualdade civil. Além disso, os salários foram aumentados e o problema do desemprego fora em parte resolvido, pelo menos em Paris, deixando os trabalhadores, em relação às duras condições que viriam a seguir, com a lembrança, sem dúvida excessiva, de uma verdadeira “idade do ouro”, que não será apagada pelo agravamento do peso da conscrição nem pelos horrores das invasões de 1814 e 1815. Tudo isso leva Tulard a concluir que talvez a França nunca fora tão poderosa, tão unida, tão respeitada. Foi um breve momento, antes de se desenharem as primeiras fendas; momento privilegiado para a descrição da França de Napoleão, momento excepcional do qual o país sentiria saudades ao longo do século XIX. Do mesmo modo que a propaganda oficial e as vitórias, esse curto momento de equilíbrio territorial, político e social, estava na origem do sucesso da lenda imperial.¹⁰

10. TULARD, 1996, p. 175.

Imagem 1: Jacques Louis David (entre 1805–1807), Consagração de Napoleão I e coroação da imperatriz Josefina na catedral Notre Dame de Paris em 2 de dezembro de 1804.

No domínio das artes, o balanço da época imperial foi positivo com o nascimento de um estilo original, de uma intensa atividade artística estimulada pelas encomendas oficiais e com a transformação de Paris na capital intelectual da Europa. O gosto pelo monumental e suntuoso prevalece. O estilo Luís XVI, considerado muito leve, deu lugar tanto na literatura como no mobiliário, na arquitetura como na música, a um estilo grave, para não dizer pesado, predominando o acaju maciço, o bronze cinzelado, os tecidos espessos, as frases oratórias, a música pomposa e os arcos de triunfo romanos. Esse estilo revela o gosto de Napoleão pela grandeza e o quanto a arte colocou-se a serviço de um homem:

A partir de 1805 não houve mais limites para a adulação oficial. Um quadro mostra todos os povos da Terra vindo saudar o busto do imperador. O chinês está lá, como o negro e até mesmo o pele-vermelha ornado de plumas coloridas. A admiração deslizaria para o ridículo. “Que honra para Deus que uma homenagem tão grande lhe seja feita por um tão poderoso gênio!” exclamaria alguém do púlpito ao receber o imperador.¹¹

O nome e o, por muitos considerado, gênio de Napoleão estão associados com as guerras que este promoveu e das quais saiu vitorioso. Mas com a guerra da Espanha, iniciada no final de 1808, há um ponto de inflexão nessa trajetória vitoriosa. Até então, as campanhas napoleônicas tinham sido rápidas. Até 1809 uma guerra rápida e bem-sucedida financiava, pelo espólio conquistado ao inimigo, a campanha seguinte. O tesouro apropriado era suficiente para reembolsar as despesas da guerra e constituir uma reserva através da qual era possível manter o exército e reequipá-lo. A guerra da Espanha, no entanto, se revelou muito dispendiosa e, pela primeira vez no período, as despesas com a guerra superaram as receitas. Mas a guerra da Espanha se revelou desastrosa para Napoleão não apenas em termos de seu efeito sobre as finanças. A guerra salvou a Inglaterra da crise econômica ao abrir uma brecha no Bloqueio Continental decretado contra ela pelo próprio Napoleão no final de 1806. Ela enfraqueceu o sistema costeiro instalado por Napoleão na Europa ao atrair os exércitos franceses para a Península Ibérica, deixando assim o campo livre para o contrabando estimulado pela escassez

11. TULARD, 1996, p. 240–241.

e pela alta dos preços dos produtos coloniais. Ela também reabriu aos exportadores britânicos os portos da Espanha e ofereceu-lhes o vasto mercado das colônias americanas desejado há muito tempo.¹²

Se a campanha da Espanha já foi desastrosa, muito mais o foi a da Rússia em 1812. Depois do início da invasão no início de junho, do recuo das tropas do czar Alexandre I até Smolensk e dos primeiros combates apenas em 18 de agosto, o exército francês conseguiu chegar em Moscou em 7 de setembro. Mas a essa altura sofrera grandes perdas e encontrou na cidade um enorme incêndio que destruiria três quartos dela, tornando-a inabitável. Na Rússia, mais uma vez Napoleão descobriria a guerra nacional, a do patriotismo e do fanatismo religioso, que jogou um povo inteiro contra o invasor. Apesar de possuir provisões que possibilitariam a passagem do inverno inteiro em Moscou, em 19 de outubro inicia-se a evacuação da cidade pelos franceses. Na retirada, o frio se juntou à fome. Após Smolensk, a temperatura caiu para 20 e até mesmo 30 graus negativos. As noites eram intermináveis, sem fogo e sem luz e, durante o dia, se via um longo cortejo de homens envolvidos em farrapos dos pés à cabeça arrastando-se sobre a neve e deixando no caminho cadáveres, canhões e viaturas. Em 16 de dezembro, somente dezoito mil homens cruzaram a fronteira de volta à França. As perdas totais em mortos, prisioneiros e desertores foram avaliadas em trezentos e oitenta mil soldados. Foi um dos maiores desastres da história das guerras e sua amplitude também contribuiu para a criação da lenda de Napoleão, que agora se revelava grandioso não só em seus sucessos, mas também em seus fracassos.¹³

12. TULARD, 1996, p. 282.

13. TULARD, 1996, p. 318–321.

Deparamo-nos frequentemente ainda hoje com a interpretação de que a Revolução francesa teria sido promovida pela burguesia, ou seja, de que ela seria essencialmente uma revolução burguesa e também de que os interesses da burguesia é que estavam por trás da política na era napoleônica. Embora estas sejam explicações um tanto simplificadoras e esquemáticas, que não encontram eco na historiografia mais recente desses períodos, uma caracterização mais precisa do que se entende normalmente como burguesia à época e, mais particularmente, ao longo do século XIX nos interessa neste trabalho.

O historiador alemão, radicado nos Estados Unidos, Peter Gay identifica o que chama de um ingrediente preocupante, apesar de por vezes apenas perceptível, da experiência burguesa ao longo do século XIX, que foi a ansiedade com que a burguesia procurou definir a si mesma em termos seja de suas hierarquias internas, de seu *status* na sociedade, de seu relacionamento com as demais classes, de suas características morais. Esse historiador identifica o termo burguesia com o termo classes médias e adota este último, reconhecendo ao mesmo tempo a dificuldade em se dar um significado preciso tanto a um termo como a outro. O termo classes médias, que também consideramos mais apropriado, tem um significado amplo e impreciso que, ao mesmo tempo que representa um problema, traz de certa forma, em si mesmo, a solução deste problema. A categoria histórica que essas classes médias representam é ela mesma tão ampla e imprecisa que não temos como construir um conceito que a encerre numa objetividade enganosa. A dificuldade em se dar um significado preciso ao termo classes médias no século XIX se dava à medida que:

As formas das pirâmides sociais, que alicerçavam aspirações e concessões, encontravam-se parcialmente obscurecidas por sutis distinções sociais e exigências conflitantes; seus limites inferiores e superiores frequentemente se perdiam na névoa que recobriam a encarniçada luta dos grupos que procuravam agregar-se à burguesia, desligar-se dela ou ascender dentro dela. Ademais, as lendas que pesavam sobre a história das classes médias, unidas ao debate que de longa data se travavam sobre sua reputação, contribuíram para gerar, em meio a avanços impetuosos e a um otimismo sóbrio, um vago sentimento de identidade, que por vezes beirava o ódio a si mesmo.¹⁴

Adotamos então esse conceito amplo e fluido de classes médias – e, note-se, classes médias no plural – por ser ele condizente com a realidade que espelhava ou, inteiramente de acordo com Peter Gay, consideramos

essas classes médias como uma família de anseios e de ansiedades. Muitos outros fatores contribuíram para dar-lhes uma aparência de coesão e unidade que era apenas em parte artificial: interesses convergentes, pressões políticas, classificações legais, percepções e sensações compartilhadas. Constituíam, porém, uma grande família, muito ramificada e briguenta. Os elos que a mantinham unida eram frequentemente mais fracos que as tensões que a desuniam.¹⁵

14. GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*, volume 1, A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 23.

15. GAY, 1988, p. 23.

Para ilustrar as dificuldades em se ter uma definição precisa do que eram as classes médias no século XIX, Peter Gay recorre a uma divertida e maliciosa subdivisão da sociedade francesa no final da década de 1860, estabelecida por Émile Zola, em cinco mundos:

Le peuple [o povo], que incluía os operários e os soldados; *les commerçants* [os comerciantes], que abrangiam os “especuladores das demolições” em Paris, os industriais e os negociantes mais prósperos, “mulheres intrigantes” e os donos das grandes lojas; a *bourgeoisie* [burguesia], que ele definia concisamente como “filhos de novos-ricos”; *le grand monde* [o grande mundo], constituído de políticos e funcionários públicos influentes; e *un monde à part* [um mundo à parte], que compreendia meretrizes, assassinos, o clero e os artistas.¹⁶

Os componentes das classes médias no século XIX podem ser considerados os profissionais liberais como médicos e advogados, pequenos e grandes comerciantes, industriais e banqueiros com seus funcionários, funcionários públicos, educadores e pessoas dedicadas às letras e às artes e clérigos. Por uma definição por exclusão, poderíamos dizer que compunham as classes médias todos aqueles que não eram camponeses, aristocratas ou operários. Uma característica que podemos acrescentar é que as classes médias da época, e ainda hoje, estavam associadas ao meio urbano. Com uma definição tão ampla, temos de ter claras as grandes diferenças de renda e *status* dentro dessas classes médias a ponto de podermos falar de classes

16. Apud GAY, 1988, p. 26.

médias alta, intermediária e baixa. Os burgueses eram então uma minoria da nação e, no interior dessa minoria, a maioria podia ser considerada pobre. Não tão pobre certamente como os operários e trabalhadores desqualificados urbanos – que constituíam entre dois terços e três quartos dos habitantes de grandes cidades como Paris ou Londres – ou como os camponeses, mas ainda assim pobre. Os burgueses mais prósperos procuravam compensar em poder, prestígio e em pretensões o que lhes faltava em número. Para isso não hesitavam em se aliar com membros da classe de maior prestígio, a aristocracia, seja em alianças no mundo dos negócios, seja, principalmente, pela via do matrimônio. Esse leque de diferenças no interior das classes médias era tal que podemos dizer que “o aspecto social mais dramático da experiência burguesa no século XIX era a desigualdade econômica, social e política que predominava no interior da própria burguesia; suas divisões hierárquicas eram muito mais poderosas do que qualquer solidariedade de classe”.¹⁷

A burguesia, na própria medida em que a tomamos por classes médias, não é vista por nós como uma classe homogênea em seus interesses e valores. Não é também uma classe em permanente ascensão durante o século XIX como muitas vezes ela nos é apresentada. A ela também não associamos uma espécie de preconceito popular de que ela somente se interessava pelo ganho, pelos lucros e por sua própria ascensão social e política. Também se interessava pelas artes, algo que já vinha de longa data com o patrocínio dos burgueses das cidades medievais e do Renascimento aos artistas da época. Seus membros se preocupavam também pela sorte dos

17. GAY, 1988, p. 28.

mais desfavorecidos a ponto de muitas vezes desenvolverem um forte sentimento de autocrítica em relação à sua situação na sociedade e se sentirem desconfortáveis em relação à essa situação. Era aliás justamente entre os filhos desses burgueses que surgiam muitos dos críticos mais radicais dessa sociedade ou do que se entendia como valores burgueses. De qualquer modo, mesmo com toda ambiguidade do termo e com todas as dificuldades em se localizar essas classes médias no tecido social da época, o que para nós é muito importante é que elas contribuíram de forma decisiva para a mudança nas instituições políticas existentes no que entendemos como mundo ocidental. Essas classes médias desempenharam um papel central na constituição de uma cultura política democrática ao longo do século XIX.

O século XIX foi marcado pela ideia de progresso, mas esse progresso não significava o mesmo para todos. Para os pobres ele ainda não representava muita coisa, já que muitos deles continuavam a viver em condições extremamente precárias nos bairros operários sem habitações e condições de saneamento adequadas. As condições para os camponeses também não eram das melhores. Para essas pessoas o progresso gerava ansiedades e temores. O progresso não gerava resultados uniformes. Para as classes médias ele trazia também ansiedades, temores e expectativas. Se para os pobres a perspectiva do fim da escassez gerava possibilidades de melhoras na condição de existência, para as classes médias, beneficiadas pelo crescimento do comércio, pelo surgimento das indústrias e pelas mudanças políticas, esta era uma época que prometia muito. Dizer que o século XIX era uma época de mudanças é incorrer num lugar comum. Todas as épocas são épocas de mudança. O que ocorreu

então é que o ritmo dessas mudanças se acelerou muito e a direção delas não tinha como ser prevista.

Nos séculos XVII e XVIII as ideias inovadoras tiveram que se acomodar em alguma medida com as formas tradicionais de pensar. As inovações nem sempre eram bem-vindas. No século XIX as inovações passam a ser valorizadas e apreciadas a ponto de podermos dizer que:

Essas grandes turbulências constituíam uma presença constante nas mentes do século XIX, gerando sonhos plenos de esperança e verdadeiros pesadelos, o que levava os otimistas a predizer o triunfo da ciência, a liberação feminina ou a renovação da cultura, enquanto os pessimistas eram levados a prever a ruína das religiões, a subversão da vida familiar ou a corrupção da ordem. Por séculos a fio, as inovações haviam sido temidas, fornecendo um referencial para sanções violentas; no século XIX, este referencial [das inovações] foi institucionalizado.¹⁸

O século XIX foi marcado pelas migrações, sejam internacionais, como foi o caso do grande volume de pessoas que foram para os Estados Unidos em busca de uma nova vida ou, recuperando um termo usado pelos próprios imigrantes, para “fazer a América”, como também em busca das cidades. Se até então o campo era o universo de referência para quase todos, a busca de trabalho e de uma nova vida nas cidades que cresciam como nunca expandiu essas referências. Em 1800 apenas 21 por cento da população da Inglaterra e do país de Gales viviam em cidades de dez mil habitantes ou mais. Em 1850

18. GAY, 1988, p. 44.

essa proporção estava em torno de 40 por cento e em 1890 excedeu os 60 por cento. Em 1800, Paris possuía menos de 600 mil habitantes, em 1850 ultrapassara um milhão e em 1900 a cidade já tinha mais de 2,5 milhões de habitantes. Berlim passou de 420 mil habitantes em 1850, quando era a capital da Prússia para 2 milhões de habitantes em 1900, quando já era a capital da Alemanha imperial. Centros comerciais e industriais como Manchester e Birmigham deixaram de ser vilarejos para em poucas décadas se transformarem em grandes aglomerados urbanos prósperos e ao mesmo com grande número de miseráveis. Na Alemanha o número de cidades com mais de 100 mil habitantes sextuplicou entre 1871 e 1910, passando de oito para quarenta e oito. Mesmo a França, considerada um país de camponeses e vilarejos, em 1891 tinha apenas 45 por cento de sua população trabalhando no campo, enquanto na Inglaterra na década de 1850 a população urbana já havia superado a rural.

Esse processo de urbanização representou uma expansão muito grande das classes médias ou forjou o que veio a ser uma nova classe média, conforme nos é bem descrito por P. Gay: aperfeiçoamentos técnicos e administrativos em empresas manufatureiras e financeiras, nos transportes, na comercialização dos produtos e no governo exigiram e obtiveram grandes quantidades de datilógrafos, secretários, supervisores, guarda-livros, vendedores. Homens e, cada vez mais, mulheres que se dedicavam não à criação ou produção de coisas, mas sim à prestação de serviços. A ferrovia e a máquina de escrever, o navio a vapor e o telégrafo, o crédito mais fácil e a formação de capitais fizeram com que setores como o das fábricas, dos grandes escritórios de advocacia e das lojas de departamento procurassem grande número de trabalhadores. Em 1851, o

censo na Inglaterra revelou que 91 mil pessoas estavam empregadas em atividades comerciais; uma década depois esse número já era de 130 mil e em 1911, 739 mil, tendo se multiplicado por oito em apenas sessenta anos. Na Alemanha, entre 1882 e 1907, a força de trabalho industrial duplicou, mas a de secretários, escriturários e vendedores cresceu com rapidez três vezes maior. A base da pirâmide das classes médias se alargava enormemente, e entre os principais promotores dessa nova classe média estavam os governos. Para ficarmos num exemplo apenas, em 1797 o governo central da Inglaterra empregava cerca de 16 mil pessoas enquanto em 1869 passou a empregar 108 mil pessoas.¹⁹

Embora naqueles tempos houvesse alguma mobilidade social, para muitos ela representava muito pouco. Muitos desses novos empregos eram temporários e os mecanismos de proteção social eram ainda muito precários ou inexistentes. Em países como a França e a Alemanha, empregados respeitáveis como mestres-escolas ou empregados postais casavam-se tarde e raramente tinham como sustentar mais de dois filhos. De qualquer modo, os burgueses eram a força dinâmica que impulsionava uma era já em si dinâmica e as pessoas passaram a acreditar cada vez mais que elas podiam melhorar a sua vida, que havia condições para isso:

Foi uma era de melhoramentos, mais para os burgueses, talvez do que para qualquer outro grupo de pessoas. Sua ideologia carregada de esperanças não era apenas uma máscara para encobrir o desespero, mas uma crença sincera no progresso. O mito que

19. GAY, 1988, p. 48.

dominava a época, pelo menos para aqueles que dela se beneficiavam, teria de ser inevitavelmente o da mobilidade. Muitos pronunciamentos, mesmo precipitados, sobre carreiras abertas para gente talentosa e sobre o bastão de marechal que se encontrava dentro de cada mochila de soldado raso, expressavam a convicção generalizada de que o mundo social dos burgueses cultos e ativos era um mundo quase sem barreiras, no qual o trabalho duro, a inteligência, a perspicácia e a árdua persistência trariam benefícios que a sociedade mais antiga, com sua carga de estratificações rígidas, negara a todos, exceto a um punhado de afortunados. É claro que a rápida ascensão social era já uma história conhecida; nas biografias de estadistas, bispos e magnatas do comércio abundavam exemplos de origens humildes superadas por meio de coragem, energia e inteligência. E nem todas estas histórias eram imaginárias: afinal de contas, os homens biografados existiam. Mas então, na areia movediça do século XIX, nessa “época tempestuosa e instável”, como foi denominada em um jornal francês em 1878, o mito da mobilidade se democratizou.²⁰

Se hoje temos a internet como um símbolo de nossa época, no século XIX esse símbolo eram as ferrovias. Os trens, que atingiam velocidades cada vez maiores à medida que as locomotivas e sistemas de sinalização se aperfeiçoavam, tornaram-se um símbolo poderoso. Podemos mesmo falar de uma era das ferrovias. Elas revolucionaram a localização das indústrias, o transporte de mercadorias, a configuração das cidades e até mesmo os padrões de férias e

20. GAY, 1988, p. 55.

lazer. Mas talvez a mudança mais marcante tenha se produzido na concepção de tempo e de seu controle cujo marco anterior remetia à época da criação dos relógios. Juntamente com as fábricas e máquinas que ditavam o ritmo de trabalho, subordinando o trabalhador e não permitindo a ele o controle do tempo no trabalho, as ferrovias, com sua tabela detalhada de horários de partidas e chegadas, criaram uma nova mentalidade em torno do controle do tempo e uma concepção de um tempo que se acelerava, exigindo de cada um que se ajustasse a ele, que se apressasse.

O século XIX foi marcado também por grandes mudanças nas concepções políticas e nas ideias de participação e de direitos políticos. O espaço da política se ampliou e incorporou novos personagens, sendo que “a concorrência por posições e poder, que antes era uma reserva ciumentamente guardada de facções aristocráticas rivais, transformou-se em aspiração e depois em exigência séria de burgueses da classe média”.²¹ Para a democracia, esse foi um ganho que nunca devemos desprezar. Aqueles que desvalorizam a democracia de nossa época, menosprezando-a justamente por ser uma “democracia burguesa” não levam na devida conta o quanto a criação dessa democracia naquela época representou de avanços em relação às épocas anteriores. Embora alguns Estados dos séculos XVII e XVIII, sobretudo a Inglaterra, tenham vivenciado o surgimento de uma cultura política, “os principais ingredientes da política – oposição legítima aos detentores do poder, liberdade efetiva de imprensa

21. GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*, volume 3, O cultivo do ódio. Tradução de Sérgio G. de Paula e Viviane L. Noronha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 218.

e de associação, amplo direito de participação em eleições livres – são filhos da Revolução Francesa e da industrialização”.²²

A política é uma criação moderna e podemos defini-la nos seguintes termos:

a política é uma competição muito séria, realizada segundo regras que diferem de uma sociedade para outra, mas que se situa, qualquer que seja a forma que assuma, entre as ficções supremas que governam a vida pública moderna. Na melhor das hipóteses, é um exemplo de agressão canalizada a serviço do interesse próprio racional ou de ideais públicos realistas.²³

Ao definir a política centrada na ideia de impulso de agressão e de seu controle, Peter Gay ressalva muito bem que

isso não quer dizer que o século XIX inventou o jogo; suas origens remontam à história não escrita. Em um de seus primeiros trabalhos Freud cita um autor inglês que afirmava que o primeiro homem que lançou um xingamento contra seu inimigo, e não uma lança, foi o verdadeiro fundador da civilização. Ele teria igualmente razão se chamasse aquele distante herói da cultura de verdadeiro fundador da política.²⁴

Até o século XIX a política envolvia grandes riscos. Os políticos que se atrevessem a divergir do poder dominante poderiam ser

22. GAY, 1995, p. 219.

23. GAY, 1995, p. 218.

24. GAY, 1995, p. 218.

exilados, presos e até mesmo executados a partir de ritos sumários. No mínimo ocorria de eles caírem em desgraça e terem de se afastar, muitas das vezes definitivamente, de suas posições de poder, se recolherem em seus domínios nas províncias e passarem a levar uma vida distante da política. No Antigo Regime o exercício do poder e a proximidade da corte era um privilégio concedido pelo rei a poucos e que podia deixar de existir de um momento para outro. No século XIX, “embora empapados de retórica belicosa, os políticos desenvolveram instituições que permitiam aos que disputavam o poder engajar-se num duelo em que todos sobreviveriam, e a maioria, cedo ou tarde, retornaria”.²⁵

Com a queda de Napoleão Bonaparte em abril de 1814, restaura-se a realeza dos Bourbons na França com a ascensão ao trono de Luís XVIII, irmão de Luís XVI, rei que fora guilhotinado durante a Revolução. Exceto num período de cem dias entre março, com o retorno de Napoleão, e junho de 1815, com a derrota em Waterloo e seu exílio definitivo na ilha de Santa Helena, Luís XVIII reina até sua morte em setembro de 1824, quando assume o trono seu irmão Carlos X, que por sua vez reina até julho de 1830, quando é destituído pela Revolução de Julho, assumindo então o trono Luís Felipe, Duque de Orléans.

A monarquia restaurada em 1814 impôs uma rígida qualificação de propriedade para a habilitação dos eleitores, restringindo esses eleitores aos franceses que pagavam imposto, aos ricos, sobretudo proprietários de terra. Criou um complexo sistema de eleições indiretas que assegurava o domínio da propriedade e da proeminência.

25. GAY, 1995, p. 221.

Instituiu-se uma atenta vigilância da imprensa pelos censores e pela polícia, munidos de rigorosas leis de imprensa feitas para impedir que os jornais exercessem a crítica ou que se opusessem ao regime. Se Luís XVIII mostrou-se muito mais preocupado com o controle do povo francês do que com fazer avançar as instituições políticas, a situação se agravou com Carlos X:

A monarquia que a Carta de 1814 estabeleceu era um amálgama imperfeito de nostalgia e realismo, com a nostalgia cada vez mais dominante, sobretudo depois de 1824, quando o carola e intransigente irmão mais novo do rei subiu ao trono sob o nome de Carlos X. A resistência à política popular, para não falar da soberania popular, era natural a esse rei, que não estava muito mais consciente dos fatos da vida moderna do que o resto de sua tribo. Mas o reinado de seis anos de Carlos X provou definitivamente como era fútil tentar trazer de volta o século XVIII. A despeito de toda sua relativa calma, a própria paixão de controle na Restauração prova a desesperada ansiedade a respeito da instabilidade e o nível primitivo da sua consciência política.²⁶

Os acontecimentos da Revolução de 1830 são descritos da seguinte forma por Peter Gay: em março de 1830, 221 deputados derrotaram 181 deputados leais ao regime e decidiram, em votação, enviar ao rei uma importante comunicação em que lembravam a ele que a necessária concórdia entre o povo e o rei não mais existia. A retórica educada disfarçava um ataque ao privilégio real de

26. GAY, 1995, p. 234.

selecionar seus próprios ministros. Contrariado, o rei dissolveu a Câmara e convocou novas eleições para julho. O resultado foi uma derrota impressionante; a oposição se sobrepôs à chicana eleitoral normal e ganhou 53 novos deputados. A resposta do rei foi um virtual golpe de Estado; decidiu não acatar os resultados das eleições. Em 25 de julho, seu governo proclamou quatro ordenações, amordaçando a imprensa, reduzindo ainda mais o eleitorado, dissolvendo a Câmara e mais uma vez convocando novas eleições. Foi o mais forte, e último ataque de Carlos X à política. A política passou então do processo eleitoral para os editoriais dos jornais de oposição e para as ruas de Paris. Em três dias gloriosos – *Les Trois Glorieuses* – tudo havia terminado. Carlos X abdicou e o orleanista Luís Felipe ascendeu ao trono francês. No levante cerca de oitocentos manifestantes e combatentes das barricadas e cerca de duzentos soldados das tropas leais ao rei haviam sido mortos. Mas os vitoriosos saudaram o acontecimento como um triunfo da política, esperando uma recompensa substancial: a reabilitação da vida política.²⁷

O novo regime, a monarquia de julho, produziu avanços significativos na educação, nos transportes e no desenvolvimento econômico. Pode parecer algo digno de nota que ela tenha duplicado o colegiado eleitoral na França, mas essa duplicação se deu apenas com a elevação do número de eleitores habilitados para 166 mil, ou seja, apenas três por cento da população francesa com mais de vinte e um anos à época. Luís Felipe muitas vezes tem sido caracterizado como o rei burguês por excelência por causa de sua aparência comum, de sua vida familiar modelar e até mesmo por causa

27. GAY, 1995, p. 236–237.

de seu guarda-chuva. Conquanto em boa medida a nobreza tenha sido afastada do poder central, assumindo cargos nas províncias, ainda assim a maior parte da classe média estava excluída do acesso ao poder de tal forma que o regime poderia ser caracterizado como sendo “uma estreita oligarquia de notáveis – governo de poucos, por poucos e para poucos”.²⁸

Embora se considere que a revolução de 1830 tenha representado o triunfo da classe média, temos de levar em conta que os burgueses que tinham influência política estavam divididos em questões substanciais. Enquanto alguns banqueiros e homens de negócios franceses temiam as turbulências que ocorriam na Inglaterra da Revolução Industrial e se negaram a acelerar o ritmo do desenvolvimento industrial na França, outros estavam dispostos a promover esse desenvolvimento das indústrias, facilitando as condições de investimento, e o desenvolvimento de uma rede de ferrovias como ocorria na Inglaterra.

Em 1848 a França passa novamente por um processo revolucionário. A situação descrita abaixo nos mostra bem o estado de ânimos vigente e o quanto o país estava distante de uma suposta estabilidade política produzida por uma classe que teria se consolidado no poder:

Em estonteantes quatro anos a França foi monarquia, república e império. Em fevereiro de 1848 Luís Felipe foi mandado para o exílio e foi proclamada a Segunda República, completa, inclusive com sufrágio universal: durante quatro sangrentos dias, as massas que nas barricadas haviam promovido a Revolução

28. GAY, 1995, p. 238.

de Fevereiro foram dizimadas. Em dezembro, Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do imperador, antes fora da lei, foi eleito presidente da República, um Estado que ele jurou solenemente defender em sua instalação, cinicamente solapou nos meses seguintes e impiedosamente destruiu em 2 de dezembro de 1851. Seu *coup d'état* [golpe de estado] pôs fim à efervescência política na França e, com isso, à liberdade política. Em seu império, confirmado precisamente um ano depois, qualquer fala sobre a morte da política, ou pelo menos sobre sua paralisia, seria mais apropriada do que havia sido no tempo de Luís Felipe.²⁹

Se a Inglaterra desde a revolução puritana em meados do século XVII e da revolução gloriosa ao final daquele mesmo século adquiriu uma merecida reputação de estabilidade política, o mesmo não ocorria na França dois séculos depois, em meados do século XIX:

Por esta época os franceses haviam adquirido, e para isso estavam contribuindo com regularidade, a reputação de instabilidade política. No curto espaço de sessenta anos, tinham vivido sob uma dúzia de constituições, duas repúblicas, duas dinastias e dois impérios. Breves reafirmações da política terminavam, de cada vez, com sua destituição. A era dos partidos estava chegando até mesmo na França, mas as obstruções que os partidos enfrentavam, e não apenas na França, mostravam que o futuro da cultura política responsável ainda era precário.³⁰

29. GAY, 1995, p. 239.

30. GAY, 1995, p. 240.

Constitui-se uma ironia da história o fato de no momento em que a França produzia um dos maiores avanços na cultura democrática europeia, instituindo o voto universal masculino, esse mesmo povo a seguir elege pelo voto Luís Napoleão, que, obcecado pela figura de seu tio, produz um enorme retrocesso nessa mesma democracia, restaurando o império.

Napoleão III se identificava de tal maneira com seu tio Napoleão Bonaparte que se pode dizer que o adorava. Considera-se o herdeiro de um nome e de uma tradição a ser preservada ao mesmo tempo que considerava esse parentesco um patrimônio político a ser explorado em nome da grandeza da França e de seu próprio destino à frente dos franceses. Nascido em 1808 de Luís Napoleão, irmão de Napoleão, e de Hortense de Beauharnais, filha da primeira mulher de Napoleão, Josephine, Luís Napoleão Bonaparte foi criado no ambiente imperial. Aos treze anos de idade, quando soube, por seu tutor, da morte de Napoleão em Santa Helena, ele escreveu à sua mãe: “quando ajo errado, e penso nesse grande homem, parece que sinto seu espírito dentro de mim estimulando-me a me tornar digno do nome Napoleão”³¹. Essa identificação era real e ao mesmo tempo funcional para os propósitos do político Napoleão III a ponto de ser “impossível dizer quanto da identificação de Luís Napoleão com seu tio era uma exploração calculada de suas mágicas conexões familiares, e quanto era uma necessidade não planejada e inconsciente; os dois motivos fazem uma mistura que não pode ser separada”.³²

31. GAY, 1995, p. 246.

32. GAY, 1995, p. 246.

No final de outubro de 1849 Napoleão III dirigiu-se à Assembleia Nacional usando termos que revelam bem o quanto sua política reivindicava da memória e do mito de seu tio. Em sua mensagem dizia: “O nome de Napoleão é, em si mesmo, todo um programa. Ele quer dizer: no país ordem, autoridade, religião, o bem-estar do povo; no exterior, dignidade nacional. Esta é a política, inaugurada com minha eleição, que, com ajuda da Assembleia e do povo, quero ver triunfar”.³³ A forma de exercício do poder de Napoleão III era entendida por ele como algo que ele teria herdado de seu ancestral famoso: a capacidade de se identificar com as massas, identificação esta que dispensava a própria ideia de mediação política. Na medida em que o líder está no coração das massas, ele pensa e age apenas no interesse destas. Não é que o líder represente as massas. Ele não necessita dessa mediação. Ele é parte integrante, na verdade a parte principal, dessas massas por se identificar com elas e por ser amado por elas.

Contudo, Napoleão III não tinha apenas seu tio famoso como um exemplo a ser seguido. Ele também era um admirador do imperador romano Júlio César. Essa dupla admiração e inspiração contribuiu para associar o seu regime a uma nova categoria política, o cesarismo político. Essa categorização é bem desenvolvida por Walter Bagehot em um ensaio de 1865:

A noção de “governante demagogo” remonta aos antigos gregos, mas, na grande página da história universal, Júlio César é o primeiro exemplo de déspota democrático. Ele derrubou uma

33. GAY, 1995, p. 250.

aristocracia – corrupta, e talvez combatida, é verdade, mas ainda assim uma aristocracia – com a ajuda do povo, do povo desorganizado. Ele disse à maioria numérica dos cidadãos romanos: ‘Eu sou seu advogado e líder: façam-me supremo e eu governarei para o seu bem, e em seu nome.’³⁴

O cesarismo é indissociável de um mal da política democrática moderna cuja ideia nos é mais familiar, o culto da personalidade. A forma cesarista de dominação política é vista por Peter Gay não apenas como uma mera doença do corpo político, uma forma patológica de soberania popular. Aqueles que seguem o César não se ligam a ele apenas por cálculos de interesse. Eles se ligam uns aos outros numa fraternidade apaixonada e a seu líder numa submissão cega e ardente, de tal forma que o modo cesarista de dominação pode ser caracterizado como “uma democracia erótica que obtém sua autoridade de uma não menos erótica submissão a um herói”. Nesses termos, o cesarismo pode ser visto como “um elemento lógico, embora problemático da democratização da política”. Peter Gay então conclui que “o paradoxo de aspirações absolutistas numa era de democratização continuava a perseguir a política do final do século XIX”.³⁵

Para governar, Luís Napoleão fez uso sistemático de um expediente que seu tio já usara – o plebiscito. Existe uma máxima na política de que nenhum governo lança mão de um plebiscito para ele decisivo se não tiver a certeza de ganhá-lo. Para assegurar a vitória, oradores católicos pediam votos aos fiéis, o ministro do interior

instruía os prefeitos de todo o país a exercerem sua influência para garantir os resultados desejados e os comandantes militares discursavam para as tropas declarando seu apoio ao regime. Quando tudo isso não se mostrava suficiente, empregava-se o recurso puro e simples da fraude. Com a oposição silenciada e o medo de represálias no ar, o resultado era garantido. Nos plebiscitos que convocou, o regime obteve amplas maiorias favoráveis. Mas mesmo que as consultas fossem livres e honestas provavelmente o resultado não seria diferente.

Em 2 de dezembro de 1852 Napoleão III converteu seu mandato recém-obtido de dez anos em dignidade imperial. Uma data escolhida pelo seu simbolismo, já que Napoleão Bonaparte havia sido consagrado imperador na catedral de Notre Dame pelo Papa Pio VII nesse mesmo dia em 1804 e um ano depois, em 1805, obteve, novamente nesse dia, a decisiva vitória na batalha de Austerlitz. Feito Napoleão III o novo imperador dos franceses, a repressão política se acentuou abafando sistematicamente a expressão política e as organizações políticas a ponto, como nos é descrito abaixo, de o ditador conseguir refinar a repressão em arte:

Seu regime multou e prendeu editores, escritores e pintores; fechou jornais e editoras que ofendiam seu sentido do que era próprio para os eleitores franceses saber; proibiu panfletos radicais, canções, cartazes e almanaques. Sob o olhar benevolente do imperador, o estado regulamentou com rigor clubes políticos e autorizou funcionários locais a proibi-los; o funcionário que assistia a suas reuniões, a ouvir fleumaticamente, mas com atenção, passou a ser um aspecto normal de sua existência precária.

34. BAGEHOT, Walter, apud GAY, 1995, p. 244.

35. GAY, 1995, p. 241–242.

Qualquer ocasião em que os espíritos independentes pudessem se transformar em um movimento de auto-expressão política – funerais, banquetes, feiras – atraía a interferência policial. E enquanto isso continuava a perseguição de opositores políticos, a deportação de estrangeiros de ar suspeito e o expurgo de funcionários públicos não confiáveis.³⁶

O regime que era inegavelmente repressivo era também modernizador. Ele incentivou a modernização das manufaturas e da indústria francesas, que se mostravam à época muito atrasadas em relação às inglesas, promoveu o crescimento econômico, produziu reformas no sistema bancário tornando-o mais flexível, reduziu tarifas e apoiou a expansão da rede ferroviária. Mas a maior iniciativa em termos de modernização de Napoleão III foi a que transformou completamente a cidade de Paris. Em 1853 ele indicou Georges Eugène Haussmann para prefeito do Sena. Com grande apoio do imperador ele reconstruiu muito da velha cidade acabando com boa parte de suas ruas sinuosas e estreitas, suas casas decrepitas e seus esgotos insalubres. Em quase duas décadas de incessante demolição

36. GAY, 1995, p. 252.

e construção surgiu uma nova capital, uma vitrine literalmente quase irreconhecível com belos parques, bulevares espaçosos e um eficiente sistema de esgoto. Muito já se disse sobre as medidas de ampliação das ruas e demolição de locais apinhados tendo como objetivos impedir as históricas formações de barricadas na cidade e facilitar o deslocamento de tropas. Mas não era apenas isso. Havia também uma preocupação com o embelezamento da cidade e com torná-la mais funcional e prática para o deslocamento de pessoas e veículos. Até os dias de hoje reformas daquela época ainda constituem um marco na arquitetura da cidade.

Imagem 2: Provost (1862), Demolições em Paris (Ile de la Cité): aspecto atual dos trabalhos.

Em 2 de setembro de 1870 os franceses foram derrotados em Sedan pelas tropas alemãs. O imperador fugitivo foi capturado e em dois dias foi proclamada a terceira república na França. O principal artífice da derrota de Napoleão III foi Otto von Bismark, ministro presidente da Federação Norte-Alemã e primeiro-ministro da Prússia.

Apesar de sua admiração pelo parlamentarismo inglês e por sua tradição liberal, Bismarck era um monarquista que procurava manter certa distância do povo, ao mesmo tempo que acreditava que podia manipulá-lo em eleições nas quais procurava fortalecer o poder da monarquia e seu próprio poder e neutralizar a crescente influência das classes burguesas liberais. Sua base política era constituída pelos grandes proprietários de terra, os *junkers* prussianos, e pelos camponeses.

Em 1877 o Partido Socialdemocrata obteve quase meio milhão de votos nas eleições (9% do total) para o Reichstag e se transformou na quarta maior força política do país. Em junho de 1878 houve um atentado contra a vida do *kaiser* Guilherme I que o deixou ferido. Bismarck aproveitou a oportunidade para acusar os socialdemocratas pelo ataque, embora não houvesse qualquer evidência de seu envolvimento no episódio. Dissolveu então o Reichstag e convocou novas eleições que lhe deram a maioria para aprovar uma lei que criava grandes dificuldades para os socialdemocratas na Alemanha. Por doze anos a partir da aprovação dessa lei até ela ser revogada, eles tiveram de fazer campanha sob condições terríveis: seus congressos foram postos fora da lei, seus jornais confiscados e suas manifestações públicas dissolvidas ao menor pretexto. Enquanto reprimia seus adversários, Bismarck instituía políticas modernizadoras que se tornaram referência na Europa, a exemplo de sua legislação

de proteção social muito avançada para a época: em 1883, aposentadoria por doença; em 1884, aposentadoria por acidentes; em 1889, aposentadoria por idade e invalidez. Mas tais políticas não conseguiram evitar o avanço dos socialdemocratas. Ainda nas eleições de 1890, último ano da lei antissocialista, os socialdemocratas alcançaram quase 1,5 milhão de votos (19% do total).³⁷



Imagem 3: Édouard Detaille (1877). Oficiais alemães prestam homenagem aos prisioneiros franceses feridos.

Nesse mesmo ano de 1890 o novo imperador Guilherme II, que, numa caracterização precisa de sua personalidade, Peter Gay o considera “vaidoso, auto-referente, imprevisível, louco para afirmar sua autoridade”³⁸, afastou Bismarck do poder por considerá-lo uma

37. GAY, 1995, p. 267–268.

38. GAY, 1995, p. 268.

figura que poderia ofuscá-lo. Mas ele já tinha firmado seu nome como um dos grandes políticos do século XIX:

No final da década de 1860, Bismarck cunhou um famoso aforismo: “Política é a arte do possível”. O dito é menos banal do que parece à primeira vista. Ele concisamente chama a atenção para um aspecto de que Bismarck muito se orgulhava – seu realismo. Mas embora tenha sido mais adaptável do que os dois Napoleões, diante das pressões em prol de uma política democrática ele não foi suficientemente realista. O fato de o império que criou quase que sozinho ter sobrevivido a ele por menos de três décadas em grande parte deve ser creditado a seus desígnios, a suas políticas e a suas limitações. Nem mesmo ele, o mais brilhante dos céсарes modernos, conseguia pular por cima de sua sombra. O futuro da democracia está em outro lugar.³⁹

O futuro da democracia está no aperfeiçoamento de suas próprias instituições, o que, no caso da Alemanha, só ocorreu depois da Segunda Guerra, depois da experiência traumática da ascensão e queda do nazismo. Se a Alemanha teve de esperar todo esse tempo para que suas instituições democráticas se implantassem solidamente, outro país europeu teve uma trajetória gradual e persistente de amadurecimento da democracia. Trata-se da Inglaterra.

Ao longo de todo o século XIX na Inglaterra se discutiu sobre o direito de voto e as pré-condições para que cada um participasse da política. Algo que se considerava como um fator de delimitação

do direito à participação política era a propriedade. Para muitos a ausência de propriedade deveria ser um fator limitador, para não dizer de exclusão, da participação política, por considerarem que quem não tinha propriedades estava numa condição de tal forma precária a ponto de não ter vontade própria. A relação de dependência e às vezes de deferência dessas pessoas para com outras das quais dependiam submetiam as primeiras à vontade política das últimas, e assim aquelas não deveriam participar da política por não possuírem autonomia.

Desde o século XVIII, com os pensadores do iluminismo, um fator considerado fundamental para se definir o direito à participação na política era a educação. Mas, numa Europa de uma maioria de analfabetos e de semialfabetizados, esse não poderia ser um critério absoluto de participação a não ser que se desejasse excluir tais maiorias. Embora esse fosse o desejo de alguns, havia muitos que desejavam sinceramente ampliar o direito de voto. Na Inglaterra eles se dividiam entre os democratas radicais, que desejavam ampliar ao máximo e sem demora esse direito, instituindo o voto universal masculino, e os liberais democratas que desejavam uma ampliação gradual e controlada do mesmo direito. A princípio pode-se pensar na moderação dos liberais ingleses como uma forma de conservadorismo disfarçado, mas não é exatamente o que se observa. Já Bismarck dizia não temer as massas por serem elas conservadoras e por acreditar que elas apoiariam a aristocracia nos momentos que se revelassem realmente decisivos. Não podemos nos esquecer de que, no momento em que a França instituiu voto universal, também os franceses elegeram Napoleão III e este sufocou a democracia na França ressuscitando o Império. Essa era sem dúvida uma razão

39. GAY, 1995, p. 269.

para que “de qualquer forma entre a maioria dos liberais franceses, o temor das plebes era maior que as esperanças a seu respeito. [Para esses liberais] dar voto às massas era um convite ao caos”⁴⁰. O que observamos é “que esse temor da multidão bestial, não por sua força revolucionária, mas por seu potencial reacionário, continuou como uma força dissuasória contra o direito de voto mais amplo”⁴¹.

Esses temores e hesitações de muitos progressistas foi uma razão para que a democracia avançasse lentamente, conquanto muitas vezes com passos seguros à época. Quando se discutiam os critérios de ampliação do direito de voto, muitas vezes tal direito acabava por ser ampliado pelo convencimento da maioria de que, na medida em que a política não é apenas o reino da razão, nela também estão sempre presentes as paixões. Convenciam-se assim de “que os ricos e educados nem sempre eram racionais, e que os pobres e sem instrução não eram necessariamente emocionais, vítimas indefesas de suas necessidades embrutecidas e temores”⁴².

Na Inglaterra a democracia avançou muito no século XIX. Uma sucessão de leis em 1832, 1867, 1884 e 1885 ampliavam o direito à participação política. Estas foram reforçadas por leis importantes em 1870 e 1871, indo no sentido da educação universal e garantindo a votação secreta.

A Lei da Reforma de 1832 reduziu as evidentes desigualdades entre os distritos eleitorais, atribuiu um peso maior, porém ainda inadequado, aos detentores de propriedade que viviam nas grandes cidades da Grã-Bretanha, cidades que passavam por um processo

40. GAY, 1995, p. 274.

41. GAY, 1995, p. 276.

42. GAY, 1995, p. 270.

muito intenso de urbanização e crescimento econômico com a Revolução Industrial. Eliminaram-se alguns dos mais escandalosos abusos que tornavam tão confortável e tão previsível a entrada na Câmara dos Comuns antes da reforma. Ao acrescentar meio milhão de eleitores, ela quase triplicou o número de votantes, embora esse número, em relação à população adulta masculina total, ainda permanecesse baixo. Em 1867, após complicadas manobras parlamentares da parte tanto de liberais como de conservadores, a proposta do conservador Disraeli, de maior alcance que a do liberal Gladstone tornou-se lei. A segunda lei de reforma dava direito de voto à maioria dos trabalhadores urbanos da Grã-Bretanha e praticamente dobrou o eleitorado. Na discussão do projeto de lei na Câmara dos Comuns a tentativa de John Stuart Mill de estender o direito de voto às mulheres foi derrotada por ampla maioria.⁴³

Em 1870 aprovou-se a Lei de Educação que estabeleceu o primeiro sistema nacional de escolas da Grã-Bretanha. Em 1891 todas as crianças da Grã-Bretanha já tinham educação gratuita. Essas melhorias na educação foram acompanhadas por ampliações sucessivas no direito de voto:

Em 1884, uma terceira reforma retirou algumas anomalias deixadas por sua predecessora. Enquanto a lei de 1867 havia dado o voto aos chefes de família nas cidades, sua sucessora ampliou tal direito à maioria dos homens nos campos. Depois, em 1885, uma maciça redistribuição dos assentos equalizou ainda mais o peso político do voto, não importando onde o eleitor morasse. Quando

43. GAY, 1995, p. 281–284.

terminaram os anos vitorianos, ainda não tinham direito de voto os que recebiam auxílio-desemprego e as mulheres. Mas o ideal de Gladstone, e da maioria dos liberais da Grã-Bretanha de incluir os “cidadãos capazes” havia se realizado. Em 1885, os cidadãos capacitados da Grã-Bretanha chegavam a três homens em cada cinco. E seu voto não era apenas secreto; do começo da década de 1880 em diante era também limpo. A severa Lei de Práticas Ilegais de Corrupção, de 1883, finalmente removeu um notório obstáculo à racionalidade política. Os engodos políticos tinham de tomar outra forma que não fosse embebedar os eleitores ou dar-lhes dinheiro.⁴⁴

A cultura política democrática avançou muito na Europa durante o século XIX. De uma situação em que os direitos à participação política eram apenas para uma minoria que se qualificava para tal pela renda e pela educação, passamos a uma situação de direito de voto para uma maioria da população adulta masculina. Os avanços foram muito significativos e não devem ser menosprezados. No debate político de nossos dias eles tendem a sê-lo por um argumento que os desqualifica como sendo apenas avanços limitados de uma democracia burguesa que se volta para poucos, notadamente os detentores de poder econômico, ou seja, uma democracia para os possuidores de propriedade e dinheiro. Conquanto seja verdade que essa democracia que se constituiu ao longo do século XIX tenha suas limitações, aliás, como toda e qualquer forma de democracia, a concepção de que essa democracia nada resolvia e que era

necessário reinventar uma nova forma de participação política que expressasse a vontade da maioria ou vontade das massas de uma forma direta e efetiva, prescindindo da mediação da representação parlamentar enquanto forma de expressão política das vontades individuais, esteve na base da ascensão de regimes totalitários na primeira metade do século XX, como o fascismo, o nazismo e o comunismo soviético.

Se o aparecimento dos césares políticos como Napoleão Bonaparte, Napoleão III e Bismarck representaram empecilhos ao avanço da democracia no século XIX, esses novos regimes do século XX representaram um enorme retrocesso na medida em que nem os absolutismos da Europa dos reis eram tão autoritários e repressores como eles. Precisamos entender melhor como se deu a ascensão ao poder de líderes como Mussolini, Hitler e Stalin e como os regimes que fundaram funcionavam para que compreendamos que a democracia em que vivemos, apesar de seus vários problemas, sendo o principal deles a dificuldade em instituir uma igualdade social mais efetiva e uma sociedade mais justa, ainda é uma sociedade em que as liberdades conquistadas, tanto em relação a um passado mais remoto como a um mais recente são conquistas que precisam ser valorizadas. Veremos, na história do século XX, que o ideal de uma sociedade de iguais tem de ser conciliado com o ideal de uma sociedade de preservação das individualidades, para que não caminhemos para uma sociedade em que o coletivo é tudo e as pessoas individualmente nada.

44. GAY, 1995, p. 286.



2

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

1914 – *Atentado contra o herdeiro do trono austro-húngaro e início da Primeira Guerra Mundial.*

1917 – *Revolução Russa.*

1918 – *Final da Primeira Guerra Mundial.*

2 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Em 1898 o banqueiro e empresário ferroviário polonês Jan Gotlib Bloch (1836–1901), conhecido em russo como Ivan Stanislavovich Bloch, publicou em Paris um livro intitulado *La guerre future* [A guerra futura]. Ivan S. Bloch nasceu judeu e se converteu ao calvinismo. Depois de ter estudado na Universidade de Berlim, se mudou para São Petersburgo, então capital do império russo. Em 1877 foi nomeado membro do comitê científico do ministério das finanças russo. Em seu livro previa que, com o desenvolvimento dos armamentos e das tecnologias militares que ocorreram naquele final de século, as guerras travadas com essas novas armas não poderiam se prolongar. As batalhas seriam transformadas rapidamente em impasses sangrentos e o custo de se manter grandes exércitos nos campos de batalha seria tão proibitivo que as economias dos países beligerantes seriam sobrecarregadas pelo esforço de guerra a ponto de levar suas populações a agitações sociais que se transformariam em revoluções por toda parte.

O livro previa com tanta precisão o curso e as consequências da Primeira Guerra Mundial que muitos historiadores se perguntam sobre as razões de ele não ter recebido maiores atenções à época em que foi escrito. Mas nem todos o ignoraram. Depois de ter recebido Ivan Bloch em agosto de 1898, o czar Nicolau II chegou a propor uma conferência internacional para discutir a paz e o desarmamento. Na carta aberta em que propunha tal conferência o czar dizia que as nações estavam construindo terríveis máquinas de destruição que iriam transformar a paz armada num fardo esmagador para todas

as nações e que, se tal situação fosse prolongada, de modo inevitável levaria exatamente à catástrofe que pretendia evitar.⁴⁵

Em 28 de junho de 1914 o herdeiro do trono da monarquia austro-húngara, o arquiduque Francisco Ferdinando e sua mulher Sofia foram assassinados em Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina, um protetorado da Áustria desde 1908 em que havia muitos sérvios. Quem cometeu o atentado foi Gavrilo Princip, um jovem de 19 anos ligado ao grupo terrorista sérvio Mão Negra que era treinado e apoiado por elementos do exército sérvio. A partir desse acontecimento menor ocorrido nos Bálcãs, na periferia da Europa, a guerra tem início com a declaração de guerra pela Áustria contra a Sérvia em 28 de julho de 1914. Em agosto a guerra se alastra pela Europa envolvendo países como Bélgica, Alemanha, França, Rússia e Grã-Bretanha.

O historiador inglês Eric Hobsbawm⁴⁶ chama a atenção para o fato de que, se um dos grandes ministros ou diplomatas do passado, um Tayllerand ou um Bismarck, se levantasse da cova para observar a Primeira Guerra Mundial, certamente se perguntaria por que estadistas sensatos não tinham decidido resolver a guerra por meio de algum acordo antes que ela destruísse o mundo de 1914. E Hobsbawm acrescenta que é o que nós também devemos perguntar-nos. Diríamos que não só um acordo para cessar a guerra, mas principalmente um acordo para evitá-la. Outro historiador inglês, Michael Howard⁴⁷, tratando das mesmas indagações sobre as origens da Primeira Guerra,

45. CARTER, Miranda. *Os três imperadores: três primos, três impérios e o caminho para a Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 272.

46. HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914–1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 37.

47. HOWARD, Michael. *Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: LP&M, 2011. p. 21.

recupera as ideias de um clássico do pensamento sobre as guerras, o general prussiano Carl von Clausewitz (1780–1831), que, em sua obra intitulada *Da guerra*, escrita em sua maior parte após as guerras napoleônicas entre 1816 e 1830 e publicada postumamente em 1832, dizia que as guerras podiam ser explicadas por três fatores: a política do governo, as atividades dos militares e as paixões dos povos.

Ao considerarmos a situação das principais nações europeias que se envolveram desde o início no conflito, temos a Alemanha como a nação mais dinâmica da Europa em termos econômicos, combinando essa modernidade com grande diversidade social e regional e um notável arcaísmo político. A Alemanha já ultrapassara a Inglaterra na produção de carvão e aço e estava revolucionando sua produção com inovações ligadas à química e à eletricidade. No leste predominavam os conservadores agrários, os *junkers* com suas grandes propriedades; no norte e no oeste, os industriais; no sul, os fazendeiros católico-romanos bávaros; e nos vales do Reno e do Ruhr, classes operárias industriais com suas lideranças ligadas ao partido Social-democrata, que já se tornara o maior partido no Reichstag em 1914. A partir da unificação alemã em 1871, o sistema político alemão previa que o orçamento seria votado pelo Reichstag, mas o governo seria nomeado pelo monarca e a ele prestaria contas. O chanceler fazia a intermediação entre o parlamento e o *kaiser*. Enquanto Bismarck ocupou o cargo, sua habilidade política fez com que essa função tivesse a maior importância, mas, desde que foi destituído pelo *kaiser* Guilherme II em 1890, o cargo passou a ser eclipsado pelo próprio *kaiser*, com suas tendências de centralizar o poder e de aproximar-se dos militares. Como assinala M. Howard, dado o papel central desempenhado pela Alemanha na Primeira Guerra, os próprios alemães e o

mundo tiveram a infelicidade de encontrar em Guilherme II uma personalidade extremamente complicada, marcada por “um militarismo arcaico, uma ambição desmedida e uma insegurança neurótica”.⁴⁸

Apesar da crescente importância da Alemanha e dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha ainda era uma grande potência e detinha o maior império que o mundo já conhecera. No entanto, era fortemente dependente do comércio mundial para obter suas riquezas e para suprir-se de alimentos. Qualquer ameaça à supremacia de sua Marinha Real representava uma grande preocupação para seus governantes e era algo que dominava suas relações com outras potências. Quanto à França, até 1815 sua principal rival era a Grã-Bretanha, mas no século XIX sua situação era de declínio, já que não passara por uma revolução industrial como a que ocorrera na Grã-Bretanha e que estava ocorrendo na Alemanha. A derrota de 1871 para a Alemanha e as consequentes anexações das regiões da Alsácia e da Lorena fizeram com que a França procurasse um novo aliado – a Rússia. O império russo, por sua vez, passara na década de 1890 por um incipiente processo de industrialização baseado na construção ferroviária financiada principalmente por capitais franceses. Essa modernização econômica, no entanto, não foi acompanhada por qualquer modernização política significativa. O império possuía uma enorme população camponesa que apenas recentemente, em 1861, fora resgatada da servidão com abolição da mesma pelo czar Alexandre II. Os czares russos ainda exerciam um absolutismo que a Europa ocidental não mais conhecia, e quaisquer demandas de reformas políticas eram brutalmente reprimidas. Mesmo a

48. HOWARD, 2011, p. 29.

modesta modernização econômica que ocorria estava muitas vezes na origem de um temor de perda de controle político.

Entre o atentado de Sarajevo e as decisões de mobilização geral dos exércitos no mês de julho de 1914, teria sido possível evitar a guerra, mas ninguém se empenhou devidamente nisso. Seja qual a for a dose de responsabilidade que atribuíamos seja ao império Austro-Húngaro, seja à Alemanha, seja à coalizão formada por Grã-Bretanha, França e Rússia, o fato é que nenhuma das grandes potências se empenhou o suficiente para evitar uma guerra que o ultimato da Áustria à Sérvia tornara provável, mas não inevitável. No desencadear da guerra temos o que podemos qualificar como um déficit diplomático, uma dificuldade das chancelarias em resolver com rapidez questões e impasses que poderiam ser resolvidos, mas que não o foram. Basta lembrar que a Sérvia havia aceitado as condições do ultimato da Áustria, mas esta, tendo conseguido o apoio da Alemanha, usa a ocasião para acertar as contas com a Sérvia e declara guerra a ela. Se as deficiências, as hesitações e a morosidade da diplomacia estão na origem da guerra, uma questão mais de fundo também tem grande responsabilidade no desencadear da tragédia, qual seja o consentimento dos povos que era tido como certo pelos poderes públicos. Pode parecer-nos estranho, mas a guerra em seu início foi popular e apenas perdeu o apoio das opiniões públicas na medida em que se prolongava com o cortejo de sofrimento e morte que a acompanhava. Podemos afirmar que,

provocada por um atentado nacionalista, a guerra de 1914 começa como uma guerra de nacionalidades, levando ao ponto de incandescência as paixões coletivas que preencheram o

século anterior. Os Estados e os povos que nela entraram investem não só seu poder e sua glória, mas também o preconceito de sua posição e de sua história.⁴⁹

Se no mundo rural a guerra e o recrutamento eram encarados com certa resignação por camponeses que tinham de deixar suas terras aos cuidados dos idosos, mulheres e crianças, nas cidades o apoio à guerra era grande. Depois de um século em que a autoconsciência nacional fora inculcada por programas educacionais que visavam formar cidadãos leais e obedientes, era natural que a guerra agora fosse vista como uma questão nacional, já que, “à medida que as sociedades se tornavam cada vez mais seculares, o conceito de nação, com toda sua panóplia e herança militar, adquiria uma significação quase religiosa”.⁵⁰

Recordando-se de 1914, época em que era estudante, o francês Robert Poustis diz que, quando criança, na escola ou em família, se falava sempre das províncias perdidas – a Alsácia-Lorena –, que haviam sido tomadas pela Alemanha depois da guerra de 1870 e do desejo de seus compatriotas de retomá-las. Diz ainda que, na escola, essas províncias eram assinaladas com uma cor especial em todos os mapas, como se os franceses estivessem de luto por sua perda. Conclui que

assim, nos primeiros dias da mobilização militar, houve muito entusiasmo. Todos gritavam, ávidos por tomar o caminho da frente de batalha. Os carros e os vagões de trem carregados de

49. FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 61.

50. HOWARD, 2011, p. 47.

soldados estavam cheios de bandeiras tricolores: 'Para Berlim, para Berlim'. Queríamos ir para Berlim imediatamente, com baionetas, espadas e lanças, e arremeter contra os alemães. A guerra, pensávamos, duraria no máximo dois meses ou talvez uns três.⁵¹

Do lado alemão, o entusiasmo era parecido conforme nos diz Heinrich Beutow, também ele estudante em 1914:

Evidentemente minhas lembranças são as de uma criança. Eu estava em uma pequena praça-forte alemã em 1914 e me lembro muito bem do enorme entusiasmo. Nós, alunos, estávamos imbuídos de grande patriotismo quando a guerra estourou. Meu pai era um oficial de infantaria da ativa, e nunca vou me esquecer do dia em que eles partiram marchando para os trens. Todos os soldados estavam cobertos de flores, e não havia arma que não as ostentasse. Acho que até os cavalos estavam enfeitados. E é claro que muitas pessoas os seguiam. Bandas tocavam, bandeiras eram agitadas em um ambiente tomado pela inabalável convicção de que a Alemanha iniciaria os combates de fato e venceria a guerra muito facilmente.⁵²

Como lembra F. Furet, se a guerra tem entre suas origens a competição entre as grandes potências por mercados e colônias, ela

51. ARTHUR, Max. *Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial: uma nova história contada por homens e mulheres que vivenciaram o primeiro grande conflito do século XX*. Tradução de Marco Antônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. (Compilação de Max Arthur em associação com o Museu Imperial de Guerra britânico). p. 23.

52. ARTHUR, 2011, p. 37.

só é aceita pelos povos por razões de uma outra ordem, nacionais ou mesmo nacionalistas, extraídas de um fundo mais antigo. Em toda a parte, a ideia dominante entre os que partem para a guerra é a de servir à comunidade nacional. Segundo esse historiador, tal ideia assume formas diversas, e intensidades diferentes, conforme as situações e as ancoragens que encontra ou inventa: vinculada à Alsácia-Lorena entre os franceses, ao hábito de preponderância entre os ingleses, ao dinamismo de uma desforra sobre o passado entre os alemães, ou ainda à espera de uma emancipação coletiva entre as pequenas nações sem Estado. A guerra “constitui através da Europa inteira um plebiscito dessa invenção europeia por excelência que é a nação”⁵³. Um plebiscito tranquilo na medida em que no momento em que a guerra começa,

a pertença nacional permanece sendo o sentimento mais bem partilhado da humanidade europeia: sentimento que não é necessariamente belicista, embora possa sê-lo, mas levando, em todo o caso, ao consentimento dado de antemão à guerra, conquanto que esta tenha um objetivo inteligível para todos.⁵⁴

Ao contrário da Segunda Guerra Mundial – da qual temos uma melhor compreensão das causas e consequências, estando exatamente a Primeira Guerra entre as suas causas e a preocupação em se evitar os erros e equívocos que redundaram na crise do entre guerras como uma de suas maiores consequências –, em relação à

53. FURET, 1995, p. 53.

54. FURET, 1995, p. 53.

Primeira Guerra temos uma dificuldade grande em termos claras as suas causas, embora tenhamos uma tendência quase automática – e equivocada – de vermos como sua consequência inevitável o fato de ter ocasionado a Segunda Guerra. François Furet se pergunta se a Europa de antes da guerra é realmente a Europa de onde saiu a guerra, na medida em que ela aparece como um mundo tão civilizado e homogêneo, comparado ao resto do universo, que o conflito desencadeado pelo assassinio de Sarajevo assume quase um ar absurdo. Acrescenta que, em se tratando de uma guerra civil travada por Estados soberanos em nome de paixões nacionais, desencadeada por um acidente, num mundo de sentimentos e ideias para sempre desaparecido de nossas memórias, a Primeira Guerra, na medida em que efetua uma formidável ruptura com o que a precede, continua sendo um dos acontecimentos mais enigmáticos da história moderna, possuindo esse traço excepcional de certos eventos, de não serem mais que uma origem. Conclui Furet que

a guerra de 1914 mudou completamente a vida da Europa, fronteiras, regimes, disposições de espírito, costumes até. Ela agiu tão profundamente na mais brilhante das civilizações modernas que não deixa intacto nenhum de seus elementos. Ela marca o início de seu declínio como centro da potência do mundo, ao mesmo tempo que inaugura este século feroz de que estamos saindo, repleto de violência suicida de suas nações e de seus regimes.⁵⁵

55. FURET, 1995, p. 33.

As razões que levaram os governos a entrarem em uma guerra que a princípio poderia ter sido evitada não são, no entanto, tão obscuras e incompreensíveis como podem nos parecer à primeira vista. Uma boa síntese dessas razões seria a seguinte: os austríacos estavam lutando para preservar o seu império multinacional histórico contra a desintegração provocada pela sua antiga adversária Rússia. Os russos estavam lutando por seus amigos e parentes eslavos, para defender sua honra nacional e para cumprir suas obrigações com a aliada França. Os franceses estavam lutando para se defender de uma agressão totalmente gratuita de seu inimigo tradicional. Os britânicos estavam lutando para preservar a lei das nações e prevenir a maior ameaça vinda do continente que já tinham enfrentado desde Napoleão. Os alemães estavam lutando em nome do único aliado que lhes restava, e também para repelir uma ameaça eslava do leste que se unira a seus invejosos rivais no oeste para asfixiar sua legítima emergência como potência mundial.⁵⁶

Considerando as razões acima, podemos melhor nos situar em relação ao paradoxo de que

não havia certamente lógica na decisão do Estado-Maior alemão de, para apoiar os austríacos num conflito com a Rússia por causa da Sérvia, atacar a França, que não tinha parte na briga, e realizar este ataque invadindo a Bélgica, cujo status neutro tinha sido garantido por um tratado de 1831 que tanto a Alemanha como a Grã-Bretanha haviam assinado.⁵⁷

56. HOWARD, 2011, p. 48.

57. HOWARD, 2011, p. 44.

Ingressa-se então em uma guerra que tende a atingir a todos. Ela envolve milhões de homens por quatro longos anos sem qualquer intervalo sazonal como os que eram comuns nas campanhas anteriores. Da guerra participaram mais de 60 milhões de soldados, nela morreram em torno de 9 milhões de pessoas. Produziu ainda em torno de 20 milhões de feridos. Se a compararmos com as campanhas napoleônicas, aquelas podiam ser ainda classificadas como campanhas ou guerras aristocráticas, o que definitivamente não é o caso dessa guerra. A Primeira Guerra “feriu a todos, e isto a tal ponto de que existem poucos pais de famílias que nela não tenham perdido um pai ou um filho. Àqueles que sobreviveram, ela deixou recordações inesquecíveis, destinadas a obcecar suas atividades de cidadãos nos anos seguintes”.⁵⁸ Tais marcas que deixou nas famílias, na memória e no corpo de cada um fazem com que, para os contemporâneos, ela tenha sido sempre lembrada como A Grande Guerra.

Já em setembro de 1914 os alemães, em seu avanço em direção a Paris se encontravam esgotados e impossibilitados de impor derrotas decisivas aos franceses. Cavaram então trincheiras no oeste da França, a noroeste de Paris, na região ou departamento de Aisne, entre Soissons e Reims, e ali se instalaram com sua artilharia pesada. Era o fim da guerra de movimento e o início da guerra de trincheiras. Nesse *front* e nesses buracos os soldados passavam seus dias convivendo com ratos, piolhos, lama e com a artilharia inimiga desde essa época até o final da guerra em 1918. Essas trincheiras, acrescidas de fortificações defensivas, foram construídas em paralelo pelos dois lados em combate e eram separadas por uma faixa de

58. FURET, 1995, p. 51.

terra que chamavam “terra de ninguém”. As trincheiras no *front* ocidental se estendiam da costa do Canal da Mancha, na região de Flandres, até a fronteira da Suíça, perfazendo mais de 600 km.



Imagem 4: Uma trincheira britânica em Ovillers-La Boisselle (França), durante a batalha do Somme em julho de 1916. Os homens fotografados pertencem ao 11º batalhão do regimento de Cheshire. Uma sentinela monta a guarda enquanto os outros soldados dormem. Fotografia de Ernest Brooks.

De acordo com o depoimento do Capitão Maberly Esler, do Real Grupamento de Médicos de Campanha do Exército Britânico, pelo menos no caso de seu batalhão, quem combatia nas trincheiras ficava alternadamente quinze dias ali e quinze dias em um povoado a uns cinco quilômetros de distância.⁵⁹

59. ARTHUR, 2011, p. 352.

O dia a dia e as batalhas a partir dessas trincheiras se davam da seguinte forma: milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como – e com – ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia forçavam o inimigo a se recolher dentro daqueles buracos, até que, no momento certo, levadas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegidos por rolos e teias de arame farpado, avançando por um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, sob o fogo de metralhadoras, que os ceifavam como eles sabiam que aconteceria. Acrescenta que a tentativa alemã de romper a barreira de Verdun, entre fevereiro e julho de 1916, foi uma batalha de 2 milhões de homens, com 1 milhão de baixas, e fracassou. A ofensiva dos britânicos no Somme, destinada a forçar os alemães a suspender a ofensiva de Verdun, custou à Grã-Bretanha 420 mil mortos, sendo 60 mil no primeiro dia de ataque.⁶⁰

Em março de 1918, depois de transferir muitas de suas divisões da Rússia para o front ocidental, os alemães tinham avançado 24 quilômetros nos campos de batalha no Somme, o maior avanço no front ocidental desde 1914.⁶¹ François Furet por sua vez nos fala desta interminável frente de batalha, de trincheira em trincheira, nas quais se produzem 30 mil mortes para avançar 200 metros.⁶²

60. HOBBSAWM, 2001, p. 33.

61. ARTHUR, 2011, p. 327.

62. FURET, 1995, p. 53.

Um tenente do 1/5º Batalhão, Regimento de Infantaria de Warwickshire, Charles Carrington, recorda-se de sua experiência nas batalhas na França durante o ano de 1917:

O barulho das explosões ia ficando cada vez mais intenso até que, a certa altura, seus nervos não aguentavam mais. De um momento para o outro, em questão de segundos, você chegava à conclusão de que o próximo que estava vindo era para você. Nós nos atirávamos, portanto, na lama e nos encolhíamos o mais possível no fundo do buraco. Todos os outros em volta faziam o mesmo.

Às vezes você calculava mal e via que não era uma bomba que cairia na sua posição, pois passava direto e caía sobre outros a uns 400 metros de distância. Quando o projétil vinha, podia cair na lama e explodir com um estrondo demolidor. Os estilhaços mortais eram arremetidos em todas as direções e podiam cair a 50 metros do local de impacto. Chegávamos a ver um desses fragmentos de aço candente e recortado com mais de 200 gramas vindo na direção de seu buraco de bomba.⁶³

O sargento Stefan Westmann, da 29ª Divisão de Infantaria do Exército Alemão, descreve o momento em que enfrentou um cabo francês em uma batalha na França em janeiro de 1915. Encontrou seu oponente com a baioneta em posição de ataque, tal como ele mesmo, no entanto, foi mais rápido, desviou-lhe o fuzil e enfiou a baioneta em seu peito. O cabo francês caiu, pondo a mão no local do ferimento e a seguir o sargento alemão lhe deu outra estocada,

63. ARTHUR, 2011, p. 300.

o sangue jorrou-lhe pela boca e ele morreu. Recorda-se que quase vomitou e seus joelhos tremiam enquanto seus colegas lhe perguntavam sobre o que havia com ele. Eles ficaram absolutamente impassíveis perante o acontecido e, no entanto, eram pessoas comuns, como ele, e que nunca teriam pensado em ferir alguém antes da guerra, o que o leva a se perguntar:

Por que nós soldados desferíamos estocadas uns nos outros, estrangulávamos uns aos outros, nos lançávamos uns contra os outros como cães loucos? Por que, se não tínhamos nada uns contra os outros do ponto de vista pessoal, lutávamos uns contra os outros até a morte? Afinal, éramos pessoas civilizadas, mas vi que o tênue verniz de civilização que ambos os lados tinham tanto se desfez rapidamente. Atirar uns nos outros de certa distância, lançar bombas, é algo que não nos toca pessoalmente, mas, ver o branco dos olhos de um homem depois de enfiar a baioneta nele, isso contrariava minha ideia de civilização.⁶⁴

O grande historiador francês Marc Bloch, ele mesmo um combatente nessas batalhas no início da guerra, nos dá, em suas memórias de guerra entre os anos de 1914 e 1915, o retrato de um campo de batalha no dia 11 de setembro de 1914, após uma vitória francesa na batalha do Marne entre os dias 6 e 9 de setembro, batalha da qual ele havia participado:

64. ARTHUR, 2011, p. 100–101.

Equipes de soldados recolhiam os últimos feridos, franceses e alemães, e enterravam os mortos. Muitos cadáveres permaneciam ainda espalhados pelo chão. Pobres corpos que caíram em plena fadiga, seus músculos se contraíram como em um último esforço. Os mortos dos grandes combates não conhecem a majestade do eterno repouso. Um odor infecto fazia bater mais forte o coração. O solo estava cheio de destroços de todos os tipos, armas, equipamentos, fragmentos humanos. Vi uma perna que, separada do corpo que ela havia sustentado e lançada longe dele, permanecia isolada e quase ridícula em seu horror.⁶⁵



Imagem 5: Assalto francês às posições alemãs em Champagne, França, 1917.

65. BLOCH, Marc. Souvenirs de guerre, 1914–1915. In: _____. *L'histoire, la guerre, la résistance*. Paris: Gallimard, 2006. p. 130.

Em torno de 20 de dezembro de 1914, Marc Bloch recebe no vilarejo de Vienne-le-Chateau, no qual as tropas francesas estavam estacionadas, em torno da meia noite, da parte de um capitão, a notícia de que seu batalhão deveria partir na madrugada, por volta de quatro horas da manhã, para ocupar as trincheiras de segunda linha entre Vienne e La Harazée e atacar o inimigo. De manhã foram comunicados da ordem do dia do general Joffre, na qual ele anunciava a ofensiva destinada a liberar definitivamente o território. No entanto, durante todo o dia seus canhões troavam. A artilharia inimiga respondia fracamente. A noite ele e o capitão, sentados à entrada de seu abrigo comum, observavam a leste os clarões distantes do que parecia ser uma violenta batalha. Depois receberam a ordem de retornar ao local de onde partiram e não ouviram mais falar de ofensiva. Marc Bloch começa seu relato desse dia dizendo que ele começou por uma grande notícia que foi logo seguida de uma também frustração. Os soldados haviam recebido a notícia da ofensiva com uma grande alegria. Mas como, se esses combates eram tão mortíferos? A resposta era de que os dias intermináveis nas trincheiras eram piores: “a guerra de trincheiras nos parecia tão lenta, tão morna, de tal forma cansativa e desgastante para os corpos e o espírito que mesmo os menos corajosos recebiam com grande alegria a promessa de uma marcha adiante”.⁶⁶ Marc Bloch chama esse período de sua vida nas trincheiras de época da lama e o descreve nos seguintes termos:

Chovia frequentemente. No solo impermeável, quase plano e sem ondulações, a água não podia se infiltrar e nem escorrer. Nossas

66. BLOCH, 2006, p. 155.

trincheiras serviam de canais. Depois da cada pancada de chuva retirávamos nossa água. Os alemães em face faziam o mesmo, o que nos consolava um pouco. As paredes das trincheiras desmoronavam. Era sempre necessário consolidar, limpar os detritos, fixar novas escoras e pranchas, cavar de novo. Estes trabalhos incessantes esgotavam os homens. A argila prendia-se em suas pás, colava-se em suas mãos. Uma vez meu abrigo, afetado pelas chuvas, desmoronou. Por sorte, tendo percebido que ele estava ameaçado, eu o tinha prudentemente abandonado. Nós não sentíamos jamais muito frio. Mas a umidade persistente nos incomodava mais cruelmente que o teria feito uma temperatura rigorosa. Nossas roupas permaneciam encharcadas durante longas jornadas. Nossos pés ficavam gelados. A neve tenaz colava nas solas dos calçados, a nossos uniformes, às nossas roupas íntimas, formava uma fina camada em nossas peles, sujava nossos alimentos, ameaçava entupir os canos dos fuzis e bloquear os gatilhos. Os despertares eram terríveis. Eles aconteciam à noite e em noites muito escuras. Deslizávamo-nos por um solo impregnado de água. Os buracos de obus, as trincheiras abandonadas que os desmoronamentos haviam entupido somente pela metade formavam igualmente armadilhas escondidas no escuro.⁶⁷

Outro grande sofrimento do qual padeciam os soldados eram os ataques com utilização de bombas de gás mostarda. O capitão J. C. Hill, da Companhia Especial de Gás, Engenheiros Reais, recorda-se dos efeitos dessa nova arma nas batalhas de Ypres, em 1917, e do quanto ela era letal:

67. BLOCH, 2006, p. 156.

Alguns soldados ficavam cegos, ao passo que outros sufocavam – centenas tiveram de abandonar a linha. Por sorte, uma ou duas dessas bombas não explodiram, uma das quais peguei e levei para o centro de pesquisa. No entanto, nosso melhor químico levou semanas para descobrir o que era aquela nova substância. Um temível líquido oleoso com o nome de dichlorodithylsulphide [gás mostarda], que evaporava muito lentamente. Como tinha ainda um cheiro fraco, os soldados tendiam a não se dar conta da presença dele na atmosfera, mas, quando finalmente sentiam os olhos arder, era tarde demais. Se atingisse a sola de suas botas, atravessava-a e queimava os pés deles. E, se de alguma forma, elas ficassem impregnadas com esse gás e eles entrassem em um alojamento ou abrigo e dormissem lá, todos ali dentro seriam afetados também.⁶⁸

O gás mostarda penetra com facilidade nas roupas, nas solas dos sapatos e na pele. A princípio nada se percebe, mas, passadas duas horas de contato com o gás, a pele começa a ficar avermelhada e, depois de oito ou nove horas, começa a inchar. Depois de um dia, surgem numerosas massas de bolhas, que acabam formando grandes feridas. Essas feridas são de difícil cicatrização e afetam sobretudo os olhos, o nariz e a boca. Nos casos piores, podem levar à sepsia e à morte, mas em geral os pacientes se recuperam depois de seis semanas sob cuidados médicos e hospitalares.⁶⁹

68. ARTHUR, 2011, p. 279.

69. ENGLUND, Peter. *A beleza e a dor: uma história íntima da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Fernanda S. Akesson. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 444.

Em 3 de abril de 1915, Harvey Cushing, cirurgião do Exército americano, tece considerações pessoais em uma lista de casos interessantes que elaborava em um hospital militar de Paris. Em certo momento escreve que na hora do almoço uma enfermeira lhe diz que alguns dias antes vira um veterano de guerra de 1870–1871, sem as pernas, apoiar-se em suas muletas para fazer uma reverência para um homem 45 anos mais jovem que ele, uma das vítimas do atual conflito, também sem as pernas. Acrescenta que na tarde do mesmo dia fez uma visita ao departamento de cirurgias dentárias e ficou muito impressionado com os métodos novos, engenhosos e efetivos desenvolvidos ali na adaptação de dentes à mandíbula de indivíduos que tiveram grandes porções de seus rostos destruídos.⁷⁰

A guerra e seus traumas não ficavam apenas nas mentes e lembranças dos que lutaram nela. Ela também marcava para o resto de suas vidas seus corpos:

O fenômeno dos rostos mutilados ocorreu em todos os países que participaram da guerra. Em muitos casos, as vítimas viviam isoladas – por vontade própria, em sua maioria – em hospitais escondidos, onde permaneciam até a morte. Na França, 9.900 homens de rosto mutilado se reuniram depois da guerra em um evento para os veteranos.⁷¹

Em 16 de abril de 1917, o novo comandante-em-chefe francês, general Neville, lançou uma grande ofensiva contra os alemães no

70. ENGLUND, 2014, p. 93.

71. ENGLUND, 2014, p. 215.

Chemin des Dames. Ele apostou todas as forças em uma rápida ruptura das linhas inimigas, mas a operação fracassou. Em 29 de abril estouraram os primeiros motins no exército francês. Nas poucas semanas seguintes, 68 das 112 divisões francesas enviaram relatórios falando de atos de insubordinação coletiva, basicamente a recusa em participar de combates. Soldados se recusavam em voltar para a linha de frente ou atacar. O marechal Pétain foi nomeado chefe do Estado-Maior Geral e restaurou a ordem, mas ficou claro que os soldados franceses estavam esgotados com a guerra.⁷²

Terminada a guerra, esses soldados, e não só eles, mas também suas famílias, essas multidões que de uma forma ou de outra dela participaram, se interrogam sobre o seu sentido. Tendem a transformar o longo sofrimento em cólera:

Eles sacrificaram tudo a essa imensa máquina que é a guerra moderna: ela ceifou milhões de vidas humanas na flor da idade; deixou povos amputados e nações viúvas. Seu caráter interminável deveu-se ao equilíbrio de forças, somado à potência das armas, ao enterramento dos soldados nas trincheiras, ao caráter ao mesmo tempo mortífero e insignificante dos avanços e recuos. [...]. Os sobreviventes, quando finalmente se calam os canhões, voltam-se para esses anos de pesadelo para avaliarem o seu sentido e avaliarem o papel dos governos. A política retoma seus direitos, carregando o peso da interrogação unânime sobre a violência e a duração desse massacre imóvel.⁷³

72. ARTHUR, 2011, p. 252.

73. FURET, 1995, p. 70–71.

Uma nova época se abre para a Europa e para o mundo. A guerra colocou de novo a ideia de revolução na ordem do dia. Se com todos os avanços da democracia em sua constituição ao longo do século XIX não se conseguiu evitar a catástrofe da guerra naquele início de século XX, as posições mais radicais que apregoavam uma pretenção solução radical para os impasses da democracia parlamentar encontraram um campo muito propício. Se entendermos a revolução como uma transformação radical, uma reconstrução de uma nova sociedade a partir dos escombros da antiga, tanto os movimentos revolucionários de esquerda e, o que é mais digno de nota por sua novidade, de direita, se apresentam como uma alternativa tanto para essas massas do pós-guerra como também para muitos intelectuais. O bolchevismo russo, o fascismo italiano e o nazismo na Alemanha podem e devem ser vistos como movimentos e revoluções com sua origem na guerra. A própria cronologia de seu surgimento revela que o bolchevismo e o fascismo são filhos da Primeira Guerra: apesar do fato de Lênin ter preparado suas concepções políticas já no início do século e que muitos dos elementos que formarão, depois de articulados, a ideologia fascista, preexistirem à guerra, de qualquer modo, o Partido Bolchevique toma o poder em 1917, graças à guerra, e Mussolini e Hitler constituem seus partidos nos anos que se seguem imediatamente a 1918, como respostas à crise nacional produzida pelo resultado do conflito.⁷⁴

Mesmo em termos geopolíticos a Europa sai mais fragilizada depois da guerra que em seu início:

74. FURET, 1995, p. 32.

Das quatro potências que dividiam, no século XIX, o além-Reno – o Império Otomano, a Rússia, a Áustria-Hungria e a Alemanha – só subsiste uma, a Alemanha, vencida, desqualificada pela derrota e, no entanto, fortalecida a longo prazo pelo desaparecimento de seus antigos rivais e pela fraqueza de seus novos vizinhos. A França, que se tornou a principal potência militar do continente só aparentemente dispõe dos recursos dessa preponderância provisória. Os ingleses, aliás, lhe recusam isso. A América voltou para casa. Tudo condena essa Europa à fragilidade, mesmo do lado das nações vitoriosas. Que dizer, então, das outras?⁷⁵

Na Alemanha começaram a se produzir significativas agitações sociais. Depois de enfrentar quatro invernos de guerra, a perspectiva de um quinto parecia insuportável. Alguns dados são reveladores: nos últimos anos da guerra, a mortalidade infantil dobrou; a mortalidade entre as mulheres aumentou para 11,5% em 1916 e para 30,4% em 1917; a mortalidade entre os idosos em 1918 era 33% mais alta que em 1914; foi estimado que 762 mil civis morreram durante o conflito por desnutrição e enfermidades. Na aliada Áustria a situação não era diferente: em Viena, o peso médio das crianças de nove anos baixou de trinta para 22,8 quilos; na capital do Império Austro-Húngaro eram agora consumidos apenas 70 mil litros de leite por dia, ante os 900 mil consumidos antes da guerra.⁷⁶

Em 1918, na Alemanha, brigas em filas de pão estavam se transformando em tumultos e os tumultos em grandes greves. Já em agosto de

1917, as tripulações navais de Wilhelmshaven, entediadas e famintas, explodiram num motim manifesto. Em janeiro de 1918, greves importantes e prolongadas irromperam em Kiel e Berlim, e a lei marcial teve de ser declarada em Hamburgo e Brandenburgo. Em três semanas, em outubro de 1918, foram aprovadas às pressas reformas constitucionais a que o *kaiser* e o exército tinham resistido no meio século anterior: o Reichstag foi transformado em um corpo soberano, eleito em sufrágio universal pelo voto secreto, com todos os ministros do governo responsáveis perante o parlamento, inclusive o ministro da guerra; Guilherme II, o Supremo Senhor da Guerra, viu-se reduzido ao *status* de um monarca constitucional tal como seu primo inglês. Mas essas reformas chegaram tarde demais. O povo alemão vinha sofrendo privações cada vez maiores e nos últimos tempos quase intoleráveis, com a crença de que seus exércitos tinham sido e continuavam sendo vitoriosos em toda parte. Com a revelação de que estavam à beira do colapso, toda a confiança no regime desapareceu. Em 29 de outubro, algumas tripulações navais se amotinaram e em uma semana o motim havia se espalhado como revolução por todas as grandes cidades da Alemanha. Os escalões da retaguarda do exército se amotinaram e tomaram as travessias sobre o Reno. Em 9 de novembro o *kaiser* foi informado de que ele já não dispunha da confiança do exército e foi enviado para o exílio na Holanda. Em Berlim os líderes do Partido Socialdemocrata, Philipp Scheidemann e Friedrich Ebert, proclamaram a república, receberam o apoio do exército contra qualquer ameaça de revolução e montaram uma delegação para se encontrar com as lideranças aliadas e solicitar o armistício aos Aliados.⁷⁷

75. FURET, 1995, p. 75.

76. ENGLUND, 2014, p. 429.

77. HOWARD, 2011, p. 119, 132 e 133.

A respeito da renúncia do *kaiser* Guilherme II, Miranda Carter nos oferece detalhes que beiram o trágico se a virmos pelo prisma de seu apego às tradições da realeza, ou ao cômico se nos atentarmos para sua miopia em relação aos desdobramentos da crise. Em 4 de novembro de 1918 os marinheiros se amotinaram em Kiel exigindo novas reformas políticas e o afastamento da família real. Revoltas de trabalhadores se espalharam por toda a Alemanha. Uma greve geral foi deflagrada em Berlim. Os revoltosos ameaçavam levantar barricadas se o *kaiser* não abdicasse. O Reichstag estava apavorado com a eventualidade de que conselhos operários assumissem o controle do país como acontecera um ano antes na Rússia. Ainda assim Guilherme II não desistia. No dia 9 de novembro o ministro da guerra disse-lhe que se houvesse uma guerra civil o exército não lutaria por ele e que ele deveria abdicar. Durante o almoço, Guilherme, de olhar perdido, mordida os lábios. Disse que abdicaria como imperador, mas permaneceria como rei da Prússia e mandou alguém providenciar os papéis. Meia hora depois já estava se perguntando se realmente precisava abdicar. Chegou a notícia de que o chanceler Max von Baden perdera a paciência. Estando Berlim à beira de um pandemônio e os dois telefones do *kaiser* ocupados, ele anunciou que Guilherme II e o filho mais velho renunciavam ao trono, e em seguida renunciou também, entregando o poder ao líder dos socialdemocratas no Reichstag, Frederich Ebert. Ao receber a notícia, Guilherme protestou perante o fato consumado: “Traição, traição, que traição infame e vergonhosa!”⁷⁸

78. CARTER, 2013, p. 504.

No ano anterior, na Rússia, os acontecimentos também haviam fugido ao controle. Em fevereiro de 1917, Petrogrado (hoje São Petersburgo) era um fervilhante foco de raiva e desespero. Na capital do Império Russo não havia alimentos nem combustíveis para abastecer a população. A falta de combustíveis paralisara a indústria em dezembro de 1916. Em janeiro de 1917, 150 mil pessoas marcharam pela capital, assustadas com os boatos de que a população morreria de fome. A rede ferroviária não conseguia atender às exigências da frente de guerra nem atender à população civil. A temperatura chegava a 35 graus negativos. Segundo um relatório secreto da polícia, as crianças passavam fome no sentido mais literal da expressão. Os preços de certos alimentos haviam mais que quadruplicado desde 1914, como era o caso dos ovos. No dia 8 de março de 1917 um grupo de operários têxteis enfurecidos marchou pela Nevsky Prospekt, a principal avenida de Petrogrado, exigindo pão. Multidões aderiram, descendo às ruas. Em questão de poucos dias reinava a anarquia. Em 10 de março, a maioria dos trabalhadores estava em greve, os bondes tinham parado de circular e os jornais não eram impressos. O Conselho de Ministros mandou um telegrama ao czar implorando para que ele retornasse a Petrogrado. No quartel-general do exército, na Bielorrússia, Nicolau II insistia em que os distúrbios não eram graves. Enviou então um telegrama ao governador militar de Petrogrado ordenando que fizesse as desordens pararem imediatamente. No dia seguinte, 11 de março, duzentas pessoas foram abatidas a tiros pelos soldados, que, no entanto, não conseguiram dispersar a multidão. Alguns regimentos começaram a se recusar a atirar em civis, retirando-se para os quartéis. A 12 de março, as guarnições de Petrogrado se amotinaram, aderindo à revolução. Nessa noite

o Conselho de Ministros transferiu-se para a Duma (parlamento russo criado 1906) e entregou-lhe seus poderes. A Duma anunciou então que formaria um governo e que os trabalhadores e soldados seriam representados por um Soviete. As comemorações nas ruas de Petrogrado foram enormes. Várias unidades fuzilaram os oficiais de comando. Os últimos soldados abandonaram a defesa do Palácio de Inverno. Nicolau decide então retornar a Petrogrado, mas a caminho seus próprios oficiais o sequestram, conduzem-no por uma linha secundária e dizem-lhe que devia renunciar. O novo governo provisório também entendia que a abdicação do czar era necessária para estabilizar a situação. Em 15 de março o czar abdica em seu nome e também em nome de seu filho Alexis. Também seu irmão menor, Miguel, novo herdeiro do trono, assustado com as multidões nas ruas, abdica. Em seu diário Nicolau anota: “Tudo em mim é traição, covardia e fraude”. Em outubro de 1917 acontece a revolução bolchevique e, em julho de 1918, o czar e sua família são fuzilados em Ecaterimburgo, nos Urais, por ordem de Lênin.⁷⁹

Se a situação da Alemanha na guerra no início de 1918 era difícil, a situação da Rússia era desesperadora. O lema dos bolcheviques, quando da tomada do poder na Rússia, era pão, terra e paz. Tão logo conquistaram o poder, procuraram uma forma de estabelecer um acordo de paz com a Alemanha. Mas, como Lênin sempre acreditara que o primeiro país a ser conquistado no processo de expansão da revolução seria a Alemanha, respondendo ao apelo de Marx e Engels no século anterior pela união dos proletários do mundo e como a Alemanha também se encontrava em uma grave crise, procurou

79. CARTER, 2013, p. 486–488.

postergar enquanto pôde o momento do pedido do armistício na expectativa de que a crise provocada pela guerra levasse à revolução também ali. Nesse íterim os exércitos alemães avançaram praticamente sem resistência, entrando na Finlândia, na Rússia ocidental e também na Ucrânia, até chegar ao Cáucaso e à Crimeia. Quando os russos se renderam, em março de 1918, tiveram de ceder a todas as imposições da Alemanha. Pelo tratado de Brest-Litovsk, os alemães ficavam com a Polônia, a Bielorrússia, a Finlândia, os países bálticos, a Ucrânia, a Crimeia e a maior parte do Cáucaso (que passou a fazer parte do Império Otomano), mais de um milhão e meio de quilômetros de território russo contendo praticamente todos seus recursos de carvão e petróleo, cinquenta por cento de sua indústria pesada e um terço de sua população, além de se comprometer a pagar grandes somas como reparações de guerra.



Imagem 6: Manifestação a favor da paz em Petrogrado (São Petersburgo) em 17 de dezembro de 1917.

Os alemães, no entanto, não tardariam por esperar. Em 11 de novembro de 1918 tiveram de assinar com os Aliados um armistício com condições que consideravam extremamente desfavoráveis. Aliás, é digno de nota o fato de que o Tratado de Versalhes é sempre lembrado por seu caráter punitivo em relação à Alemanha, mas poucos são aqueles que se lembram de que apenas alguns meses antes a própria Alemanha impôs aos russos um tratado da mesma natureza. As condições do armistício previam que todo o território belga e francês deveria ser desocupado em quatorze dias; que os Aliados deveriam ocupar todo o território alemão à margem esquerda do Reno e uma faixa de dez quilômetros na margem direita; que todo o território conquistado na Europa oriental desde 1914 deveria ser cedido; que grande quantidade de material de guerra devia ser entregue, inclusive a maior parte da frota e todos os submarinos.

Após o armistício, as negociações de paz se iniciaram em janeiro de 1919 e redundaram no Tratado de Versalhes, que foi assinado pelo ministro do exterior alemão no final de junho e ratificado pela Liga das Nações em janeiro de 1920. Principalmente devido às pressões da França, que desejava o enfraquecimento da Alemanha, para eliminar no futuro a ameaça que ela até então representara, o tratado previa para ela perdas territoriais, exigência de que se desarmasse, que entregasse suas colônias de ultramar e pagasse pesadas reparações de guerra. O exército alemão ficava reduzido a cem mil homens e privado de armas pesadas como tanques. Seu Estado-Maior seria dissolvido; sua força aérea, abolida; sua construção naval limitada a navios de menos de cem mil toneladas. As imposições aos alemães vencidos eram tão severas que o economista inglês John Maynard

Keynes (1883–1946), que participara da conferência de paz de Versalhes pela delegação britânica, escreveu à época um livro intitulado *As consequências econômicas da paz* (1919), em que denunciava, de uma forma premonitória, o efeito do tratamento dispensado aos alemães no comprometimento da estabilidade e da paz na Europa em um futuro que prometia não ser longo.

Uma semana depois do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, a 5 de julho de 1914, o embaixador austríaco procurou o kaiser Guilherme II com uma carta confidencial de seu imperador, Francisco José, afirmando que se havia estabelecido uma ligação do assassinato com uma conspiração organizada pelo governo Sérvio e que a Sérvia devia ser “eliminada”. A carta pedia o apoio da Alemanha. A dedução era de que a Áustria lançaria uma rápida guerra para punir a Sérvia, enquanto a Europa desfrutava suas férias de verão. Tudo estaria terminado antes que alguém pudesse queixar-se. O papel da Alemanha seria assegurar-se de que nenhuma outra potência se sentisse tentada a se envolver. Assinalando que uma iniciativa contra a Sérvia poderia “provocar uma grave complicação europeia”, Guilherme hesitou, mas em seguida disse ao embaixador austríaco que a Áustria podia contar com pleno apoio da Alemanha contra a Sérvia, ainda que a guerra ameaçasse disseminar-se, mas que a Áustria deveria agir com rapidez. Seu chanceler, Bethmann-Hollweg, foi convocado e concordou inteiramente. Depois de narrar esses fatos, Miranda Carter se pergunta por que teriam concordado e considera que o que aparentemente convenceu a ambos foi a percepção de que qualquer guerra seria rápida e localizada, uma pequena guerra da qual a Alemanha não participaria efetivamente. Mas sempre havia um risco. De qualquer modo, depois de tomar tal

decisão, Guilherme partiu, no dia seguinte, para sua viagem anual de iate pelo litoral da Noruega.⁸⁰

Seis meses depois, ao final de 1914, a guerra havia extrapolado os Bálcãs e se generalizado na Europa. Nas frentes de batalha, ninguém tinha condições de impor ao inimigo derrotas decisivas. Assim, “a guerra curta para a qual os exércitos da Europa tinham se preparado nos quarenta anos anteriores estava finda, mas ninguém havia vencido”.⁸¹ E a guerra continua.

Essa longa guerra deixou marcas profundas em seus sobreviventes. A vida nas trincheiras, os bombardeios, as horríveis máscaras contra gases letais não podiam ser facilmente esquecidos. No entanto, os sobreviventes das trincheiras não se tornaram pacifistas, como uma visão mais humanista por nós pretendida poderia esperar:

Apegaram-se às lembranças de quatro anos de vida nas trincheiras como se fossem um critério objetivo para a criação de uma nova elite. Nem cederam à tentação de idealizar esse passado; pelo contrário, os adoradores da guerra eram os primeiros a admitir que, na era da máquina, a guerra certamente não podia gerar virtudes como o cavalheirismo, a coragem, a honra e a hombridade, mas apenas impunha ao homem a experiência da destruição pura e simples, juntamente com a humilhação de serem apenas peças da grande máquina da carnificina.⁸²

80. CARTER, 2013, p. 441–442.

81. HOWARD, 2011, p. 56.

82. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 378.

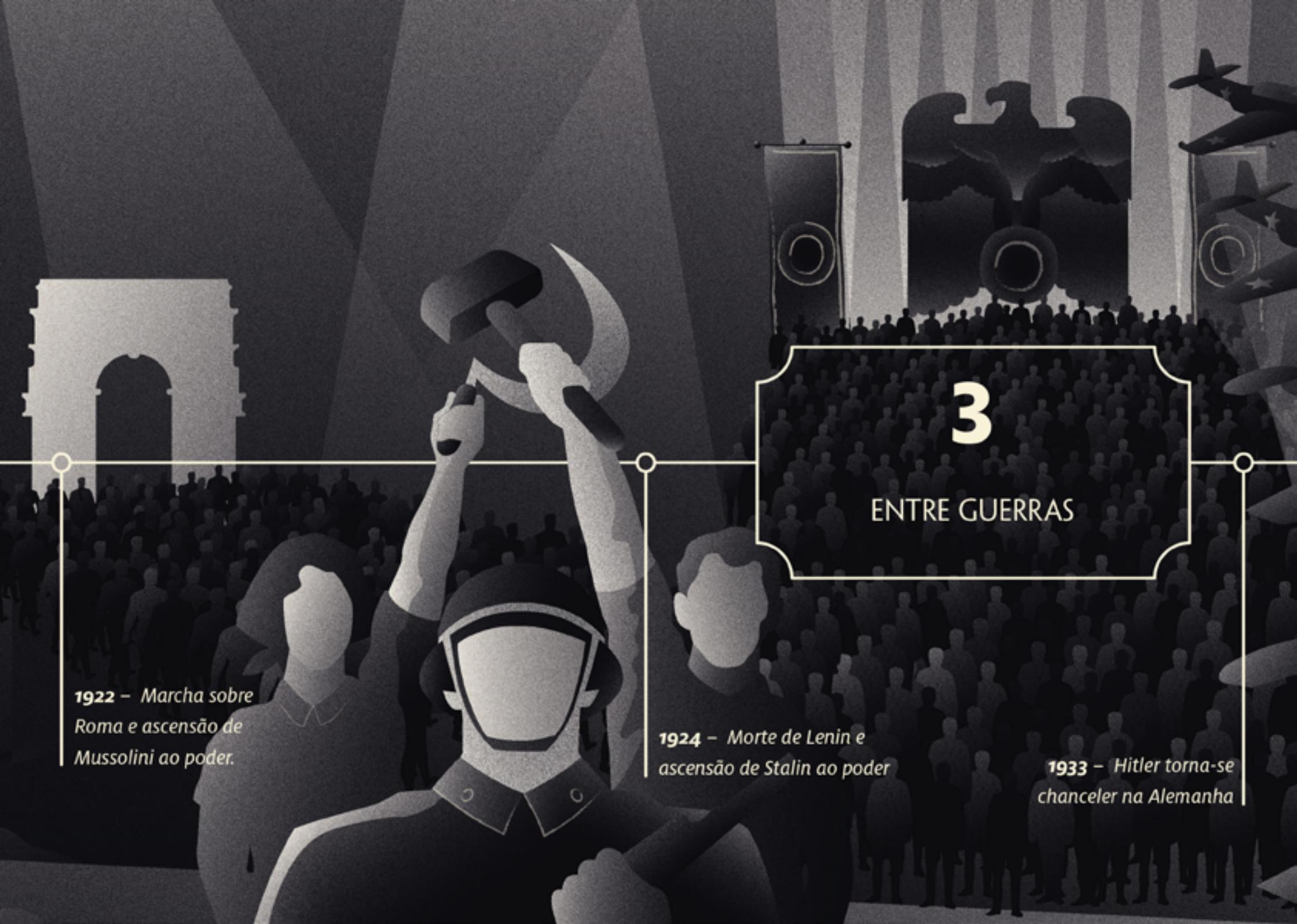
Essa vivência da guerra e das trincheiras, mais do que os resultados do Tratado de Versalhes ou a crise do entre guerras, é que fizeram da Primeira Guerra um evento fundador para o século XX. Embora esse século ainda tão próximo de nós não seja só de sofrimento e dor, seguiram-se outra guerra mundial e o surgimento de regimes inéditos como o comunismo soviético e o nazismo, com suas visões radicais de uma sociedade e um homem novo a serem criados a partir dos escombros da sociedade antiga. Sociedades com seus cultos à liderança e líderes ao mesmo tempo brutais e carismáticos, que desprezam a democracia, que instituem a vigilância, a delação, o terror, a ideologia e a doutrinação incessantes. Sociedades de seres humanos atomizados e desumanizados para quem o coletivo, o Estado e o Partido são tudo e cada pessoa individualmente nada.

O soldado Reginald Haine, do 1º Batalhão de Infantaria, Honorável Companhia de Artilharia, do exército britânico, se lembra do dia 18 de setembro de 1914 quando de seu embarque para o *front*:

Chegamos a Southampton à noite e embarcamos para o front logo em seguida. Bem, foi assim que tudo começou. Acho que eu nutria a mesma opinião de todos: “Vai acabar no Natal, e você tem de ir logo, pois, do contrário, não vai ver nem brisa de guerra”. Na verdade, não sei se essa era mesmo minha opinião ou era o que tudo mundo estava dizendo – acho que era isso.⁸³

A guerra que era para ser breve se transformou num conflito mundial cuja duração ninguém pudera prever. Para os contemporâneos, uma guerra interminável.

83. ARTHUR, 2011, p. 59.



1922 – *Marcha sobre Roma e ascensão de Mussolini ao poder.*

1924 – *Morte de Lenin e ascensão de Stalin ao poder*

1933 – *Hitler torna-se chanceler na Alemanha*

3

ENTRE GUERRAS

3 ENTRE GUERRAS

O século XX foi marcado por grandes paixões políticas que se centravam na ideia de uma mudança radical na sociedade. Tratava-se de reinventar o mundo em que se vivia. O marco inicial fundamental do período e do início dessas paixões é sem dúvida a Primeira Guerra Mundial. A crise que os governantes da época não conseguiram resolver, evitando a guerra, gera uma crise ainda maior ao final da guerra e também o sentimento, nos europeus, de que a própria democracia, de algum modo, era a culpada pela tragédia que se abateu sobre eles. Esse sentimento de frustração prepara o terreno para o surgimento de algumas lideranças que se propõem a transcender a democracia, que, como vimos, envolveu um trabalho considerável para se constituir ao longo do século XIX. Propõem-se a criar novos regimes políticos baseados no culto a uma liderança e na obediência cega ao líder máximo. Prometem uma sociedade inteiramente nova e boa desde que o futuro lhes seja confiado e que cada um renuncie à sua autonomia. Mussolini, Lênin, Hitler e Stalin e os regimes que fundaram se assemelham nesse aspecto.

Se consideramos a democracia em suas duas significações clássicas nos termos de François Furet, podemos constatar que os regimes fundados na Itália e na Alemanha no pós-guerra e na Rússia ainda durante a guerra manifestam ambos uma repulsa evidente por esses princípios da democracia. A democracia significa basicamente: primeiro um tipo de governo fundamentado no livre sufrágio dos cidadãos, na competição periódica dos partidos pelo exercício do poder e nos direitos iguais garantidos a todos; a segunda

significação remete de preferência à definição filosófica das sociedades modernas, constituídas por indivíduos iguais e autônomos, livres para escolher suas atividades, suas crenças ou seus modos de vida.⁸⁴

Na sociedade moderna a burguesia – ou as classes médias – tem um papel central. As classes médias foram destruindo ao longo do tempo e por sua própria iniciativa a antiga sociedade aristocrática baseada nas hierarquias de nascença. Agindo assim, a burguesia contribui decisivamente para construir nosso próprio sentido da modernidade. Ao contrário do cidadão antigo e do senhor feudal, a burguesia não tem um lugar garantido na ordem do político como aqueles tinham. Seu lugar na comunidade é definido pela relação com a natureza, transformando-a com propósitos econômicos, pelo trabalho e pela riqueza. Trata-se de uma “classe sem estatuto, sem tradição fixa, sem contornos estabelecidos, ela só tem um título frágil à dominação: a riqueza. Frágil, porque pode pertencer a todos: aquele que é rico poderia não o ser. Aquele que não é poderia sê-lo”.⁸⁵

Na sociedade moderna se faz uma defesa de valores universais como a liberdade, a igualdade, a autonomia dos indivíduos e os direitos humanos. Para se conseguir isso, no entanto, os meios se revelam precários porque essa sociedade que procura conciliar o bem comum com a autonomia dos indivíduos não tem como se basear numa forma de organização mais direta tanto da produção como da distribuição daquilo que produz. Seus princípios de organização são:

84. FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 37.

85. FURET, 1995, p. 18.

Uma sociedade que só ponha em comum o mínimo vital, uma vez que seu principal dever é garantir a seus membros o livre exercício de suas atividades privadas e o gozo garantido do que adquiriram. Quanto ao resto, é problema deles: os associados podem ter a religião que escolheram, suas próprias ideias do bem e do mal, estão livres para irem atrás de seus prazeres e dos fins particulares dados às suas existências, contanto que respeitem os termos do contrato mínimo que os ligam a seus concidadãos. A sociedade burguesa é, assim, destacada da ideia de bem comum. O burguês é um indivíduo separado de seus semelhantes, fechado em seus interesses e bens.⁸⁶

Nessa sociedade na qual o princípio básico é de que cabe a cada um antes de mais nada cuidar de si mesmo e como nela nada está garantido, a autonomia de seus membros acaba por gerar entre eles uma competição na busca do sucesso, da ascensão social e da riqueza. Não participar dessa competição não é uma escolha que se coloque efetivamente para cada um. A sociedade se move para frente, e não a acompanhar, na verdade não procurar se adiantar a ela, resulta em ficar para trás e não ter o reconhecimento social que se deseja e de que se necessita. Nessas condições, a ideia de igualdade-universalidade dos homens, que é seu fundamento e novidade, é constantemente negada pela desigualdade das propriedades e das riquezas produzidas em meio à competição entre essas pessoas. Podemos dizer que em relação à essa sociedade:

Seu movimento contradiz seu princípio; seu dinamismo, sua legitimidade. Ela não se cansa de produzir desigualdade – mais

86. FURET, 1995, p. 19.

desigualdade material do que qualquer sociedade conhecida – ao passo que proclama a igualdade como um direito imprescritível do homem. Nas sociedades anteriores, a desigualdade tinha um estatuto legítimo, inscrito na natureza, na tradição ou na providência. Na sociedade burguesa, a desigualdade é uma ideia que circula de contrabando, contraditória à maneira como os indivíduos se imaginam a si mesmos; e, no entanto, ela está em toda parte na situação que eles vivem e nas paixões que ela alimenta. A burguesia não inventa a divisão da sociedade em classes. Mas faz dessa divisão um sofrimento, envolvendo-a numa ideologia que a torna ilegítima.⁸⁷

A divisão do trabalho e o empenho de cada um em melhorar sua condição social, inclusive contratando e organizando o trabalho de outros, passo decisivo para que se possa produzir e apropriar-se de uma riqueza crescente, é também um fator de distanciamento dos demais e de diferenciação social. Assim,

a ideia de igualdade funciona como o horizonte imaginário da sociedade burguesa, jamais alcançado por definição, mas constantemente invocado como uma denúncia da dita sociedade; aliás, cada vez mais longínquo à medida que a igualdade vai progredindo, o que lhe garante um uso interminável. A desgraça do burguês não é só estar dividido por dentro. É oferecer uma metade de si mesmo à crítica da outra metade.⁸⁸

87. FURET, 1995, p. 19–20.

88. FURET, 1995, p. 21.

No mundo moderno que as classes médias ajudaram a construir, elas vivenciam paixões contraditórias e poderosas. Ficam divididas entre o interesse individual no ganho e na riqueza e a compaixão para com seu concidadão. Entre o desejo de ser igual e a busca da mais insignificante distinção. Entre a inveja e o valor universal da fraternidade. Para ser bem-sucedido no mundo dos negócios, deve-se afastar da política e dedicar-se com afinco aos interesses próprios. Para ser um bom cidadão, o mais apropriado seria colocar em segundo plano os interesses próprios para se ter um verdadeiro espírito público. É muito difícil ser ao mesmo tempo um bom burguês e um bom cidadão. A ideia de igualdade se torna obsessiva à medida que se produz uma riqueza sem precedentes. Se a liberdade de se produzir e comercializar está na base da liberdade de cada um e é uma liberdade tão importante como as demais, de que valeria essa liberdade fundamental se uns se enriquecem enquanto outros não. De que valeria a liberdade de iniciativa e a liberdade regulamentada em contratos se elas acabam por resultar numa aristocracia de ricos. Mas essas liberdades associadas a uma ordem jurídica estabelecida são essenciais para a existência da liberdade pura e simples. O direito de cada um depende de um espaço definido no qual seus direitos e deveres são estabelecidos e regulamentados em relação aos direitos e deveres de outrem. Mas tudo isso tende a não ser devidamente levado em conta e a igualdade se transforma assim num valor absoluto. Para muitos o sentido da democracia passa a ser avançar na conquista dessa igualdade mal definida, nunca por definição alcançada e sempre almejada. Perde-se dessa forma a consciência de que uma sociedade em que todos fossem absolutamente iguais seria também uma sociedade que eliminaria as individualidades. Daí vem uma característica

da democracia moderna que lhe é única, qual seja, “essa capacidade infinita de produzir filhos e homens que detestam o regime social e político em que nasceram, que odeiam o ar que respiram, ao mesmo tempo em que dele vivem e jamais conheceram outro”.⁸⁹

Através do dinheiro o ódio ao burguês ou ao capitalista se afirma. Aquele que é bem-sucedido no mundo dos negócios passa a ser visto apenas como um egoísta que estaria mentindo ao dizer que tem preocupações com valores universalistas em relação à sociedade em que vive. Sua única preocupação seria ganhar dinheiro. O dinheiro reúne contra ele o preconceito dos aristocratas, o ciúme e a revolta dos pobres e o desprezo dos intelectuais. O que ganha em termos econômicos perde em termos políticos e morais e torna sua condição política na sociedade muito complicada. Não deseja a volta dos aristocratas porque tem plena consciência do que sua derrota representou em termos de avanços democráticos e de oportunidades para sua classe, a classe média. Tem consciência das dificuldades de se governar com a democracia dadas sua instabilidade e seu horizonte aberto. Não deseja a revolução porque teme que com ela as coisas saiam do controle. Não tem como se autoproclamar como classe dirigente na sociedade pela imagem contraditória que seu dinheiro produz: “O dinheiro afasta o burguês de seus semelhantes, sem lhe trazer esse mínimo de consideração que lhe permite governá-los tranquilamente. É no momento em que o consentimento dos governados se tornou explicitamente necessário para o governo dos homens que é mais difícil reuni-lo”.⁹⁰

89. FURET, 1995, p. 29.

90. FURET, 1995, p. 26.

Com o final da Primeira Guerra Mundial, uma guerra que não contribuiu em nada para resolver problemas que existiam antes dela e criou outros mais graves, a própria ideia de democracia sofre um abalo. Afinal foram as democracias da Europa que não conseguiram evitar a guerra nem a terminar logo, como se esperava em seu início em 1914, como também permitiram que se ela se prolongasse por quatro longos anos e terminasse mais por exaustão dos combatentes que por um resultado que satisfizesse aos vitoriosos e, em alguma medida, também aos derrotados. É sempre bom lembrar que mesmo nos países vitoriosos, como a França, era difícil encontrar uma família que não tivesse perdido um pai ou um filho com aquela guerra. Os traumas e frustrações da guerra criaram um sentimento de que afinal a democracia não funcionava. Se a esquerda historicamente sempre tendera a considerar que a democracia prometia mais do que cumpria, ou que cumpria suas promessas para poucos, agora também a direita, que nunca nutria grandes simpatias pela democracia, mas que aderira a ela a contragosto pelo temor de uma revolução, agora construía a sua própria ideia de revolução. Uma revolução a partir da direita é o que fascistas e nazistas se propõem depois da guerra, depois dos bolcheviques soviéticos terem promovido a sua revolução inspirada na tradição de uma grande ruptura à esquerda inaugurada com a Revolução Francesa. Apesar das grandes diferenças entre essas propostas revolucionárias de esquerda e de direita, ambas têm um ponto de partida comum que é justamente a negação dos princípios democráticos, senão em sua ideologia, que, no caso do comunismo soviético, a desprezava em prol do que considerava como uma verdadeira democracia, a democracia socialista, enquanto o

nazismo sempre explicitou seu ódio à democracia. De qualquer modo, em ambos os casos, a negação desses princípios logo se tornou evidente com a prática política desses regimes.

Existe uma ideia oriunda do senso comum de que o fascismo italiano é perfeitamente comparável com o nazismo enquanto esse último não pode de modo algum ser comparado com o comunismo. O argumento básico, nesse caso, também ele com origem no senso comum, é de que enquanto o nazismo tinha uma preocupação exclusivista, o destino e a pureza da raça ariana, o comunismo tinha uma intenção universalista, o reino do proletariado. Nessa história mal contada esquece-se de dizer que, para se chegar ao tal reino dos operários, o regime soviético se fechou desde Lênin, excluindo do poder, e muitas das vezes eliminando fisicamente, depois dos aristocratas e burgueses, a maioria da população russa à época, os camponeses, num empreendimento de busca da pureza social – uma sociedade sem classes, só de operários – por parte de Stalin, que se aproximava muito da ideia de pureza – só que racial – de Hitler. Quanto ao proletariado soviético, ao qual se destinava a propaganda do regime, ele nunca chegou a sentir o gosto do poder.

Tais regimes podem e devem ser comparados não só porque surgem na Europa ao final e depois da Primeira Guerra. A origem comum ajuda-nos a esclarecer a natureza desses regimes e, o que é mais importante, o quanto eles seduziram muitos e ainda seduzem uns poucos. Aliás, dessa forma podemos entender melhor como e porque hoje é raro encontrar os que dizem possuir afinidades com o fascismo, mas não é tão raro encontrar quem se diz, sem qualquer constrangimento, simpatizante do comunismo. Retornando às suas origens no contexto da Primeira Guerra, podemos dizer que:

Bolchevismo e fascismo entram, portanto, quase juntos no teatro da História, como os caçulas do repertório político europeu. É um pouco difícil imaginar hoje em dia que sejam ideologias tão recentes, quando nos parecem, conforme o caso, ultrapassadas, absurdas, deploráveis ou criminosas. No entanto, elas preencheram este século; uma contra a outra, uma trazendo a outra, elas fizeram a matéria deste século. Ao mesmo tempo muito poderosas, muito efêmeras e nefastas, como poderiam mobilizar tantas esperanças ou paixões em tantos indivíduos? Esses astros mortos levaram embora consigo os seus segredos. Para interrogá-los, é preciso retornar à época de seu prestígio. O que torna inevitável uma análise comparada não é apenas suas datas de nascimento e seu caráter ao mesmo tempo simultâneo e meteórico à escala da História. É também sua dependência mútua. O fascismo nasceu como uma reação anticomunista. O comunismo prolongou seu tempo de vida graças ao antifascismo.⁹¹

Como sabemos, a educação não leva necessariamente a comportamentos e escolhas políticas mais racionais. Depois da guerra surge na Europa um novo sujeito político, mais reativo e gregário, mais propenso às grandes emoções coletivas do que ao exame dos programas ou das ideias. Esse novo homem das massas não é propriamente um iletrado ou inculto. Afinal, a Itália do Norte, a primeira a ficar vulnerável à propaganda de Mussolini, é a parte mais esclarecida do país. A Alemanha de Hitler é a nação mais culta da Europa. A entrada das massas na política na Europa do pós-guerra não se dá sob a forma da

91. FURET, 1995, p. 37.

integração nos partidos democráticos e sim sob o signo da novidade revolucionária. Nesse contexto, a Revolução Russa, embora no país mais improvável da Europa, ao menos de acordo com o que acreditava Karl Marx, que dizia que a revolução socialista seria um fruto do amadurecimento do capitalismo e na Rússia havia muito pouco de capitalismo no início do século XX. A revolução bolchevique contribuiu em muito para a renovação e o rejuvenescimento da ideia de revolução, já tão distante depois das idas e vindas do avanço da democracia na França após a Revolução Francesa. De acordo com F. Furet, a revolução “é uma ruptura na ordem ordinária dos dias e, ao mesmo tempo uma promessa de felicidade coletiva na e pela História”⁹². Para construir essa felicidade, os homens dependeriam apenas de sua vontade, de sua vontade política. Seus destinos não dependeriam mais da providência ou de sua boa ou má sorte. Os homens podem se assenhorar de seu destino desde que o queiram. A ruptura que a revolução representa também é um fruto da convicção liberal e democrática da autonomia dos indivíduos de escolherem o que é melhor para eles enquanto sociedade organizada. Ela também representa uma ruptura com as tradições religiosas, embora acabe por assumir, ela própria, novas conotações religiosas. A revolução representa “uma negação a mais da divindade, durante muito tempo senhora única do teatro humano, mas também uma maneira de reinvestir as ambições da religião na política, já que ela também é uma busca da salvação”⁹³.

As religiões tradicionais e notadamente o cristianismo, tão influente na Europa do Antigo Regime, prometiam ao homem o

92. FURET, 1995, p. 44.

93. FURET, 1995, p. 45.

paraíso para depois desta vida passageira e o conduzia a uma posição conformista e fatalista a respeito de sua existência terrena. A revolução promete uma espécie de paraíso sobre a terra numa sociedade de liberdade e igualdade plena em que os conflitos seriam eliminados, ou seja, uma sociedade de paz, harmonia e abundância. Não era algo diferente disso que Hitler prometia aos alemães arianos e que Lênin e Stalin prometiam aos proletários russos. Trata-se de um velho milenarismo renovado, só que, da mesma forma que os antigos milenarismos, apenas para os crentes que professam essa nova religião da política. Hitler dizia que o que ele procurava não eram adeptos para o nacional-socialismo, mas fanáticos para o seu movimento. Porém a ideia revolucionária se mostrou mais complicada do que parecia para aqueles que a professavam, na medida em que:

A paixão revolucionária pretende que tudo seja político: com isso ela entende ao mesmo tempo que tudo está na História, a começar pelo homem, e que tudo pode ser conquistado com uma sociedade boa, com a condição de fundá-la. Ora, a sociedade moderna caracteriza-se por um déficit do político em relação à existência individual privada. Ela ignora a ideia de bem comum, já que todos os homens que a compõem, mergulhados no relativo, têm cada um sua própria ideia a respeito; ela só pode julgá-la através do gosto pelo bem-estar, que mais divide os associados que os une, e destrói com isso a comunidade que se pretendia construir em seu nome. A ideia revolucionária é a impossível conjuração dessa desgraça.⁹⁴

94. FURET, 1995, p. 45.

A Primeira Guerra Mundial abriu novas oportunidades culturais, sociais e políticas para o fascismo enquanto movimento caracterizado por um ativismo nacionalista de massas:

Culturalmente, a guerra desacreditou as visões de futuro otimistas e progressistas, lançando dúvida sobre os pressupostos liberais relativos à harmonia humana natural. Em termos sociais, disseminou legiões de veteranos inquietos (acompanhados de seus irmãos mais novos), que buscavam maneiras de expressar sua raiva e seu descontentamento sem levar em conta leis ou regras morais ultrapassadas. Politicamente, o conflito gerou tensões econômicas e sociais que excediam em muito a capacidade das instituições existentes – quer liberais ou conservadoras – de solucioná-las.⁹⁵

Depois da guerra, as alternativas políticas que continuavam a se apresentar na Europa eram o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo. Embora triunfante na Rússia, o socialismo não conseguiu se viabilizar em outros países. O liberalismo e o conservadorismo, até mesmo por possuírem uma história de embates que antecederam à guerra, estavam muito desgastados e também não conseguiram se apresentar como alternativas viáveis para os novos tempos. Surge então uma nova alternativa política que teve uma aceitação grande em várias partes da Europa, mas principalmente na Itália e na Alemanha, que era o fascismo. Conquanto não fosse completamente novo e tivesse algumas semelhanças com os princípios políticos

95. PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p. 58.

conservadores, o fascismo conseguiu se apresentar como algo novo e até mesmo revolucionário, estando aí uma das razões do seu poder de atração. Mas o que os fascistas traziam de novo em termos de propostas políticas em relação aos conservadores tradicionais e, na medida que se propunham a romper com o passado, também em relação aos liberais e socialistas?

A nova fórmula dos fascistas, tal como a dos conservadores, prometia resolver os conflitos territoriais permitindo que os fortes triunfassem. Diferentemente dos conservadores, contudo, os fascistas mediam a força dos Estados com base não apenas em seu poderio militar, mas também no fervor e na unidade de suas populações. Eles propunham superar os conflitos de classe integrando a classe trabalhadora à nação, pela persuasão se possível, e pela força se necessário, e também se livrando dos “forasteiros” e dos “impuros”. Os fascistas não tinham qualquer intenção de manter a paz. Eles esperavam que as inevitáveis guerras permitiriam que as raças superiores prevalecessem sobre as demais, enquanto as raças divididas e “mestiçadas”, os povos irresolutos, tornar-se-iam seus servos.⁹⁶

Buscar as raízes intelectuais e filosóficas do fascismo não é um bom caminho para compreender suas origens. Mais promissor é procurar as paixões que mobilizam seus adeptos e os conduzem a ação. De acordo com Robert Paxton⁹⁷, na base do fascismo existe um

96. PAXTON, 2007, p. 63.

97. PAXTON, 2007, p. 77-79.

nacionalismo apaixonado aliado a uma visão conspiratória e maniqueísta da história como uma batalha entre o bem e o mal, entre os puros e os corruptos, da qual a própria comunidade ou nação é sempre vítima. Por essa narrativa, o povo eleito foi enfraquecido pelos partidos políticos, pelas classes sociais, pelas minorias inassimiláveis, pelos grupos que vivem de rendas, que, por sua vez, teriam sido debilitados por uma vida excessivamente fácil, e pelos pensadores racionalistas, a quem faltava o necessário senso de comunidade. Junta-se a isso: o sentimento de uma crise catastrófica, além do alcance de qualquer das soluções tradicionais; a primazia de um grupo, com relação ao qual as pessoas têm deveres superiores a quaisquer direitos, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esse grupo; a crença de que o próprio grupo é uma vítima, sentimento que serve como justificativa para qualquer ação, sem limites legais ou morais, contra seus inimigos, tanto externos como internos; a necessidade da autoridade dos líderes naturais, culminando num chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo; a superioridade dos instintos desse líder sobre a razão abstrata e universal e, finalmente; uma certa estetização da violência e a eficácia da vontade.

Por uma ironia da história, o fato é que o fascismo enquanto movimento de massas não poderia ter existido antes de essas mesmas massas terem sido incorporadas à política, ou seja, antes de o homem comum ter conquistado o direito de voto. A novidade do fascismo foi ter superado o temor dos conservadores mais radicais de que a participação das massas na política poderia levar a revoluções de esquerda. Se esses conservadores antes preferiam manter as massas afastadas da política, os fascistas optaram por incentivar

sua participação na política para então procurar atraí-las, submetê-las a seu controle e motivá-las, o que não deixa de ser uma estratégia ousada levando-se em conta seu temor de que o radicalismo da Revolução Russa de 1917 se disseminasse pela Europa.

Criou-se um mito de que na Itália os fascistas teriam chegado ao poder a partir da “Marcha sobre Roma”, em outubro de 1922, que teria funcionado como uma tomada de poder. Na verdade, temos que considerar os antecedentes desse acontecimento sob dois pontos de vista: de um lado, as agitações dos militantes fascistas, os *squadristi*, em toda a Itália durante o ano de 1922; de outro, temos de levar em conta as articulações políticas de Mussolini com os conservadores visando uma aliança e uma aceitação deste por aqueles.

No decorrer de 1922, os *squadristi* intensificaram sua atuação, passando de saques e incêndios de sedes socialistas locais, escritórios de jornais, bolsas de trabalho e residências de líderes socialistas para a ocupação violenta de cidades inteiras, sem que as autoridades opusessem resistência séria à sua ação. Quando o Congresso Fascista se reuniu em Nápoles em 24 de outubro, sua primeira incursão no sul do país, Mussolini chegou à conclusão de que era o momento de dar um passo mais ousado e ordenou que os Camisas Negras, ou seja, o grupo paramilitar fascista cujo nome oficial era Milícia Voluntária para a Segurança Nacional, tomassem prédios públicos, confiscassem trens e se reunissem em três pontos em torno de Roma. O próprio Mussolini esperou prudentemente no escritório de seu jornal em Milão, não muito longe de um asilo na Suíça, caso as coisas dessem errado. Em 27 de outubro os *squadristi*, sem encontrar oposição, tomaram agências de correios e estações de trem em várias cidades do norte da Itália.

Depois das eleições de 1919, os socialistas, de orientação marxista, e o partido católico italiano, que desejava reformas, mas num contexto em que a religião tivesse um papel importante, não tiveram como formar uma aliança, embora ambos tivessem a maioria absoluta do parlamento com em torno de um terço das cadeiras para cada um. Nesse contexto, formou-se o governo na Itália a partir de uma aliança entre os liberais e os conservadores sem uma maioria sólida. Em busca de novas alianças, o primeiro ministro Giolitti incluiu os fascistas em sua cédula do “Bloco Nacional” nas eleições de 1921. Como assinala R. Paxton, essa foi a primeira de uma série de medidas de suma importância, por meio das quais o *establishment* italiano, visando sua própria sobrevivência, tentou cooptar os fascistas.

Em fevereiro de 1922 o primeiro ministro perdeu o voto de confiança do parlamento. Formou-se um novo governo, que, com a aprovação do rei, procurou adotar medidas defensivas em relação aos fascistas com o reforço da guarnição de Roma com cinco batalhões, com a ordem de que os policiais e os funcionários das ferrovias fizessem parar os trens com os fascistas em cinco pontos de inspeção e com a adoção dos preparativos para impor a lei marcial. Nesse contexto de crise, os socialistas revelaram sua divisão entre eles mesmos e sua fraqueza. Em julho de 1922 quase a metade dos deputados socialistas finalmente concordaram em apoiar um governo socialista sem Mussolini, mas a outra metade os expulsou do partido. O único consenso que conseguiram foi convocar uma greve geral pela legalidade em 31 de julho que tinha como objetivo reinstaurar a autoridade constitucional. A greve foi um fracasso.

As medidas de emergência do governo quase conseguiram bloquear a marcha fascista em outubro. Quatrocentos policiais paravam

os trens que traziam 20 mil Camisas Negras em três pontos de inspeção próximos da cidade. Cerca de 9 mil Camisas Negras que haviam se esquivado das inspeções, ou que haviam prosseguido a pé, formaram uma multidão heterogênea diante dos portões de Roma na manhã de 28 de outubro, mal armados, vestindo uniformes improvisados, com pouca comida e água, e vagando sob uma chuva desalentadora. Embora a 16ª Divisão de Infantaria sediada em Roma tivesse a sua disposição 9.500 soldados experientes, trezentos cavalariáns e mais de 11 mil policiais, na última hora o rei Vittorio Emmanuel III retrocedeu e decidiu não assinar o decreto de lei marcial e usar a força a seu dispor para expulsar os Camisas Negras de Roma. Rejeitou também as tentativas de última hora de se formar um novo governo conservador



Imagem 7: Marcha sobre Roma, 28 de outubro de 1922

sem Mussolini. Este chegou a Roma, vindo de Milão, na manhã de 30 de outubro, não à frente de seus Camisas Negras, mas no vagão-dormitório de um trem. Depois dessa descrição pormenorizada dos acontecimentos, a conclusão a que chega R. Paxton é a de que ao rejeitar outras alternativas e oferecer o cargo de primeiro-ministro diretamente ao jovem líder fascista que viera do nada, o rei deu sua contribuição para que a “Marcha sobre Roma” se constituísse como “um blefe gigantesco que acabou funcionando, e que ainda funciona na ideia do grande público faz da ‘tomada de poder’ pelos fascistas”.⁹⁸

Devido à proeminência de líderes como Hitler e Mussolini, temos uma tendência de pensar seus regimes pela figura e carisma dessas lideranças como se elas pudessem ou decidissem tudo. Mas ninguém governa sozinho, sejam os ditadores, sejam os líderes de regimes totalitários. Tanto Hitler como Mussolini tiveram

que conseguir a cooperação ou, pelo menos, a aquiescência das agências decisórias do poder organizado – os militares, a polícia, o Judiciário, o primeiro escalão do serviço público – e também das poderosas forças econômicas e sociais. No caso especial do fascismo, tendo precisado das elites conservadoras para que lhes abrissem as portas, os novos líderes não podiam simplesmente deixá-las de lado.⁹⁹

Na Itália os fascistas tiveram que dividir mais o poder com as instituições preexistentes do que na Alemanha de Hitler, a ponto de

98. PAXTON, 2007, p. 151-156.

99. PAXTON, 2007, p. 197.

podemos afirmar que o fascismo italiano era menos totalitário que o nazismo. Enquanto, com a morte do presidente Hindenburg em agosto de 1934, Hitler ocupou inteiramente o poder, na Itália Mussolini teve de conviver com o rei Vittorio Emmanuel III até o fim, com sua deposição em julho de 1943. Enquanto os nazistas procuravam subordinar o Estado ao partido, os fascistas italianos colocavam o Estado no centro de sua ideologia. Isso fazia uma grande diferença entre os dois regimes no que se refere ao exercício do poder. Podemos dizer que:

Em suma, o exercício do poder tanto na Itália de Mussolini quanto na Alemanha nazista, implicava uma coalizão formada pelos mesmos elementos. Era o peso relativo conferido ao líder, ao partido e às instituições tradicionais que distinguiam um caso do outro. Na Itália, o Estado tradicional acabou conquistando a supremacia sobre o partido, em boa medida porque Mussolini temia seus seguidores de militância mais intensa, os *ras* [líderes] locais e seus *squatrists*. Na Alemanha, o partido veio a dominar o Estado e a sociedade civil, particularmente após o início da guerra.¹⁰⁰

Dois bons exemplos das diferentes formas de organização do Estado fascista entre a Itália e Alemanha são a organização e o funcionamento da polícia e do poder judiciário nos dois regimes. Como assinala R. Paxton, enquanto a polícia alemã era comandada de forma mais direta pelos dirigentes do Partido Nazista do que

100. PAXTON, 2007, p. 244.

qualquer outra agência estatal tradicional, a polícia italiana ainda era comandada por um funcionário público e seu comportamento não era menos profissional ou partidário que nos governos anteriores. Na Itália havia também uma polícia política, a OVRA, mas o número de inimigos políticos executados pelo regime era relativamente pequeno, nada comparável à ação da Gestapo na Alemanha. Quanto ao judiciário, embora em 1933 houvesse poucos juizes nazistas, eles possuíam um histórico de penas mais duras para os comunistas que para os nazistas ao longo dos anos 1920. Os juizes alemães acabaram por fundir suas associações a uma organização nazista e aceitaram o papel a eles reservados pelo novo regime. O judiciário sob o fascismo sofreu poucas alterações, conquanto os juizes italianos, de modo geral, simpatizassem com o regime devido a seu compromisso com a ordem pública e a grandeza nacional.¹⁰¹

Outra instituição preservada pelo regime fascista, na verdade com a qual se conciliou e que, assim, contribuiu para a aceitação do regime, foi a Igreja Católica. Os Tratados Lateranos, firmados por Mussolini e pelo Papa Pio XI, em fevereiro de 1929, puseram fim a quase sessenta anos de conflito entre o Estado Italiano e o Vaticano, estabelecendo o reconhecimento mútuo e o pagamento, pelo Estado, de uma indenização substancial por seu confisco de terras papais na década de 1870, quando da unificação italiana.¹⁰²

Apesar das diferenças em relação à Alemanha, não podemos menosprezar o caráter autoritário do fascismo italiano que se afirmou a partir do assassinato do secretário da ala reformista do

101. PAXTON, 2007, p. 222.

102. PAXTON, 2007, p. 228.

partido socialista Giacomo Matteotti. Em 30 de maio de 1924, Matteotti apresentou à câmara provas detalhadas da corrupção e dos atos de ilegalidade perpetrados pelos fascistas nas recentes eleições para o parlamento. Dez dias depois desse discurso, ele foi capturado numa rua de Roma. Várias semanas depois seu corpo foi encontrado. Na apuração do crime ficou claro que pessoas próximas de Mussolini estavam envolvidas. Desencadeou-se uma crise política que se prolongou até o final de 1924. Diante das hesitações dos conservadores e do rei sobre qual atitude tomar em relação a Mussolini, os militantes fascistas pressionaram seu líder para que este tomasse uma atitude. Em um discurso proferido em janeiro de 1925, Mussolini aceitou a plena responsabilidade pelo acontecido e prometeu agir de forma dura e rigorosa. Iniciaram-se o fechamento de jornais e organizações da oposição e a prisão de adversários políticos. Nos dois anos seguintes o parlamento dominado pelos fascistas aprovou uma série de Leis de Defesa do Estado que fortaleciam o poder da administração, substituíam prefeitos eleitos por funcionários nomeados para o cargo (*podestà*), submetiam a imprensa e o rádio à censura, reinstituíam a pena de morte, davam aos sindicatos fascistas o monopólio da representação trabalhista e dissolviam todos os partidos à exceção do partido fascista. Tudo isso nos mostra que, “em inícios de 1927, a Itália havia se convertido em uma ditadura de partido único [e que] os conservadores, de modo geral, aceitaram o golpe interno de Mussolini, porque as alternativas pareciam ser a continuação do impasse ou a admissão da esquerda no governo”.¹⁰³

103. PAXTON, 2007, p. 184–185.

A chegada ao poder dos nazistas na Alemanha guarda uma semelhança fundamental com a dos fascistas na Itália: tanto um movimento como o outro chegaram ao poder pela via institucional. No entanto, em relação ao exercício do poder pelos nazistas, as particularidades são muitas.

Entre o final da guerra em 1918 e 1924, a Alemanha passou por um período de crise econômica, social e política, incluindo um período de hiperinflação em 1923. A partir de 1924 a economia começou se recuperar por meio de empréstimos dos Estados Unidos que lhe permitiam saldar suas reparações de guerra, arcar com os gastos sociais e promover obras públicas. A prosperidade desse período refletiu-se nos resultados das eleições de maio de 1928. Nestas, o partido socialdemocrata no poder obteve mais de nove milhões de votos num universo de 31 milhões de votos computados, transformando-se no maior partido político da Alemanha do pós-guerra. Conquistou assim 153 cadeiras de um total de 491 no Reichstag e formou um novo governo compondo com o partido popular e o partido do centro. O partido comunista obteve 54 cadeiras. Os resultados do partido nazista, por outro lado, foram irrisórios: obteve apenas 810 mil votos e elegeu uma dúzia de membros para o parlamento. Esses resultados foram decepcionantes para Hitler, que optara por uma estratégia de chegada ao poder pela via constitucional depois do fracasso de seu Putsch da Cervejaria em 1923.

Em outubro de 1929 a queda nas cotações da bolsa de valores de Nova Iorque – um acontecimento que teve repercussões no mundo todo, inclusive no Brasil, afetando a cotação de seu principal produto de exportação, o café – comprometeu profundamente a economia da Alemanha. A prosperidade dos últimos anos se baseara em

empréstimos justamente dos Estados Unidos e no comércio exterior. Ambos foram profundamente afetados. As dívidas antigas não tinham mais como serem pagas e a queda no comércio mundial não mais permitia que a Alemanha exportasse o suficiente para financiar as importações de alimentos e de matérias-primas essenciais à sua indústria. Entre 1929 e 1932 a produção industrial alemã caiu quase pela metade, resultando no desemprego de milhões de trabalhadores. Milhares de pequenas empresas faliram. Em maio de 1931, o maior banco da Áustria, o Kredistanstalt, faliu, sendo seguido, em julho, por um dos principais bancos alemães, o Darmstädter und Nationalbank, o que obrigou o governo de Berlim a fechar temporariamente todos os bancos. Nem mesmo a iniciativa do presidente norte-americano Herbert Hoover de estabelecer uma moratória de todas as dívidas de guerra, incluindo as reparações de guerra alemãs, nesse mesmo mês de julho de 1931, foi capaz de arrefecer a crise.¹⁰⁴

Diante desse contexto de crise, novas eleições foram convocadas para setembro de 1930 e posteriormente para julho de 1932. Nas eleições de 1930 se deu um grande crescimento do partido nazista, passando sua representação de 12 para 107 deputados, transformando-se no maior partido no Reichstag depois do partido socialdemocrata. Os comunistas também aumentaram sua representação elegendo 77 deputados. Nas eleições de 1932, a ascensão do partido nazista foi ainda maior obtendo mais de 13,5 milhões de votos, superando os socialdemocratas, que obtiveram 8 milhões de votos, e se transformaram no maior partido no Reichstag. A votação garantiu aos nazistas 230 cadeiras no parlamento contra 133 dos socialdemocratas. Os

104. SHIRER, William L. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, volume 1, Triunfo e consolidação (1933–1939). Tradução de Pedro Pomar. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 191.

partidos de centro chegaram aos 6 milhões de votos e 97 cadeiras e os comunistas alcançaram somente 5 milhões de votos e 89 cadeiras.

Em janeiro de 1933 a crise da República de Weimar chegara a um ponto crítico. Desde as eleições de julho de 1932 dois chanceleres, de início Franz von Papen e depois Kurt von Schleicher, governaram mediante decreto presidencial, sem recurso ao parlamento. Em 28 de janeiro de 1933 o chanceler foi demitido pelo presidente Paul von Hindenburg. Adolf Hitler, o líder do partido nazista, ou Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o partido com maior representação no Reichstag, embora sem a maioria absoluta para governar, reivindicava o cargo de chanceler. Durante quase um mês ele vinha realizando negociações secretas com von Papen e outros chefes da direita conservadora nas quais tivera que fazer concessões. Dispôs-se a formar um governo de coalizão no qual oito dos doze membros não eram nazistas, mas concordavam em abolir a República de Weimar. A resistência maior à sua nomeação era do próprio Hindenburg, que ainda em 26 de janeiro havia dito ao general von Hammerstein que ele “não tinha a menor intenção de fazer daquele cabo austríaco ministro da defesa ou chanceler do Reich”.¹⁰⁵ Mas o idoso presidente, então com 86 anos, acabou sendo convencido por seu filho, o major Oskar von Hindenburg, e por assessores palacianos próximos a fazer o convite a Hitler. Em 30 de janeiro Adolf Hitler prestou juramento como chanceler do Reich alemão.

Procurando se livrar dos conservadores que o acompanhavam na formação do gabinete e obter a maioria que permitisse ao seu partido governar sozinho, Hitler solicitou e obteve de Hindenburg

105. SHIRER, 2008, p. 20.

a dissolução do Reichstag e convocação de novas eleições para 5 de março de 1933. Vários foram os preparativos dos nazistas para garantirem uma ampla vitória que lhes desse a maioria desejada nessas eleições. Aos empresários foi prometido o restabelecimento das forças armadas, com o fim da proibição de seu rearmamento que vinha desde o Tratado de Versalhes, o enfrentamento dos comunistas, o fim das repetidas eleições e da própria democracia. Em troca obtiveram o apoio financeiro de que precisavam para as eleições. Com esse apoio mais o controle da imprensa, do rádio e de todos os recursos do Estado, a campanha se inicia já no início de fevereiro com a proibição por Hitler de todas as reuniões comunistas e com o fechamento de seus jornais. As assembleias socialdemocratas eram ou interditas ou interrompidas por arruaceiros da S. A. Os principais jornais socialistas eram continuamente suspensos. Até os partidos de centro não escaparam ao terror nazista. Ao todo 51 antinazistas foram assassinados durante a campanha eleitoral, enquanto os nazistas afirmavam que dezoito de seus partidários haviam morrido.

Em 27 de fevereiro de 1933 se deu o incêndio do Reichstag, um acontecimento a tal ponto providencial para os interesses eleitorais dos nazistas que é difícil acreditar que eles não o tivessem promovido. Embora nada tenha ficado provado a respeito de quem planejou o incêndio, as evidências são muitas de que foram os nazistas que o premeditaram e planejaram e o usaram com finalidades políticas. A reação imediata de Hermann Göring, ministro do interior da Prússia e um dos principais suspeitos de ter planejado o incêndio, ainda na mesma noite de 27 de fevereiro, nos esclarece sobre os ganhos que se pretendia obter com a exploração política e eleitoral de tal acontecimento. Göring teria gritado naquela noite para o novo

chefe da Gestapo: “Isto é o princípio da revolução comunista! Não devemos esperar um minuto. Não teremos piedade. Todo funcionário comunista deve ser morto, onde for encontrado, todo deputado comunista deve nesta mesma noite ser enforcado”.¹⁰⁶

Hitler não perdeu tempo. No dia seguinte ao incêndio, 28 de fevereiro, ele persuadiu o presidente Hindenburg a assinar um decreto “pela proteção do povo e do Estado” que suspendia as sete sessões da Constituição que garantiam as liberdades individuais e civis. Esse decreto, que foi apresentado como “medida defensiva contra os atos de violência dos comunistas que punham em perigo o Estado”, estabelecia que restrições à liberdade pessoal, ao direito de livre manifestação de opinião, inclusive à liberdade de imprensa; aos direitos de reunião e associação; as violações das comunicações privadas telefônicas, telegráficas e postais; e autorizações para buscas domiciliares, ordens para confiscos, bem como restrições à propriedade, eram também permissíveis além dos limites legais prescritos em outras circunstâncias. O decreto também autorizava o governo do Reich a assumir o controle total dos Estados da federação quando necessário e impunha a sentença de morte para certos crimes, incluindo “graves perturbações da paz por pessoas armadas”.¹⁰⁷

Utilizando-se dos poderes conferidos pelo decreto, a repressão política se acentuou constituindo-se, de acordo com Willian Shirer, na primeira experiência que os alemães tiveram de terror nazista apoiado pelo governo. Em torno de quatro mil funcionários comunistas e um grande número de líderes socialdemocratas e liberais

106. SHIRER, 2008, p. 263.

107. SHIRER, 2008, p. 265–266.

foram presos, incluindo membros do Reichstag que gozavam de imunidades. Propagou-se para todos os cantos da Alemanha que, caso não votassem nos nacional-socialistas nas eleições da semana seguinte, os bolcheviques assumiriam o poder. Caminhões carregados de tropas de assalto das S. A. circulavam pelas ruas. Invadiam as casas, prendiam suas vítimas e as levavam para os quartéis da S. A., onde eram torturadas e espancadas.¹⁰⁸

Apesar de toda intimidação e terror e do controle total da campanha eleitoral, ainda assim os nazistas não obtiveram nem a maioria simples dos votos e muito menos a maioria qualificada de dois terços que lhes permitiriam mudar a constituição e implantar seu regime como desejavam e com o consentimento do Reichstag. Os nazistas obtiveram 17.277.180 votos ou 44% da votação total. A maioria não deu seu consentimento a Hitler. A aliança formada pelo partido do centro e pelo partido bávaro católico obteve 5,5 milhões de votos. Os nacionalistas obtiveram 3.136.760 votos ou 8% do total. Os socialdemocratas, que enfrentaram condições adversas apenas superadas pelas dos comunistas, mantiveram sua posição de segundo maior partido com 7.181.629 votos, com uma queda de apenas setenta mil votos. Os comunistas perderam um milhão de votantes, mas não deixa de ser surpreendente, por causa das condições extremamente adversas de sua campanha, terem obtido ainda a expressiva soma de 4.848.058 votos.¹⁰⁹ As 288 cadeiras dos nazistas somadas às 52 dos nacionalistas apenas lhes garantiam a maioria simples que lhes permitiam governar, mas esta não era de modo algum o que esperavam das eleições.

108. SHIRER, 2008, p. 266.

109. SHIRER, 2008, p. 268.

Esgotados os mecanismos eleitorais para o exercício do poder absoluto, os nazistas propõem e conseguem aprovar no Reichstag, reunido em 23 de março de 1933 no Teatro da Ópera Kroll, em Berlim, o Ato de Autorização ou “Lei para a eliminação do perigo contra o povo e o Reich”, pelo qual o parlamento transferiu aos nazistas suas funções constitucionais. Seus cinco breves parágrafos abrangiam o poder de legislar, incluindo o controle do orçamento, a sanção dos tratados com Estados estrangeiros, a iniciativa de emendas constitucionais, sem a audiência do parlamento e, em suma, entregavam todo o poder ao chanceler do Reich por quatro anos. Para conseguir a aprovação dessa lei que constituía a base legal para o regime totalitário nazista e que na prática colocava o parlamento em recesso de início por esse período de quatro anos e efetivamente até o fim do regime, os nazistas prenderam todos os 81 deputados comunistas e 12 socialdemocratas. Com o apoio dos nacionalistas, do partido do centro e dos católicos bávaros e com a ausência dos deputados presos antes da votação, Hitler conseguiu aprovar o Ato de Autorização por 441 votos a favor e 84 (todos os socialdemocratas) contra.¹¹⁰

Apenas quatro meses depois todos os partidos políticos da Alemanha, exceto o partido nazista, deixaram de existir. A lei de 14 de julho de 1933 apenas veio a retificar uma situação já existente. Tal lei decretava:

O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães constitui o único partido político da Alemanha. Aquele que tentar manter ou formar um novo partido político será punido com

110. SHIRER, 2008, p. 268–273.

trabalhos forçados por três anos ou com prisão de seis meses a três anos, se a ação não estiver sujeita a penalidade maior, em conformidade com outros regulamentos.¹¹¹

Antes disso os nazistas protagonizaram um acontecimento que deixou a muitos estupefatos pelo cinismo que o marcou. O regime proclamou o primeiro de maio de 1933 como festa nacional e a preparou como um acontecimento grandioso. Os líderes sindicais não esperavam uma tal demonstração de cordialidade para com a classe operária e se prontificaram de forma entusiástica a contribuir para que o evento fosse um sucesso. Essas lideranças vieram de toda a Alemanha para Berlim para participar da comemoração. Milhares de bandeiras foram desfraldadas proclamando a solidariedade do regime nazista para com os trabalhadores. Mas já no dia seguinte, em 2 de maio de 1933, as sedes dos sindicatos em todo o país foram ocupadas, os sindicatos dissolvidos, seus líderes presos e muitos foram espancados e enviados para campos de concentração. Foi criada a Frente Alemã do Trabalho sobre o controle do regime e seu líder, Robert Ley, chefe do partido nazista em Colônia, foi diretamente nomeado por Hitler.¹¹²

Em abril desse mesmo ano de 1933 começam as perseguições aos judeus com o anúncio, por parte de Hitler, de um boicote nacional às lojas judias em 1º de abril e a exclusão dos judeus do serviço público, das profissões liberais e das universidades. Em 7 de abril o regime promulgou a Lei de Restauração da Função Pública, que,

111. SHIRER, 2008, p. 275.

112. SHIRER, 2008, p. 276.

em seu artigo terceiro, determinava que os funcionários não arianos deveriam ser excluídos do serviço público. No fim de abril um outro decreto no âmbito da mesma lei excluiu os advogados não arianos dos tribunais; em 22 de abril foi a vez da exclusão dos médicos do sistema de seguro saúde e, em 2 de julho, igualmente dos dentistas não arianos. Em setembro de 1933 foi criada a Câmara de Cultura do Reich e dela foram excluídos os artistas judeus, sendo estes então, na prática, excluídos do mundo cultural. Daí em diante eles só poderiam destinar suas manifestações artísticas a públicos compostos por judeus. Em 4 de outubro de 1933 uma ordem é dada para excluir dos jornais os chefes de redação judeus. Esse conjunto de leis antisemitas foi complementado pelas Leis de Nuremberg e mais precisamente por uma dessas leis, a Lei da Proteção do Sangue e da Honra Alemãs, de setembro de 1935. Tal conjunto de leis, entre outras coisas, excluía os judeus dos direitos de cidadania alemã e proibia o casamento e as relações sexuais entre alemães e judeus.

Em 2 de agosto de 1934, às 9 horas da manhã, o idoso presidente Hindenburg morreu aos 87 anos. Três horas depois, ao meio dia, anunciou-se que, por uma lei oriunda do ministério do dia anterior, os cargos de chanceler e presidente tinham sido unificados e que Hitler tinha assumido poderes de chefe de Estado e de comandante supremo das forças armadas. O título de presidente tinha sido abolido e Hitler passou a usar os títulos de Führer e chanceler do Reich. Para consumar a obra de tomada do poder, Hitler exigiu de todos os oficiais e membros das forças armadas um juramento de fidelidade à sua pessoa e não à Alemanha ou à Constituição.¹¹³ Em pouco mais de

113. SHIRER, 2008, p. 308.

um ano depois de ter sido chamado para assumir o cargo de chanceler do Reich, Hitler havia consumado sua obra de fazer uma revolução depois de chegar ao poder pela via institucional. Seu estado totalitário, ou Reich de Mil Anos, estava plenamente instalado, já que todos os obstáculos para o exercício do poder absoluto haviam sido afastados.



Imagem 8: Congresso do Partido Nazista em Nuremberg em 8 de setembro de 1936.

O exercício do poder por parte do regime nazista procurava abranger todas as esferas da sociedade e ele revela essa ambição de controle total que vai além das importantes instituições dos partidos políticos, dos sindicatos, da justiça e do exército, abrangendo também áreas não menos importantes como as igrejas e a educação.

O regime perseguiu sistematicamente as igrejas cristãs, tanto a católica como a protestante, e prendeu milhares de padres e pastores. Durante a Segunda Guerra, Alfred Rosenberg, um dos principais teóricos do nacional-socialismo e conselheiro de Hitler, um pagão declarado que detinha entre outras funções a de “delegado do Führer

da Instrução e Educação Filosófica e Intelectual Total para o Partido Nacional-Socialista”, apresentou um programa de trinta pontos para a Igreja Nacional do Reich. Alguns dos artigos desse programa nos revelam o que o regime pretendia em termos de controle de algo essencial na vida das pessoas que é a sua espiritualidade:

1. A Igreja Nacional do Reich da Alemanha afirma categoricamente o direito e o poder exclusivos de controlar todas as igrejas na jurisdição do Reich: declara serem elas as igrejas nacionais do Reich alemão. [...]
7. A Igreja Nacional do Reich não tem escribas, pastores, capelães ou padres, mas oradores do Reich para falar em seu nome. [...]
13. A Igreja Nacional exige a imediata cessação da publicação e difusão da Bíblia na Alemanha.
14. A Igreja Nacional declara que para ela e, conseqüentemente, para toda a nação alemã, ficou decidido que *Minha luta*, do Führer, é o maior de todos os documentos. Ele [...] não somente contém a maior, mas incorpora a mais pura e verdadeira moral para a vida atual e futura de nossa nação. [...]
18. A Igreja Nacional retirará de seus altares todos os crucifixos, bíblias e santos. Sobre os altares não deve haver nada além de *Minha luta* (para a nação germânica e, portanto, para Deus o livro mais sagrado) e a esquerda do altar uma espada. [...]
30. No dia de sua fundação a cruz cristã deve ser removida de todas igrejas, catedrais e capelas e deve ser substituída pelo único símbolo inquestionável – a suástica.¹¹⁴

114. SHIRER, 2008, p. 324–326.

A educação no Terceiro Reich, de acordo com as concepções do próprio Hitler, já explícitas em *Minha luta* e depois colocadas em prática em políticas efetivas do Estado nazista, não deveria se restringir à sala de aula e nem mesmo à escola. Parte-se de uma concepção espartana de educação, na qual a juventude seria preparada política e militarmente para servir ao Reich. Essa educação se daria em grupos de treinamento juvenis consecutivos e se consumaria aos 18 anos de idade, no trabalho compulsório e, depois, servindo nas forças armadas. As universidades, e mesmo as escolas técnicas, seriam apenas para uma reduzida minoria. Em discurso de 6 de novembro de 1933, Hitler deixou claro o que almejava para a educação da juventude alemã:

Quando um adversário afirma ‘Não desejo ir para o vosso lado’, digo, calmamente, vossos filhos já nos pertencem [...] Que representais? Haveis de seguir vosso caminho. Vossos descendentes, entretanto, encontram-se agora no novo campo. Brevemente eles nada conhecerão além da nova comunidade.¹¹⁵

Já aos 6 anos começava o recrutamento para a Cooperação para o trabalho e para o exército, o que se estendia até os 18 anos. Rapazes e moças eram organizados em várias formações da Juventude Hitlerista. Os que se recusavam a inscrever seus filhos recebiam pesadas sentenças de prisão. Dos 6 aos 10 anos, um rapaz fazia uma espécie de aprendizado para a Juventude Hitlerista. A cada um deles era fornecido um livro de registro, no qual seria anotado o seu progresso

115. SHIRER, 2008, p. 336.

durante todo o período em que estivesse em formação e treinamento, inclusive seu desenvolvimento ideológico. Aos 10 anos, depois de passar por testes consecutivos de atletismo, de acampamento e de história nazificada, recebia o grau de *Jungvolk* (Jovem Camarada). Aos 14 anos, o rapaz entrava na Juventude Hitlerista propriamente dita e nela ficava até completar 18 anos, quando era transferido para a Cooperação pelo trabalho e para o exército. A Juventude Hitlerista era uma imensa organização, instituída em linhas paramilitares semelhantes às da S. A. na qual os jovens recebiam treinamento sistemático, não apenas em acampamento, esportes e ideologia, mas também de arte militar. Quanto às meninas, de 10 a 16 anos elas eram alistadas como *Jungmädel* – literalmente “jovens donzelas” – e recebiam um uniforme composto de uma blusa branca, saia toda azul e meias e sapatos de marcha. Seu treinamento, como o dos meninos da mesma idade, constava de longas marchas, nos fins de semana, com pesadas mochilas e com as habituais lições de doutrinação na filosofia nazista. No entanto, para as moças, sobretudo quando se tornavam, aos 14 anos, membros da B. D. M. – Bund Deutscher Mädel (Liga das Moças Alemãs), dava-se uma ênfase especial a educá-las no seu papel de mulher no Terceiro Reich, ou seja, serem mães sadias de filhos sadios.¹¹⁶

Quanto ao recrutamento, treinamento e controle dos professores, ele se dava da seguinte forma:

Todos os professores de profissão, desde os jardins-de-infância até as universidades, eram obrigados a associar-se à Liga dos

116. SHIRER, 2008, p. 342–343.

Professores Nacional-Socialistas. Pela lei, ela era “responsável pela execução da coordenação ideológica e política de todos os professores, de acordo com a doutrina nacional-socialista”. A Lei do Funcionalismo Civil, de 1937, exigia que os professores fossem “os executores da vontade do partido apoiado no Estado” e prontos, “a qualquer momento, a defender sem reservas o Estado nacional-socialista”. Um decreto anterior os classificara como servidores civis e dessa forma sujeitos às leis raciais. Os judeus, evidentemente, eram proibidos de ensinar. Todos os professores prestavam o juramento “de serem leais e obedientes a Adolf Hitler”. Depois, ninguém poderia ensinar sem que primeiro tivesse servido nas S. A., na Cooperação de Trabalho ou na Juventude Hitlerista. Os candidatos a professores nas universidades tinham de aguardar durante seis semanas num campo de observação, onde suas opiniões e seu caráter eram estudados por técnicos nazistas e depois apresentados ao Ministério da Educação, que emitia licenças para ensinar, com base na confiança política dos candidatos.¹¹⁷

Tanto no fascismo italiano como no nazismo se observa uma mudança radical nas relações entre o Estado, a comunidade e os indivíduos. A ideia fundamental era a subordinação completa dos indivíduos ao coletivo e ao Estado. Tal ideia representou uma ruptura fundamental com a obra de consolidação da política democrática que se deu ao longo de todo o século XIX. Representou na verdade uma reversão de uma tendência, já que, enquanto o Estado liberal se baseava num pacto entre os cidadãos visando garantir as

117. SHIRER, 2008, p. 337.

liberdades e direitos individuais, no Estado fascista, na medida em que este encarnava o destino nacional, tais direitos e liberdades eram vistos como totalmente secundários em relação ao engrandecimento desse Estado e da comunidade nacional que ele representava. Com isso o que desaparece é a própria ideia de direitos individuais juntamente com o direito a uma vida privada e ao livre pensamento:

Nos Estados fascistas, os direitos individuais não tinham existência autônoma. O Estado de direito – o *Rechtsstaat*, o *état de droit* – desapareceu juntamente com o princípio do devido processo legal, por meio do qual os cidadãos tinham assegurado o tratamento igualitário pelos tribunais e pelas agências estatais. [...] Um regime fascista podia, de forma discricionária e irrestrita, prender, despojar de propriedades e até mesmo matar seus habitantes. Tudo o mais empalidece perante esta transformação radical na relação dos cidadãos com o poder público.¹¹⁸

O exame em paralelo do fascismo italiano e do nazismo mostra características comuns a esses regimes, mas também diferenças fundamentais. O século XX, em seu período de pós-Primeira Guerra, produziu uma outra novidade política, que normalmente é tratada à parte e com a preocupação de não aproximar sua análise da dos fascismos, como se essa novidade fosse de uma natureza completamente diferente. Esse novo, e ao mesmo tempo distante, é o comunismo soviético. Esse regime surgido na Rússia de 1917 não poderia ser comparado com os fascismos, antes de mais nada por ser

118. PAXTON, 2007, p. 236.

oriundo de uma revolução e de uma revolução proletária com um sentido universal que os fascismos não teriam na medida de sua fixação em suas comunidades e Estados nacionais. As ideologias que sustentam esses regimes seriam assim de tal forma diferentes que impossibilitariam qualquer comparação. Na verdade, não são tão diferentes assim e podemos ficar num só exemplo de uma semelhança entre ideologias em princípio tão diferentes: enquanto o nazismo apregoava em sua ideologia uma espécie de sociedade perfeita só que restrita à sua comunidade de homens superiores, que seriam os alemães arianos, ou seja, para uma sociedade racialmente pura segundo seus próprios critérios de pureza de raça, o comunismo soviético também se baseava na luta por uma sociedade pura, mas não em termos raciais e sim sociais – uma sociedade proletária que eliminaria os conflitos de classe e que se voltaria inteiramente para esse coletivo proletário. Para atingir a sua sociedade almejada os nazistas não hesitaram em procurar eliminar o que consideravam seus inimigos, a começar pelos judeus, mas depois passando pelos ciganos, negros e pelos eslavos. Os bolcheviques russos também não hesitaram em eliminar seus pretensos inimigos em busca de sua utopia socialista, começando pelos aristocratas, passando pelos odiados burgueses e chegando mesmo à maior parcela da população russa da época, os camponeses. Mas com essa pequena comparação entre as ideologias chegamos ao cerne da questão, que é de fato a de maior interesse, qual seja, o exame das práticas políticas desses regimes, o que já fizemos em relação aos fascismos e que resta fazer em relação ao comunismo.

Para entendermos melhor o regime que teve seu início na Rússia com Lênin e que teve uma solução de continuidade, e não de

ruptura, com Stalin, e as semelhanças que ele guardava com o regime nazista, para nós são indispensáveis as concepções clássicas de Hannah Arendt sobre os movimentos, os regimes e as sociedades totalitárias e do quanto elas são inéditas e do quanto marcaram nossa história contemporânea. De acordo com essas concepções, o totalitarismo se baseia em um tripé constituído pelo Estado-Partido, pela ideologia e pelo terror e justifica seu nome na medida em que:

Desde os tempos antigos, a imposição da igualdade de condições aos governados constitui um dos principais alvos dos despotismos e das tiranias, mas essa equalização não basta para o governo totalitário, porque deixa ainda intacto certos laços não-políticos entre os subjugados, tais como laços de família e interesses culturais comuns. O totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que seja o xadrez. Os amantes do “xadrez por amor ao xadrez”, adequadamente comparados por seu exterminador aos amantes da “arte por amor à arte”, demonstram que ainda não foram absolutamente atomizados todos os elementos da sociedade, cuja uniformidade inteiramente homogênea é a condição fundamental para o totalitarismo.¹¹⁹

Nesses regimes, a liberdade de cada um de ter sua opinião, não só em questões políticas, mas em todas as esferas da vida, deixa de existir. Quem pensa é a liderança, e o partido é a expressão desse pensamento e vontade. Todo aquele que se vê como dotado de um

119. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 372.

pensamento e vontade própria se torna um ser antissocial e é colocado à parte. O partido é quem detém a razão em tudo e cabe às pessoas se submeterem a essa razão. Como todos os movimentos que se pretendem revolucionários, tanto o nazismo quanto o comunismo reivindicam a criação de uma sociedade inteiramente nova. Para construir a unidade em torno desse objetivo, não só procuram eliminar todos os obstáculos que aparecem em seu caminho, como também se alimentam da ideia de que existem inimigos que estão sempre conspirando para que essa nova e boa sociedade nasça. A conspiração, real ou imaginária alimenta seus discursos e práticas políticas. Se o objetivo fosse apenas criar uma sociedade nova, o mal seria menor, já que os inúmeros obstáculos concretos à sua criação imporiam limites ao voluntarismo político desses regimes. Mas eles vão além. Sua pretensão maior é criar um novo homem, refazer a natureza humana, eliminando suas imperfeições e seu egoísmo, sua predileção pela vida privada e sua subjetividade. Tudo aquilo que faz de um ser humano um indivíduo, um ser singular, deve desaparecer para que em seu lugar surja um novo homem, e uma nova mulher, inteiramente voltados para o coletivo do qual fazem parte, mas cuja expressão na verdade se encontra apenas no partido que pretensamente os representaria. Esse novo ser humano não passa então de um simulacro de ser humano por estar destituído de vontade própria e ter sido inteiramente instrumentalizado pelo partido. É claro que existem limites para essa vontade de controle e uniformização e o caráter histórico desses regimes nos mostra isto. O novo Reich alemão não durou mil anos e o comunismo na União Soviética, embora mais longo, acabou por se esgotar e não se revelou o fim da história como alguns, inspirados em Hegel e Marx, acreditavam.

A tradição de esquerda construiu uma versão de que o fracasso e o desmoronamento da União Soviética no final do século XX teria uma origem longínqua na morte de Lênin em 1924 e na ascensão de Stalin ao poder. A tese é de que Lênin encarnava os propósitos mais nobres do comunismo, propósitos esses que teriam sido desvirtuados por Stalin, que seria o único responsável pela criação do totalitarismo na União Soviética, desviando a revolução de seu curso. Mas se o desvio de curso existe, ele já começou com o próprio Lênin. Veio do período leninista a dissolução da Assembleia Constituinte, para a qual os bolcheviques haviam obtido apenas 24% dos votos, enquanto 38% dos votos foram para os socialdemocratas. Foram também obra de Lênin o decreto que acabou com a liberdade de imprensa, a criação da polícia secreta, a temível NKVD e a instituição do partido único. Lênin lançou as sementes do totalitarismo na Rússia e Stalin se empenhou em seu cultivo.

Em janeiro de 1934 realizou-se o XVIIo Congresso do Partido Comunista da URSS (PCURSS). Nele se destacou o secretário da organização do partido em Leningrado, Serguei Kirov, a ponto de Stalin se sentir ofuscado por ele, apesar de o discurso proferido por Kirov, que foi ovacionado, ter sido cheio de louvores a Stalin, o Secretário-Geral do partido. Na plenária do comitê central que teve lugar depois do congresso, Kirov foi eleito membro do Politburo e secretário do comitê central, permanecendo com seu posto em Leningrado. O que Stalin não esperava era esse destaque obtido por Kirov e, sobretudo, o fato de um quarto dos votos dos delegados presentes no congresso ter sido contra ele, Stalin. O que ele se indagava era quantos existiam no país que não o apoiavam. Em 1º de dezembro de 1934, Kirov foi assassinado em Leningrado e as circunstâncias em

que se deu a morte lançaram fortes suspeitas do envolvimento de Stalin no crime. Esse acontecimento foi o marco inicial de uma era de grande repressão política na URSS que não poupou nem mesmo a cúpula do partido e do exército. À época do XVIIo Congresso, poucos podiam imaginar que, dos 1.225 delegados daquele congresso, 1.108 logo seriam presos, e que a maioria pereceria nas celas e campos de prisioneiros da NKVD; que dos 139 candidatos a membros do comitê central eleitos no congresso, 98 seriam presos e fuzilados.¹²⁰

A partir de 1935 grandes expurgos atingiram os altos escalões do partido, do Estado e do exército. Atingiram também os quadros técnicos, bem como dirigentes políticos nas províncias e nas repúblicas. Centenas de milhares foram presos, condenados e executados. Em 1939, o conselho superior do Exército Vermelho apresentou um quadro sobre o corpo de oficiais do exército e da marinha. Quase 85% dos oficiais tinham menos de 35 anos de idade. Em novembro de 1938, Voroshilov, um dos auxiliares mais próximos de Stalin, anunciou, como se fosse uma vitória, que, nos expurgos realizados no Exército Vermelho entre 1937–1938, eles se livraram de mais de 40 mil homens e que mais de 100 mil novos oficiais foram formados no período de apenas dez meses em 1938. Em 1939 restavam apenas dez dos mais de cinquenta membros do antigo Conselho de Guerra. Embora não existam números oficiais precisos sobre a quantidade de vítimas da repressão entre 1937–1938, com base nos dados do comissariado da Defesa e em um material diversificado, como listas dos delegados, estatísticas parciais, relatórios locais, arquivos das cortes de justiça e várias declarações do próprio Stalin e de alguns de

120. VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*, volume 1. Tradução da edição inglesa de Joubert O. Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 207–213.

seus auxiliares diretos, como Molotov e Beria, estima-se que entre 4,5 e 5,5 milhões de pessoas foram presas, das quais entre 800 mil e 900 mil foram sentenciadas à morte. Além disso, uma quantidade incalculável de pessoas morreu nos Gulags, os campos de concentração soviéticos.¹²¹

Desde o início da Revolução Russa, em 1917, esse país de uma grande maioria camponesa e de uma industrialização que estava apenas em seus primórdios teve de enfrentar um problema crônico de produção e abastecimento de grãos. Os planos de industrialização dos bolcheviques pressupunham uma agricultura forte que não só fosse capaz de abastecer as cidades como também pudesse produzir um excedente exportável que possibilitasse a importação de máquinas e equipamentos necessários à industrialização do país. Os camponeses russos que apoiaram a revolução esperavam dela o que todo camponês espera, o acesso à propriedade da terra. Em 1917 foram expropriadas as terras da nobreza, da coroa e dos mosteiros. Em 1918 cerca da metade das terras dos camponeses mais prósperos, os *kulaks*, foram também expropriadas e entregues aos camponeses mais pobres juntamente com gado e implementos agrícolas. Essas mudanças na estrutura da propriedade da terra não conseguiram dinamizar a produção agrícola a ponto de gerar os desejados excedentes exportáveis. No final de 1923, quando Lênin ainda vivia, a produção total de cereais ainda não havia atingido os níveis de antes da guerra. Em 1927, o XVo Congresso do PCURSS adotou uma medida que representou uma revolução no mundo camponês, a coletivização da agricultura. O desejo dos camponeses russos de acesso à terra

121. VOLKOGONOV, 2004, p. 303–305.

obviamente nunca se traduziu em desejo de trabalhar nas fazendas coletivas que foram então criadas, as *kolkhozes*. Eles viam essa medida como uma nova forma de servidão, desta vez ao Estado. A coletivização dos campos na URSS se deu com uma enorme resistência dos camponeses e com a deportação e morte de muitos deles. Em 1929, mais de 150 mil famílias camponesas foram exiladas para a Sibéria e para o norte do país. Em 1930, essa quantidade aumentou para 240 mil e, em 1931, para mais de 285 mil famílias. Mas esse processo começou em 1928 e se estendeu para além de 1931. Calcula-se



Imagem 9: Autor desconhecido (entre 1929 e 1934). Como parte da deskulakização, um desfile com os cartazes: “Vamos liquidar os Kulaks como classe” e “Tudo pela luta contra os sabotadores da agricultura”.

que tal processo de coletivização da agricultura na URSS afetou entre 8,5 e 9 milhões de camponeses. No início de 1930, mais de 50% das propriedades rurais da URSS estavam coletivizadas.¹²²

No ano de 1933 a fome assolou a União Soviética e não apenas por causa da seca que atingiu as principais áreas agrícolas do país no ano anterior, afetando a safra, mas também por causa da queda da produtividade com a coletivização e a requisição de cereais por parte do Estado. As regiões do Volga e da Ucrânia foram particularmente afetadas. Essas regiões possuíam as terras mais férteis do país e obtiveram uma colheita excepcionalmente favorável no ano de 1930. Os camponeses que foram deportados no início daquele ano já haviam semeado o trigo no inverno que pôde ser colhido por outros na primavera. Além disso, o clima durante o verão foi muito bom. A partir da safra de 1930, estabeleceu um padrão para os confiscos de grãos para os anos seguintes de colheitas ruins. No outono constatou-se o fracasso da primeira colheita de uma agricultura mais expressivamente coletivizada. As razões eram várias: o clima não ajudou; as pragas eram um problema; a tração animal era limitada porque os camponeses haviam vendido ou eliminado seus rebanhos; a produção de tratores era muito inferior ao previsto; os melhores agricultores tinham sido deportados; a semeadura e a colheita foram desestabilizadas pela coletivização; e os camponeses que tinham perdido suas terras não viam razão para se esforçar demais no trabalho. Mesmo assim, mais da metade da colheita foi retirada da Ucrânia soviética em 1931. Muitas das fazendas coletivas entregaram suas sementes para cumprir as metas de confisco. No final de 1931

122. VOLKOGONOV, 2004, p. 161-168.

muitos camponeses já passavam fome. No começo de 1932 estavam sem sementes para semear a safra de outono.¹²³

Na primavera de 1933 morriam mais de 10 mil pessoas por dia de fome na Ucrânia soviética. As pessoas perambulavam pelas aldeias em busca de alimento. Os pais davam seus filhos para famílias distantes ou para estranhos, ou os largavam nas estações de trem. Os camponeses desesperados erguiam os filhos diante das janelas dos trens à procura de alguém que pudesse ficar com eles e assim evitar uma morte certa. Pais e mães enviavam os filhos para as cidades para mendigar. Houve registros de canibalismo. Enquanto isso, Stalin considerava que a fome na Ucrânia era uma forma de sabotagem e resistência dos camponeses *kulaks* que não desejavam entregar seus grãos ao Estado. Estima-se que devido a uma política deliberada de confisco de grãos, em boa parte para exportação, agravada por adversidades naturais, na Ucrânia, justamente uma região considerada como um celeiro da URSS, entre 1932–1933, não menos de 3 milhões de cidadãos morreram de fome e de doenças associadas à inanição. Aproximadamente o mesmo número de ucranianos deportados de suas terras teriam morrido na União soviética como um todo.¹²⁴

Nesse início dos anos 1930 instituiu-se uma política de deportação em massa de camponeses como punição por serem considerados *kulaks*, o que coincidiu com a utilização intensa de trabalhos forçados na economia soviética. Em 1929, Stalin havia criado um amplo sistema de “assentamentos especiais” para receber esses

camponeses, e também dissidentes, na Sibéria, na Rússia europeia e no Cazaquistão. Em 1931, esses assentamentos especiais se fundiram com os já existentes campos de concentração, que eram zonas de trabalho demarcadas e em geral patrulhadas por guardas, formando os Gulags, que eram oficialmente nominados campos de reeducação pelo trabalho. Embora estes não funcionassem como os campos de extermínio dos nazistas, funcionavam como campos de concentração, para os quais eram enviados os opositores reais e supostos do regime e nos quais muitos não resistiram aos frequentes longos anos de condenação. Na URSS, chegaram a existir 476 campos de concentração, para os quais foram condenados 18 milhões de pessoas, das quais algo entre 1,5 milhão e 3 milhões morreram durante o período de encarceramento.¹²⁵

No início da década de 1930, a maioria avassaladora da população soviética vivia no campo. Foi toda essa fração de sua própria sociedade, estimada em mais de 80% da população total, que Stalin e seu regime decidiram enfrentar para implantar sua utopia de uma sociedade sem classes. As práticas políticas de seu regime não ficavam assim tão distantes das de Hitler em termos de brutalidade e perseguição à sua própria população. Não é à toa que, apesar de um se dizer anticomunista e o outro antifascista, ambos se sentiram suficientemente à vontade para estabelecer um pacto de aliança para invadirem e partilharem a Polônia em 1939, dando início à Segunda Guerra Mundial.

123. SNYDER, Timothy. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stálin*. Tradução de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 61–62.

124. SNYDER, 2012, p. 84.

125. SNYDER, 2012, p. 54–55.

4

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1941 – Rompimento do pacto com Stalin por Hitler e invasão da União Soviética.

1945 – Final da Segunda Guerra Mundial.

1939 – Invasão da Polônia e início da Segunda Guerra Mundial.

Genocídio dos judeus durante a guerra

4 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em 23 de agosto de 1939 os ministros das relações exteriores do Reich, Joachim von Ribbentrop, e da União Soviética, Viatcheslav Molotov, assinaram um pacto de não agressão no Kremlin, em Moscou, que se constituiu no fator decisivo para o início da Segunda Guerra Mundial. Esse pacto na verdade se constituiu em uma aliança entre os dois países, na medida em que a parte pública do pacto foi acompanhada por um protocolo secreto, que só veio a conhecimento público depois da morte de Stalin, em 1953. Por esse protocolo secreto, ou essa aliança, previa-se a partilha entre a Alemanha e a URSS de vastas áreas na Europa do Leste. Hitler reservou para si a Lituânia e a Polônia ocidental, enquanto os soviéticos ficaram com a Polônia oriental, a Estônia, a Letônia, a Bessarábia e parte da Finlândia.

Foi a partir desse pacto com Stalin que Hitler decidiu invadir a Polônia no dia 1º de setembro de 1939 e se viu em guerra com a França e a Inglaterra no dia 3 de setembro, dando início à Segunda Guerra. Com ele, Hitler fez Stalin romper sua aliança ocidental e, dessa forma, pôde expandir suas conquistas territoriais para o oeste, ao mesmo tempo que passou a ter maior liberdade de ação na Europa ocidental. Stalin ganhou amplas áreas de influência para o comunismo na Europa do Leste enquanto ganhava tempo afastando a ameaça de guerra para longe de suas fronteiras.

A Segunda Guerra Mundial se divide em dois períodos claramente distintos. O primeiro vai do início da guerra, em setembro de 1939, até junho de 1941, quando as tropas nazistas invadem a URSS. Esse

é o período da aliança entre Hitler e Stalin. Esse período acaba em junho de 1941 com a decisão unilateral de Hitler de romper a aliança e invadir o país. O segundo período vai de junho de 1941 a maio de 1945 com o final da guerra. No primeiro período Stalin tem em Hitler seu principal aliado. No segundo período Hitler se transforma em seu maior inimigo. A memória da Segunda Guerra se concentra muito mais no período entre 1939 e 1941, que é visto como o período em que as democracias ocidentais estão aliadas com o comunismo soviético para derrotar o fascismo. Trata-se do período de auge do antifascismo, do qual os partidos comunistas no mundo todo vão se alimentar por muito tempo. Ser comunista passa a significar como nunca ser antifascista, enquanto ser contra, ou mesmo não simpatizante do comunismo, conduz aquele que assume tal postura a ser facilmente rotulado pelos comunistas de fascista. Esse segundo período ofusca o período entre 1939 e 1941, no qual o fascismo foi aliado do comunismo, obrigando os partidos comunistas ocidentais, como o PCF francês, a fazerem verdadeiros malabarismos ideológicos para justificarem tal aliança. A recuperação da importância histórica do período de guerra entre 1939 e 1941 nos mostra algo de fundamental que é que se a resistência do Exército Vermelho e o heroísmo do povo russo ao longo da guerra, a partir de 1941, foram decisivos para pôr fim à guerra, por outro lado, foi a aliança entre Hitler e Stalin e a invasão conjunta da Polônia, e não apenas das tropas alemãs pelo leste, mas também pelo Exército Vermelho a oeste, que deram início à guerra. É verdade que o comunismo soviético deu uma contribuição decisiva para a derrota do fascismo em 1945, mas também é verdade que ele também contribuiu decisivamente para o início do conflito em 1939. Centrar-se no papel da URSS na

derrota do fascismo, esquecendo-se de sua colaboração com ele, é uma forma de contar apenas a versão da história dos vitoriosos.

Depois de se expandir a leste anexando a Áustria em 1938 e a Tchecoslováquia em 1939, Hitler se voltou para a Polônia. Seu argumento básico era que buscava reintegrar antigos territórios pertencentes ao Império Alemão e suas populações de língua alemã. Frente a esse expansionismo a leste e ao perigo que ele representava para a URSS, a proposta soviética do início de 1939 era de um acordo militar tripartite entre a URSS, a França e a Inglaterra e que abrangeria todos os países limítrofes da URSS, dos países bálticos à Romênia, passando pela Polônia. Essa proposta de acordo de defesa comum no caso de uma invasão alemã previa a passagem do Exército Vermelho pelos territórios desses países em caso de guerra, mas a Polônia e a Romênia recusaram tal proposta temendo que, uma vez os soviéticos ocupassem seus territórios, eles não o evacuariam mais – no que o resultado da Segunda Guerra mostrou que eles tinham razão em suas apreensões. Diante de tais dificuldades, o temor de Stalin em se comprometer com a defesa da Polônia, em caso de invasão alemã, era de que britânicos e franceses o deixariam lutando sozinho contra Hitler. Diante dessa situação, considerou que Hitler tinha mais a lhe oferecer.

A preferência de Stalin por um acordo com Hitler em relação a uma aliança com a Inglaterra e a França se explica por razões circunstanciais. Ele se preocupava, em primeiro lugar, em se proteger de um ataque alemão. Interessava a ele também a expansão do comunismo a oeste, uma velha ambição dos comunistas que vinha desde a revolução. Havia o ganho imediato com os territórios anexados pela aliança com os nazistas e, quem sabe, o ganho futuro de

uma expansão muito maior do comunismo depois de uma guerra em que a Alemanha, a França e a Inglaterra esgotariam suas forças e seus recursos. A ideia de que a Alemanha seria o primeiro marco da universalização da revolução comunista era uma ideia antiga entre os comunistas. Assim Stalin não se incomodou com a incoerência ideológica que a aliança com o fascismo representou. Não se preocupou nem um pouco também com questões como a prevalência das democracias ou com o equilíbrio europeu.

O acordo de agosto de 1939 entre Hitler e Stalin causou um forte impacto na Europa e não apenas no meio comunista, mas também entre os fascistas. Vale lembrar que foi nessa Europa que tais movimentos tiveram sua origem, foi nela que eles se combateram e onde exerceram seu maior fascínio. A Europa, nessa época,

acabava de viver alguns anos durante os quais eles [o fascismo e o comunismo] haviam preenchido a vida política das nações democráticas com sua rivalidade e com seus insultos recíprocos, às vezes até com seu confronto sangrento, como na Espanha. O antifascismo dera um verniz ocidental ao comunismo, e o anti-comunismo, um certificado de civilização ao nazismo. Os dois regimes monstruosos do século haviam dominado a opinião democrática através de seu antagonismo.¹²⁶

Se antes de agosto de 1939 ser comunista era também ser antifascista e ser fascista significava também ser um combatente do comunismo, a partir de então as cartas são embaralhadas. Como

126. FURET, François. *O passado de uma ilusão*: ensaios sobre a ideia comunista no século XX. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 386.

continuar desempenhando esses papéis de antagonismo recíproco e ao mesmo tempo defender o pacto? Para os europeus que não eram nem fascistas e nem comunistas as coisas também mudaram. Para aqueles que não viam o fascismo com simpatia, mas que queriam mais distância ainda do comunismo, o combate dos fascistas aos comunistas dava aos primeiros uma razão de ser. Da mesma maneira, para aqueles que viam o fascismo como um grande perigo, seu enfrentamento pelos comunistas tornava estes mais aceitáveis.

Contudo, Stalin não tinha tempo a perder com essas questões, para ele menores. Em 17 de setembro de 1939 as tropas soviéticas invadem a Polônia e os homens do NKVD, atrás do Exército Vermelho, fazem mais ou menos a mesma coisa que as seções do Esquadrão de Proteção (SS) atrás da Wehrmacht: liquidam e deportam as elites polonesas e tudo o que podia parecer-se com adversários potenciais. Em oito dias, Stalin apoderou-se da Bielorrússia ocidental e das terras polono-ucranianas. Assim,

enquanto a Gestapo instala seu regime policial no oeste da Polônia, ele [Stalin] realiza a depuração política de sua zona. Hitler agrupa e manda assassinar não só as vastas minorias judias, como também dezenas de milhares de poloneses, em nome do racismo antisemita e antieslavo; ele [Stalin], por seu lado, deporta e mata em nome do socialismo.¹²⁷

Nesse mesmo mês de setembro de 1939 teve início o que ficou conhecido como o massacre de Katyn. Comandos do NKVD

127. FURET, 1995, p. 376 e 391.

sequestraram, com um cuidado particular, na Polônia oriental, todos o que podiam representar uma ameaça presente ou futura de resistência nacional: cerca de 15 mil homens, metade oficiais da ativa e a outra metade igualmente oficiais, mas da reserva, sendo essa última metade composta por professores, jornalistas, advogados, cientistas, médicos, políticos e padres. Esses prisioneiros foram divididos em três campos de concentração soviéticos, Ostachkov, Kozielsk e Starobielsk. Todos os de Kozielsk – um pouco menos de cinco mil homens – foram assassinados em abril de 1940, na floresta de Katyn, com uma bala na nuca. Nunca se soube qualquer coisa a respeito dos outros dez mil prisioneiros desses campos. Se não foram igualmente executados, podem ter sido deportados para algum Gulag na Sibéria ou na Ásia central, que era o reservado a um polonês que pertencesse mais ou menos a tais elites durante esse período de ocupação soviética. As autoridades nazistas da Polônia ocupada revelaram o massacre de Katyn no início de abril de 1943, tão logo os corpos foram descobertos. Três comissões de inquérito, uma internacional, uma polonesa e uma especificamente alemã, examinaram separadamente o local do massacre e chegaram às mesmas conclusões: as vítimas haviam sido mortas três anos antes, em abril ou maio de 1940, data que excluía a culpabilidade alemã por estar a Polônia ocupada pelos soviéticos nessa época. Um inquérito soviético, organizado pelo NKVD, em janeiro de 1944, chegou à conclusão inversa, ou seja, não negou o massacre, mas imputou a responsabilidade pelo mesmo aos alemães. Previamente à descoberta do massacre e a essas conclusões, o governo polonês no exílio em Londres, no momento em que procurou reconstituir o exército em julho de 1941 com os cidadãos poloneses que se

encontravam na URSS, constatou que não tinha notícias de 15 mil oficiais que não responderam à chamada. Entre 1941 e 1943 os soviéticos deram respostas evasivas às interrogações polonesas. A revelação do massacre de Katyn em abril de 1943 põe fim de maneira sinistra às dúvidas dos poloneses, pelo menos no que se refere a cinco mil desses oficiais. No processo de Nuremberg, depois do fim da guerra, o procurador soviético Rudenko procurou inserir Katyn na lista de crimes alemães, sem o conseguir e sem admitir, obviamente, a culpa soviética. Apenas no dia 14 de outubro de 1992, o presidente Boris Iéltsin tornou público o texto da decisão da Secretaria Política do Partido Comunista Soviético, assinado por Stalin em 5 de março de 1940, que ordenava o fuzilamento de cerca de 26 mil poloneses internados na URSS depois da agressão soviética contra a Polônia, em setembro de 1939.¹²⁸

O tratamento dispensado pelas forças de ocupação soviéticas no oeste da Polônia não era substancialmente diferente daquele dispensado pelos alemães em sua área de ocupação no Leste. O massacre de Katyn não foi um caso isolado:

Em 4 de dezembro de 1939, o politburo soviético ordenou que o NKVD preparasse a expulsão de certos grupos de cidadãos poloneses considerados uma ameaça à nova ordem: veteranos militares, guardas florestais, funcionários públicos, policiais e suas famílias. Então, certa noite, em fevereiro de 1940, numa temperatura de quarenta graus abaixo de zero, o NKVD reuniu todos eles: 139.794 pessoas retiradas de seus lares a noite sob a mira de

128. FURET, 1995, p. 391–392.

armas e colocadas dentro de vagões de trens de cargas com destino aos assentamentos especiais no distante Cazaquistão soviético ou na Sibéria. O curso de suas vidas foi assim alterado inteiramente antes que entendessem o que estava acontecendo com eles. Os assentamentos especiais, parte do sistema Gulag, eram zonas de trabalho forçado para as quais os kulaks tinham sido enviados dez anos antes.¹²⁹

O ataque alemão à Polônia começou com bombardeios aéreos sem aviso prévio às 4h20 da manhã do dia 1º de setembro de 1939 sobre a pequena cidade polonesa de Wielun. A igreja, a sinagoga, o hospital, tudo se consumiu nas chamas. Um total de 70 toneladas de bombas caíram em vagas sucessivas, destruindo a maioria dos prédios e matando centenas de pessoas, a maior parte mulheres e crianças. Por todo o oeste da Polônia inúmeras cidades e aldeias tiveram o mesmo destino. Cerca de 158 povoados foram bombardeados. No dia 10 de setembro de 1939 começou o bombardeio sistemático de Varsóvia com 17 ataques relâmpagos sobre a cidade. Em meados desse mesmo mês o exército polonês já estava completamente vencido, mas a capital ainda resistia. No dia 25 de setembro, Hitler declarou sua exigência de rendição por parte de Varsóvia. Naquele dia, aproximadamente 560 toneladas de bombas foram lançadas na cidade além de 72 bombas incendiárias. No total, cerca de 250 mil civis e seis mil soldados foram mortos.¹³⁰

129. SNYDER, Timothy. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stálin*. Tradução de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 168.

130. SNYDER, 2012, p. 157.



Imagem 10: Invasão da Polônia em setembro de 1939.

Apesar das declarações de guerra à Alemanha pela Grã-Bretanha e França em apoio à Polônia, ela lutou sozinha já que aqueles países não tomaram uma atitude militar significativa contra os alemães naquele difícil momento de início da guerra. As tropas polonesas foram superadas em número, armamentos e foram cercadas completamente pela investida motorizada vinda do norte, oeste e sul. Apesar de tudo, em alguns lugares houve uma resistência que acabou por revelar as práticas de crime de guerra dos nazistas contra os poloneses. Em Danzig, a cidade do litoral do mar Báltico que Hitler reivindicava para o Reich, os poloneses se defenderam do interior da agência central dos correios. Os soldados alemães despejaram gasolina no porão e queimaram todos. Na aldeia de Urycz, os prisioneiros de guerra poloneses foram reunidos num celeiro, onde lhes disseram que deveriam passar a noite. Em seguida o celeiro foi incendiado. Perto da aldeia de Sladow, os alemães usaram os prisioneiros de guerra como escudo

humano ao atacar os remanescentes de uma unidade de cavalaria. Depois de matarem os cavalarianos, que não foram capazes de atirar contra seus compatriotas, eles fizeram os poloneses enterrar os corpos de seus camaradas. Depois, alinharam os prisioneiros contra um muro à margem do rio Vístula e os fuzilaram. Em Ciepielow, depois de uma batalha intensa, foram feitos trezentos prisioneiros poloneses. Esses prisioneiros foram todos fuzilados e jogados numa vala. Na breve campanha polonesa, houve pelo menos 63 ações como essa. Pelo menos três mil prisioneiros de guerra foram mortos. Mas as ações dos soldados da Wehrmacht não se voltavam apenas para os poloneses em combate. Era também comum executarem civis. Na cidade de Widzow os alemães reuniram os homens que, sem nada a temer porque nada tinham feito, obedeceram às ordens. Todos os homens da cidade foram enfileirados contra uma cerca e fuzilados. Em Longinowka, quarenta cidadãos poloneses foram trancados dentro de um prédio, que foi em seguida incendiado. Mesmo depois do fim das hostilidades, em 6 de outubro de 1939, e do estabelecimento das autoridades de ocupação civil, apesar de a Polônia nunca ter formalmente se rendido, as represálias arbitrárias contra civis continuaram. Em dezembro, depois de dois soldados alemães terem sido mortos por conhecidos criminosos poloneses, 114 homens que nada tinham a ver com o acontecido foram metralhados. Em janeiro de 1940, os alemães fuzilaram 255 judeus em Varsóvia depois que a comunidade judaica deixou de entregar um indivíduo que, pelo seu nome de família, os alemães julgavam ser judeu. Mas a pessoa em questão não tinha relação alguma com a comunidade judaica.¹³¹

131. SNYDER, 2012, p. 158-160.

Depois de a Wehrmacht derrotar o exército polonês, entraram em ação as forças especiais da SS, os Einsatzgruppe, uma criação do braço-direito de Himmler, Reinhard Heydrich. Os Einsatzgruppe eram forças-tarefas especiais comandadas pela Polícia de Segurança e incluía outros policiais, cuja missão aparente era pacificar a retaguarda após a expansão militar. A partir de 1939, eles ficaram subordinados ao RSHA (Serviço Especial de Segurança do Reich) de Heydrich, que unia a Polícia de Segurança (uma instituição estatal) ao Sicherheitsdienst, ou SD (o serviço de contraespionagem da SS, uma instituição do partido nazista). Os Einsatzgruppe já haviam atuado na Áustria e na Tchecoslováquia, mas enfrentaram pouca resistência nesses países e não tinham como missão especial eliminar grupos selecionados. Foi na Polônia que passaram ter também a missão de exterminar as classes mais cultas de um inimigo derrotado. Os Einsatzgruppe se empenharam fielmente em sua nova tarefa. Em Bydgoszcz, mataram cerca de 900 poloneses. Em Katowice, mataram outros 750, entre os quais muitas mulheres e crianças. No total, os Einsatzgruppe provavelmente mataram aproximadamente 50 mil poloneses em ações que nada tinham a ver com o combate.¹³²

Entre setembro de 1939 e o início de maio de 1940, os nazistas e os comunistas soviéticos estiveram à vontade para derrotar, dividir e destruir a Polônia, assassinando dezenas de milhares de cidadãos e deportando centenas de milhares. Embora tivessem declarado guerra à Alemanha em setembro de 1939, a França e a Inglaterra não formaram uma frente ocidental na guerra. Em abril de 1940 os alemães invadiram a Dinamarca e a Noruega, garantindo assim o acesso aos

132. SNYDER, 2012, p. 165–166.

recursos minerais escandinavos e impedindo a intervenção dos britânicos pelo norte da Europa. Essa fase da guerra terminou quando os alemães atacaram os Países Baixos e a França em 10 de maio de 1940. Em 14 de junho, aproximadamente cem mil soldados franceses e 60 mil soldados britânicos já haviam morrido. Os alemães estavam em Paris. A França caíra, muito mais rapidamente do que qualquer um esperava. Naquele mesmo mês de junho de 1940 a União Soviética também ampliou seu império para o oeste, anexando todos os três países bálticos independentes: Estônia, Letônia e Lituânia.¹³³

A derrota rápida e avassaladora da França atrapalhou os planos de Stalin, que previa uma guerra longa entre a Alemanha e a França, como havia sido a Primeira Guerra. Quanto mais longa fosse a guerra sem a sua participação direta, maiores seriam suas possibilidades de ganho. Por outro lado, uma Alemanha poderosa demais, dominando a Europa, não convinha a seus planos. Afinal, Stalin não devia ignorar que já em *Minha luta* Hitler dizia que os eslavos eram inferiores e deveriam ser destinados à servidão. Mas, em 22 de junho de 1941, Hitler desencadeia a operação Barbarossa invadindo a União Soviética e pega Stalin de surpresa. A maior evidência de que Stalin não esperava o rompimento do pacto anglo-soviético e a invasão das tropas alemãs é o despreparo do Exército Vermelho para os combates iniciais e a lentidão de sua reação. A reação do próprio Stalin foi inusitada: quem anunciou a invasão pelo rádio foi Molotov, ao meio dia de 22 de junho, enquanto ele se refugiava, prostrado, em sua *datcha* de Kuntsevo e só se decidiu a novamente aparecer para falar ao país em 3 de julho. Stalin vinha recebendo vários avisos e sinais de

133. SNYDER, 2012, p. 182.

uma invasão iminente. O avanço de Hitler nos Balcãs foi coroado pela subjugação da Bulgária e pela conquista da Iugoslávia e da Grécia em abril. Sobre a própria fronteira germano-russa, em 1941, multiplicaram-se os voos sobre o território soviético de aviões alemães. As concentrações de blindados foram constatadas pelos serviços soviéticos. O governo americano informou Stalin da intenção de ataque alemão em março de 1941. Churchill, que se encontrava lutando sozinho contra os alemães e estava na busca desesperada por um aliado, fez com que a mesma informação fosse transmitida por seu embaixador em Moscou em abril. Stalin, que tinha a desconfiança como um traço marcante de sua personalidade, não levou em conta todas essas advertências e preferiu continuar apostando em seu pacto com Hitler. As razões de Stalin nunca se tornaram claras, mas talvez sua descrença quanto à veracidade das advertências que lhe chegavam se devesse a uma ideia de que a intenção de todas elas era fazer com que se desentendesse com Hitler.¹³⁴

Se o pacto de agosto de 1939 interrompeu um confronto histórico entre fascistas e nazistas, o rompimento do mesmo, de forma inesperada e unilateral em junho de 1941, devolve a guerra, digamos, a seu curso tido como natural: o da luta contra o avanço do fascismo, agora incorporando novamente a União Soviética à essa bandeira. Nunca é demais lembrar que a luta real contra o fascismo já tinha começado em 3 de setembro de 1939, quando a Inglaterra e a França declararam guerra contra a Alemanha, que invadira a Polônia. A resistência polonesa, por sua vez, nos mostra que fascistas e comunistas, em sua obra conjunta de agressão, não eram diferentes.

134. FURET, 1995, p. 396–397.

Pelo menos para os poloneses a guerra era ao mesmo tempo antifascista e anticomunista. O que podemos constatar com a operação Barbarossa é que:

A grande ruptura ocorrida em 22 de junho de 1941 no curso da Segunda Guerra Mundial, e que acabaria conferindo-lhe seu sentido na opinião pública, deve tudo a Hitler e nada a Stalin. Vistas do lado alemão, com efeito, suas razões são tão claras quanto obscuras ou ambíguas as do lado soviético. Embora seja um erro político capital, a invasão da URSS foi deliberadamente desejada e organizada na execução de um programa exposto cerca de vinte anos antes em *Minha luta*. A ocupação do território entre o Vístula e o Ural em nome do espaço vital alemão constitui um dos objetivos originais e fundamentais do nazismo. A única surpresa que comporta a agressão de junho de 1941 é ser realizada antes que Hitler tivesse podido fazer a Inglaterra capitular; o resto é apenas a aplicação de uma ideologia, somada à subestimação das forças do adversário. De sorte que, marchando para o Ural sob o signo do fascismo, a Wehrmacht também conferirá seu sentido universal à guerra: o antifascismo. Com isso, o comunismo recupera a bandeira que havia traído, sem mesmo precisar querê-lo. Hitler cuidou de tudo.¹³⁵

Não só Stalin recupera a bandeira do antifascismo que havia perdido com sua aliança com Hitler como também o comunismo que representa assume um novo e duradouro papel no contexto

135. FURET, 1995, p. 398.

européu, papel que só vai ser questionado depois de sua morte com a revelação de seus crimes, inclusive durante a guerra, no Relatório Krushev de 1955. Stalin, que sempre esteve muito longe de ser um democrata, agora posava como tal, já que,

de um dia para outro, a União Soviética se encontra no campo da Inglaterra, portanto ao lado das democracias, e logo receberia favores dos Estados Unidos. Ao cabo de alguns meses, a dimensão dos recursos empregados por Hitler, a selvageria da ofensiva nazista, o encarniçamento da resistência russa, fazem da União Soviética o mártir e a chance da liberdade na Europa.¹³⁶

A invasão alemã de junho de 1941 também representa uma mudança no caráter da guerra, que assume um propósito maior de extermínio em nome de uma ideologia racial. Embora, já entre 1939 e 1941, o propósito do extermínio por parte dos nazistas se revelasse na deportação e na morte de poloneses e de judeus poloneses, a perseguição, por mais cruel que fosse, ainda não tinha o massacre como finalidade confessa. Enquanto no Oeste da Europa a vitória de Hitler teve uma feição mais tradicional, a guerra promovida pelos alemães no Leste da Europa escapa inteiramente aos propósitos e características das guerras conhecidas até então:

A guerra nazista, no sentido pleno do termo, só revela sua verdadeira natureza com as instruções de Hitler na primavera de 1941. Ela não é mais esta espécie de fatalidade que leva periodicamente

136. FURET, 1995, p. 404.

as nações a se combaterem e que submete seus cidadãos soldados a intermináveis sofrimentos, mas também lhes oferece um teatro glorioso onde ilustrar seu patriotismo. Inscrita numa ideologia mais vasta do que a nação, produzida por uma ambição deliberada de dominação universal, combatendo um adversário mais genérico que o soldado ou o país em frente, perseguindo a vitória com uma ferocidade tanto maior quanto mais abstrato é seu conteúdo, a guerra nazista, presente na vontade de Hitler antes mesmo de ter ocorrido, será tragicamente fiel às intenções de seu promotor, uma vez que o povo alemão agirá como se as tornasse suas. Crime coletivo tão vasto e perpetrado com tanta minúcia, por tantos indivíduos, que conservou para o espírito uma parte de seu mistério.¹³⁷

No início de 1941, Hitler abandona seus projetos de deportação dos judeus para locais distantes da Europa como Madagascar. Se os judeus alemães representam uma parcela muito pequena de sua população e a maioria deles está integrada na sociedade alemã, os judeus do Leste da Europa são em muito maior número nessas sociedades e conservam seus costumes, suas tradições culturais e religiosas e suas comunidades. Hitler não tem como ignorar que, ao marchar para o Leste, seu exército vai encontrar os judeus ucranianos, os judeus bielo-russos, os judeus russos, as maiores concentrações demográficas do judaísmo europeu, juntamente com os judeus poloneses. A conclusão a que chega é que a política do gueto não é mais viável no contexto de suas preocupações obsessivas para

137. FURET, 1995, p. 403.

o que considerava o problema judaico. Essa política apenas atrasaria o avanço dos soldados na medida em que eles também deveriam se ocupar do agrupamento e controle dessas populações. Para essa tarefa especial de limpar dos inimigos jurados do Reich o terreno conquistado pelo Exército, são criadas então tropas não menos especiais. Essa nova forma de tratar da eliminação dos judeus acabará por se revelar limitada, justamente por causa do grande número de judeus encontrados e a serem exterminados, o que levará à decisão de Hitler pelo extermínio em campos de concentração, decisão tomada na Conferência de Wannsee em janeiro de 1942. Em 3 de março de 1941, depois de uma reunião entre Hitler e o general Jodl, decide-se pela criação dessas tropas especiais, os Einsatzgruppe, que têm como missão aparente pacificar a retaguarda após a expansão militar. Na Polônia sua missão passou a ser exterminar as classes mais cultas de um inimigo já derrotado¹³⁸. Essa nova função inaugura os tempos das matanças e anuncia as execuções em massa do verão e do outono de 1941.

O extermínio de judeus por meio de câmaras de gás teve início com uma instrução de Himmler de outubro de 1941 ao oficial da SS e chefe de polícia do distrito de Lublin Odilo Globocnik. No final de outubro de 1941, Globocnik escolheu um local para a construção de uma instalação de extermínio a gás em Belzec, a sudeste de Lublin. Em dezembro foi construída uma rampa de embarque e um curto ramal ferroviário, que permitiriam uma conexão com o trem para Belzec e que se destinava a ser um local no qual as pessoas seriam executadas com monóxido de carbono assim que chegassem, depois

138. SNYDER, 2012, p. 165.

de serem encaminhadas a compartimentos fechados sob a alegação de que para ali estavam indo para tomar um banho de chuveiro.

O programa de extermínio de judeus em câmaras de gás teve um precedente no programa de eutanásia aplicado por Hitler em deficientes físicos, doentes mentais e outras pessoas consideradas por ele “indignas de viver”. Entre 1939 e 1941, na Alemanha, seis instalações com essa finalidade foram construídas após uma série de testes asfixiando deficientes físicos poloneses em Wartheland. A equipe responsável por essas instalações incluía médicos, enfermeiras e chefes de polícia; um de seus principais organizadores era o médico pessoal de Hitler. A ciência médica do extermínio em massa era simples: o monóxido de carbono (CO) se aglutina muito melhor que o oxigênio (O₂) à hemoglobina no sangue, evitando assim que as células vermelhas desempenhem suas funções normais de levar oxigênio aos tecidos. As pessoas passavam por ostensivos exames médicos e depois eram conduzidas aos “chuveiros”, onde eram asfixiadas pelo monóxido de carbono liberado pelos canos. Se as vítimas tivessem dentes de ouro, elas eram marcadas antecipadamente com uma cruz feita em giz nas costas, de modo que os dentes fossem extraídos após a morte. As crianças eram as principais vítimas. Os pais recebiam cartas mentirosas dos médicos, dizendo que tinham morrido durante o tratamento. A maioria das pessoas que eram objeto desse programa de “eutanásia” era composta de alemães não judeus já que os judeus alemães com deficiências físicas eram simplesmente executados, sem qualquer tipo de triagem. Em agosto de 1941, Hitler interrompeu esse programa receando uma reação interna. Até então, haviam sido registradas 70.273 mortes. Em outubro de 1941, Globocnik

convocou um grupo de médicos e policiais que haviam atuado no programa de eutanásia ao distrito de Dublin para administrar as instalações de extermínio destinadas aos judeus. Cerca de 92 dos aproximadamente 450 homens que serviram a Globocnik na tarefa de asfixiar judeus em Belzec tinham experiência anterior no programa secreto para matar cidadãos alemães considerados “indignos de viver” por Hitler.¹³⁹

Um outro precedente à matança de judeus nas câmaras de gás se deu no vilarejo de Chelmno, próximo a cidade de Lodz, na Polônia ocupada. Em setembro de 1941, um furgão de gás havia sido testado nos prisioneiros de guerra soviéticos; a partir de então, os furgões de gás foram usados na Bielorrússia e na Ucrânia ocupadas, especialmente para matar crianças. A máquina mortífera em Chelmno era um furgão de gás operado sob a supervisão de Herbert Lange, que tinha anteriormente asfixiado deficientes físicos no programa de eutanásia de Hitler. A partir de dezembro de 1941 os alemães passaram a usar a instalação de Chelmno para matar judeus. Aproximadamente 145.301 judeus foram mortos em Chelmno entre 1941 e 1942. Chelmno manteve-se em operação até que a população judaica local fosse reduzida, basicamente, ao necessário para o campo de trabalhos forçados dentro do gueto de Lodz. As operações locais de extermínio foram interrompidas exatamente em abril de 1942, quando as execuções estavam começando em Belzec.¹⁴⁰

Um balanço do extermínio judeu durante a guerra apresenta os seguintes números:

139. SNYDER, 2012, p. 310–313.

140. SNYDER, 2012, p. 314.

Aproximadamente 5,4 milhões de judeus morreram durante a ocupação alemã. Quase a metade deles foi morta a leste da linha Molotov-Ribbentrop [que delimitava as áreas de controle alemãs e soviéticas dividindo a Polônia pelo pacto de 1939], em geral fuziladas, às vezes nas câmaras de gás. O restante pereceu a oeste da linha Molotov-Ribbentrop, em geral intoxicado, mas algumas vezes fuzilado. A leste da linha Molotov-Ribbentrop, 1 milhão de judeus foram mortos no segundo semestre de 1941, os seis primeiros meses da ocupação alemã. Outro milhão foi morto em 1942. A oeste da linha Molotov-Ribbentrop, os judeus ficaram sob controle alemão significativamente mais cedo, mas foram mortos mais tarde. No leste, os judeus mais economicamente produtivos, os rapazes, foram com frequência fuzilados imediatamente, nos primeiros dias ou semanas da guerra. Os argumentos econômicos se viraram contra as mulheres, crianças e velhos, que se tornaram “bocas inúteis”. A oeste da linha Molotov-Ribbentrop, foram criados guetos à espera da deportação (para Lublin, Madagascar ou Rússia) que nunca aconteceu. A incerteza em relação à derradeira versão da Solução Final entre 1939 e 1941 significava que os judeus a oeste da linha Molotov-Ribbentrop seriam forçados a trabalhar. Isso gerou um argumento econômico para sua preservação.¹⁴¹

Se, de um lado, Hitler empreende uma guerra de uma barbárie nunca vista até então, de outro, Stalin se encontra, no momento da invasão alemã de junho de 1941, com seu regime consolidado depois da repressão em massa dos anos 1930. Quando se dirige à população

141. SNYDER, 2012, p. 309.

em 3 de julho de 1941 para começar a organizar a resistência ao invasor, ele sabe que não poderia apelar para aquilo que o regime representava depois da coletivização forçada dos campos, dos enormes esforços também impostos à população em prol da industrialização pesada do país e da perseguição aos quadros políticos e do exército vermelho. Nunca é demais lembrar que, durante a década de 1930, Stalin eliminou mais compatriotas seus que tinha como adversários do que o próprio Hitler em relação aos seus inimigos políticos. Seu apelo teve de ser ao velho patriotismo russo e não à defesa do comunismo. As novas circunstâncias da guerra criam até mesmo uma certa expectativa de abrandamento do regime depois dessa espécie de comunhão nacional pela resistência. Mas não é o que se observa. A leste do país, nas imensas áreas do trabalho forçado dos Gulags, a necessidade de trabalho aumenta por causa das novas demandas do esforço de guerra e o número de deportados vai aumentar nesse período por causa do aumento da repressão devido às suspeitas doentias de traição. Chegam aos Gulags populações inteiras



Imagem 11: Soldados russos contra-atacando na batalha de Moscou em 1941.

de deportados como as de origem alemã do Volga, os *Kalmuks* e os tchetchenos.

No Ocidente, onde não se tem a experiência do que é a vida na União Soviética e onde o mundo comunista permanece sendo totalmente desconhecido, desperta-se o interesse por esse povo devido ao que

sua resistência representava em termos de esperança para os povos da Europa. Esse é o primeiro momento no qual começa a se estabelecer a nova imagem do comunismo soviético nas imaginações e mentes ocidentais: a imagem positiva da resistência e da vitória sobre o fascismo. Imagem que vem apagar a má imagem anterior de sua aliança. Imagem que também coloca em segundo plano o pouco que se conhece do massacre dos judeus, explicando em parte a indiferença dos europeus à época em relação ao mesmo:

Indiferentes ao extermínio dos judeus, eles o são por muitas razões, em que entram em doses variadas o antissemitismo, a ignorância do que se passa, a incapacidade de imaginar o espírito sistemático e o gênio do mal associados numa operação tão diabólica. E além disso, os judeus são milhões de infelizes, dispersos pela superfície da Europa, cuja sorte não pesa no resultado da guerra. Por trás da União Soviética, em compensação, os povos do Oeste veem um outro povo, os russos, que combate heroicamente o invasor em seu território e, com isso, enfraquece a Alemanha nazista através da Europa. Sobre os mapas, que vão ganhando, à medida que os comunicados se sucedem, um estranho ar de familiaridade, nomes de cidades que eles desconheciam ontem, Stalingrado, Kursk, Orel, Vitebsk, Minsk, tornam-se símbolos de um país que luta pela liberdade. A batalha contra a Alemanha nazista reinscreve a pátria de Outubro de 1917 na vanguarda a humanidade.¹⁴²

142. FURET, 1995, p. 407.

Com a vitória aliada sobre o fascismo em maio de 1945, a posição de Stalin sai fortalecida em relação a Churchill e a Roosevelt. Ao lado dessas democracias depois da invasão alemã de junho de 1941 e de certo modo a contragosto, porque muito provavelmente Stalin teria preferido continuar com sua antiga aliança, ele sai fortalecido internamente e em relação à consolidação das áreas de influência e controle do comunismo no leste europeu. De qualquer modo, no jogo das alianças, Hitler não lhe deu essa opção. Uma vez combatendo ao lado de britânicos e norte-americanos, a resistência soviética na *front* oriental foi decisiva no desfecho da guerra. A vitória em Stalingrado no início de fevereiro de 1943 foi um ponto de virada no curso da guerra. Ao final desta, o que se constata é que

a União Soviética trouxera à vitória de 1945 a mais pesada contribuição em sofrimentos consentidos e em sangue derramado. Ela dera provas de seu poderio militar, de sua coesão social, do patriotismo de seus povos. O Exército Vermelho fora o primeiro a entrar em Berlim; ocupava Varsóvia, Bucareste, Praga e Budapeste. Oferecia a Stalin uma posição inexpugnável para negociar no pós-guerra.¹⁴³

A vitória aliada sobre o fascismo se torna inquestionável como também não é questionada a exigência de rendição incondicional dos alemães da mesma forma que os excessos desses exércitos aliados em combate ao final da guerra, com o bombardeio arrasador de cidades inteiras, como o foi o de Dresden em fevereiro

143. FURET, 1995, p. 414.

de 1945, nos quais a população civil pagou um preço muito elevado por seu consentimento, velado ou não, ao nazismo. A Alemanha sai da guerra inteiramente vencida e mais arrasada que o foi em 1918. Enquanto a vitória aliada de 1918 foi questionada por muito tempo, em relação à vitória de 1945 existia um consenso, o de que se tratava de uma vitória da civilização sobre a barbárie. Hitler e seu regime saem da guerra condensando todos os males e, por isso, “talvez nunca na História a força das armas tenha parecido tão legítima quanto a da coalizão antinazista no momento da vitória, envolta no triunfo da liberdade”.¹⁴⁴



Imagem 12: Mulheres alemãs lavando roupa com água de um hidrante em uma rua de Berlim em 3 de julho de 1945.

144. FURET, 1995, p. 413.

Pouco importava, no momento da vitória, se antes de 1939 a escala da repressão soviética era maior do que a do regime nazista. Pouco importava que, avançando na expulsão do exército alemão e libertando as nações da Europa centro-oriental de seu jugo, o Exército Vermelho multiplicou as violações e saques à sua passagem e reforçou nessas populações um temor antigo de que uma vez os soviéticos ocupando seu território eles não mais sairiam. O pós-guerra acabou por confirmar que esses temores não eram infundados. A vitória naquele momento era a da democracia contra o totalitarismo, da liberdade contra a tirania, enfim, do antifascismo contra o fascismo, e, por todos os lados que se olhasse, ao lado dos aliados vitoriosos estava Stalin e o comunismo soviético como os grandes vencedores do fascismo, que, aliás, as democracias europeias não conseguiram deter em sua escalada, pouco importando que para a escalada do nazismo, entre 1939 e 1941, a URSS também tenha dado a sua contribuição.

Ao final da guerra a Europa se encontrava arrasada tanto em termos de perdas de vidas como de destruição material e do meio ambiente. O quadro era desolador:

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, a perspectiva da Europa era de miséria e desolação total. Fotografias e documentários da época mostram fluxos patéticos de civis impotentes atravessando paisagens arrasadas, com cidades destruídas e campos áridos. Crianças órfãs perambulavam melancólicas, passando por grupos de mulheres exaustas que reviram montes de entulho. Deportados e prisioneiros de campos de concentração, com as cabeças raspadas e vestindo pijamas listrados, fitam

a câmera com indiferença, famintos e doentes. Até os bondes parecem traumatizados – impulsionados por corrente elétrica intermitente, aos trancos, ao longo de trilhos danificados. Tudo e todos – exceto as bem-nutridas forças de ocupação – parecem surrados, desprovidos de recursos, exauridos.¹⁴⁵

As perdas materiais dessa Europa arrasada pela guerra são imensas. Por elas temos uma ideia mais precisa do quanto uma guerra de grandes proporções afeta as condições de vida das pessoas, além, é claro, da própria destruição da vida daqueles que morreram em combate ou em bombardeios. Elas também nos dão uma ideia bem precisa das dificuldades que se apresentavam para a reconstrução europeia no imediato pós-guerra e ao mesmo tempo da ausência de recursos a serem mobilizados para tal reconstrução.

Reproduzimos abaixo as informações detalhadas de Tony Judt sobre a destruição provocada pela guerra:

Poucas cidades europeias, a despeito de seu tamanho, conseguiram escapar ilesas da guerra. Por um acordo informal ou por sorte, os centros clássicos, medievais e renascentistas de algumas célebres cidades europeias – Roma, Veneza, Praga, Paris, Oxford – jamais foram alvejados. Mas, no primeiro ano de guerra, bombardeiros alemães arrasaram Roterdã e destruíram Coventry, cidade industrial inglesa. A Wehrmacht riscou do mapa muitos vilarejos nas rotas de invasão através da Polônia e, mais tarde, também da Jugoslávia e da União Soviética. Bairros

145. JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 27.

inteiros no centro de Londres, sobretudo nas áreas pobres em torno das docas do East End, foram vítimas da *blitzkrieg* da Luftwaffe no decorrer da guerra.

Mas o maior dano material foi causado pelos bombardeios sem precedentes realizados pelos aliados ocidentais em 1944 e 1945 e pelo avanço implacável do Exército Vermelho, desde Stalingrado até Praga. As cidades litorâneas francesas de Royan, Le Havre e Caen foram estripadas pela força aérea norte-americana. Hamburgo, Colônia, Dusseldorf, Dresden e dezenas de outras cidades alemãs foram arrasadas pelas bombas múltiplas lançadas de aviões britânicos e norte-americanos. No Leste Europeu, 80% da cidade de Minsky, na Bielorrússia, estavam destruídos ao final da guerra; Kiev, na Ucrânia era uma ruína ardendo a fogo lento; e, no outono de 1944, Varsóvia, a capital polonesa, foi incendiada e dinamitada, casa por casa, rua por rua, pelo exército alemão em retirada. Quando a guerra da Europa acabou – quando Berlim caiu nas mãos do Exército Vermelho, em maio de 1945, depois de aguentar 40 mil toneladas de bombas nos 14 dias finais – grande parte da capital alemã estava reduzida a montes de escombros e metal retorcido soltando fumaça. Dos prédios da cidade, 75% estavam inabitáveis. As cidades em ruínas eram a prova mais evidente – e captada em fotografias – da devastação, e passaram a servir de uma espécie de emblema que expressava a tristeza da guerra. Uma vez que a maior parte da destruição fora imposta a casas e prédios residenciais e que, conseqüentemente, era imenso o número de sem-teto (estimativas apontam 25 milhões na União Soviética; 20 milhões na Alemanha, dos quais 500 mil só em Hamburgo), a paisagem urbana coberta de escombros constituía a lembrança

mais imediata da guerra recém-acabada. Mas não era a única. No Oeste Europeu, os sistemas de transporte e comunicação estavam seriamente avariados: das 12 mil locomotivas existentes na França antes da guerra, apenas 2.800 funcionavam quando da rendição alemã. Muitas ferrovias, rodovias e pontes tinham sido explodidas – fosse pelos alemães em retirada, pelo avanço dos Aliados ou, ainda, por ações da Resistência Francesa. Dois terços da frota mercante francesa tinham sido afundados. Somente em 1944 e 1945 a França perdeu 500 mil residências.

Mas os franceses – tanto quanto os britânicos, belgas, holandeses (que perderam 200 mil hectares de terras inundadas pelos alemães e que, se levamos em conta a situação do país antes da guerra, viram, em 1945, sua rede de transportes ferroviários, rodoviários e aquáticos por meio de canais reduzida a 40% do que era), dinamarqueses, noruegueses (que no decurso da ocupação alemã perderam 14% do capital do país antes da guerra) e até italianos – tiveram sorte, embora não soubessem disso. Os verdadeiros horrores da guerra aconteceram mais a leste. Os nazistas trataram os europeus ocidentais com certo respeito, ainda que para melhor poderem explorá-los, e os europeus ocidentais retribuíram a deferência fazendo relativamente pouco para atrapalhar o esforço de guerra alemão. No Leste e Sudeste europeus, as forças de ocupação alemãs foram impiedosas, e não apenas porque a resistência local – na Grécia, na Iugoslávia e na Ucrânia, especialmente – travava contra elas uma batalha tão incansável quanto inútil. No Leste Europeu, as conseqüências materiais da ocupação alemã, do avanço soviético e da ação da resistência foram, portanto, de ordem bastante diversa em relação à experiência da

guerra no Ocidente. Na União Soviética, 70 mil vilarejos e 1.700 cidades de pequeno porte foram destruídas durante a guerra, além de 32 mil fábricas e 64 mil quilômetros de ferrovias. Na Grécia, dois terços da frota da Marinha Mercante, vital para o país, foram perdidos, um terço das floretas foi arrasado e milhares de vilarejos foram riscados do mapa. Entrementes, a política alemã de fixar o custo da ocupação de acordo com as necessidades germânicas e não com a capacidade de desembolso dos gregos provocou hiperinflação.

A Iugoslávia perdeu 25% dos seus vinhedos, 50% do gado, 60% das estradas, 75% das terras cultivadas e das pontes em linhas férreas, uma em cada cinco residências, bem como a terça parte do limitado potencial da indústria do país – além de 10% da população que existia antes da guerra. Na Polônia, três quartos das ferrovias de bitola padrão ficaram imprestáveis, e uma fazenda em cada seis faliu. A maioria dos vilarejos e cidades do país mal podia funcionar (ainda que somente Varsóvia estivesse totalmente destruída).¹⁴⁶

Contudo, se as perdas materiais foram imensas, muito piores foram as perdas humanas. Estima-se que cerca de 36,5 milhões de europeus morreram, entre 1939 e 1945, de causas relacionadas à guerra. Vale notar que essa estimativa não inclui as baixas de japoneses, norte-americanos e nem de povos não europeus. O número de mortos entre civis não combatentes foi de ao menos 19 milhões, ou seja, mais da metade do total. O número de mortos entre os civis

146. JUDT, 2008, p. 30–31.

superou as baixas militares na União Soviética, Hungria, Polônia, Iugoslávia, Grécia, França, Holanda, Bélgica e Noruega. Somente no Reino Unido e na Alemanha as baixas militares superaram de modo significativo as baixas entre os civis.¹⁴⁷

Nos últimos meses da guerra, milhões de civis – a maioria dos quais alemães – fugiam à frente do Exército Vermelho enquanto este avançava no sentido oeste, entrando na Europa Central e na Prússia Oriental. Enquanto avançavam, os soldados soviéticos destruíam o que encontravam pela frente. As principais vítimas eram homens adultos (quando sobreviviam) e mulheres de qualquer idade. Em Viena, segundo registros de clínicas e médicos, 87 mil mulheres foram estupradas por soldados soviéticos nas três semanas subsequentes à chegada do Exército Vermelho na cidade. Em Berlim, ocorreu um número ligeiramente mais elevado de estupro de mulheres durante a marcha soviética que ocupou a cidade, a maioria dos casos acontecendo na semana de 2 a 7 de maio, logo antes da rendição alemã. Esses números são subestimados por não incluírem os ataques a mulheres cometidos em vilarejos e cidades localizados na rota das forças soviéticas durante a marcha pela Áustria através do oeste da Polônia até a Alemanha. Embora não funcionasse como atenuante para seu comportamento, muitos desses soldados da infantaria e de pelotões de tanques tinham lutado por três terríveis anos, numa série de ininterrupta de batalhas e marchas pelo oeste da União Soviética, pela Rússia e pela Ucrânia. Durante o avanço, eles viram e ouviram inúmeras provas de atrocidades perpetradas pelos alemães contra prisioneiros de guerra, civis e membros

147. JUDT, 2008, p. 31–32.

da resistência durante seu avanço triunfante até o Volga e próximo de Moscou e Leningrado, e depois em sua retirada não menos sangrenta e impiedosa. O Exército Vermelho estuprou e saqueou na Hungria, Romênia, Eslováquia e Iugoslávia. No entanto, as mulheres alemãs foram as que mais sofreram. Em 1945 e 1946, entre 150 mil e 200 mil bebês filhos de pais russos nasceram na zona alemã sob ocupação soviética, e esses números não incluem os incontáveis casos de abortos, em virtude dos quais muitas mulheres morreram. Muitos dos recém-nascidos sobreviventes engrossaram as estatísticas dos órfãos e dos sem-teto, o que T. Judt chama de “destroços humanos da guerra”. Somente em Berlim, no final de 1945, havia 53 mil crianças perdidas. Os jardins Quirinale, em Roma, ficaram conhecidos, durante algum tempo, como local de encontro de milhares de crianças italianas mutiladas, desfiguradas e perdidas. Na Tchecoslováquia liberada havia 49 mil pequenos órfãos; na Holanda, 60 mil; na Polônia estima-se que o número de órfãos estivesse em torno de 200 mil; na Iugoslávia, talvez 300 mil.¹⁴⁸

Outro problema grave do imediato pós-guerra era aquele representado pelas populações deslocadas e deportadas e pelos refugiados de guerra. Durante a guerra, Stalin prosseguiu em sua política de deslocar povos inteiros através do império soviético. Entre 1939 e 1941, enquanto esteve ocupando a Polônia, a partir do oeste da Ucrânia e da região do Báltico, mais de um milhão de pessoas foram deportadas para o leste. Naqueles mesmos anos, Hitler expulsou 750 mil lavradores poloneses que viviam no oeste do país, forçando-os a seguir para o leste, e ofereceu as terras evacuadas aos

148. JUDT, 2008, p. 33–34.

cidadãos de origem étnica alemã oriundos de regiões ocupadas no Leste Europeu. Essa oferta atraiu 120 mil alemães da região do Báltico, 136 mil da Polônia sob ocupação soviética e 200 mil da Romênia, dentre outros. Poucos anos mais tarde todos esses migrantes de origem alemã seriam expulsos dessas terras. Somadas as cifras, Stalin e Hitler, entre 1939 e 1943, expatriaram, deslocaram, deportaram e dispersaram cerca de 30 milhões de pessoas. Com a retirada dos exércitos do Eixo, o processo foi revertido. Alemães recentemente deslocados juntaram-se a milhões oriundos de comunidades germânicas já enraizadas por todo o Leste Europeu em fuga à frente do Exército Vermelho. Os que conseguiram chegar são e salvos à Alemanha se juntaram a uma multidão de deslocados de guerra de outras regiões.¹⁴⁹

Do leste vinham bálticos, poloneses, ucranianos, cossacos, húngaros, romenos e outros povos. Alguns apenas fugiam dos horrores da guerra enquanto outros fugiam rumo ao oeste para não serem submetidos ao regime comunista. Na Alemanha e na Áustria, além dos milhares de soldados da Wehrmacht detidos pelos Aliados e de soldados aliados recém-libertados dos campos de prisioneiros alemães, havia muitos cidadãos não germânicos que tinham lutado contra os Aliados, a favor dos alemães ou sob comando alemão. Havia também homens e mulheres recém-libertados que tinham sido recrutados pelos nazistas para trabalhar na Alemanha. A maioria desses trabalhadores tinha sido levada à força para a Alemanha, mas não todos eles. Mesmo com os salários irrisórios pagos pelos alemães, muitos trabalhadores provenientes do Leste Europeu, dos

149. JUDT, 2008, p. 36.

Bálcãs, da França, da Bélgica, da Holanda e de Luxemburgo tinham melhores condições de vida na Alemanha que em seus países de origem. Em setembro de 1944 havia mais de 2 milhões de trabalhadores de origem soviética na Alemanha. Destes, mesmo quando recrutados à força, muitos não desejavam voltar para sua pátria depois da guerra. Outro grupo de deslocados de guerra eram os sobreviventes dos campos de concentração. Eram pessoas que foram enviadas para os campos devido à sua oposição política ou religiosa ao nazismo e ao fascismo, resistência armada, punições coletivas por ataques desferidos contra soldados ou instalações da Wehrmacht, pequenas infrações das normas de ocupação, atividades criminosas verdadeiras ou fictícias e, é claro, enquadramento nas leis raciais nazistas. Essas pessoas tinham sobrevivido em campos onde, ao final da guerra, cadáveres se empilhavam e doenças de todos os tipos eram endêmicas: disenteria, tuberculose, tifo, broncopneumonia, gastroenterite, gangrena e muitas outras. Dos poucos sobreviventes judeus libertados dos campos, quatro em cada dez morreram poucas semanas depois da chegada dos exércitos aliados. A grande maioria desses sobreviventes e deslocados pela guerra procuravam chegar à Alemanha, que era onde se localizavam as agências de ajuda humanitária e os acampamentos dos Aliados. Juntaavam-se a essas pessoas as populações de origem alemã que foram expulsas de regiões ocupadas pelos nazistas. Em junho de 1945 as terras de alemães da região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, foram desapropriadas; em agosto estes alemães perderam sua condição de cidadãos tchecos e, até o final de 1946, quase 3 milhões de alemães que viviam na Tchecoslováquia, a maioria originária da região dos Sudetos, foram expulsos e enviados para a Alemanha. Cerca de

267 mil deles morreram nesse deslocamento. Da Hungria, outros 623 mil indivíduos de origem alemã foram expulsos; da Romênia 786 mil; da Iugoslávia, cerca de meio milhão; e da Polônia, 1,3 milhão.¹⁵⁰

Ao final da guerra qualquer balanço que se fizesse a respeito da mesma chegaria a resultados catastróficos. A guerra produziu apenas devastação e morte. No entanto, os regimes políticos que se encontravam em sua origem, tanto o comunismo como o fascismo, diziam pretender uma sociedade melhor. As democracias também sempre almejavam um mundo melhor, mas os verdadeiros democratas sabem dos limites da democracia. Naquele momento em que se pensava em reconstruir aquela Europa devastada, evidentemente que o fascismo nada tinha a dizer sobre o futuro imediato. O desafio da reconstrução se colocava para as democracias e também para o comunismo. Os soviéticos, a partir da morte de Stalin em 1953, procuraram reformar sua sociedade, preservando a ideia comunista, em um processo que foi até o final dos anos 1980 e que acabou por revelar o quanto aquele regime tinha de impossibilidade de se renovar, acabando por desmoronar com a queda do muro que separava as duas Alemanhas e o próprio fim da União Soviética. As democracias europeias, com a ajuda dos norte-americanos, tiveram que enfrentar o desafio da reconstrução evitando os erros do pós-Primeira Guerra, erros que foram ao menos em parte responsáveis pela ascensão dos regimes não democráticos do entre guerras. Para aqueles que ainda acreditavam na democracia, o desafio era reconstituir as economias, as sociedades, as instituições e a cultura democrática de uma forma tal que se preservasse a paz.

150. JUDT, 2008, p. 37–40.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um livro indispensável, em que discute o quanto a tentação do bem pode produzir o mal a partir do exame da experiência do século XX, Tzvetan Todorov nos fala da gramática do humanismo *vis-à-vis* à gramática do totalitarismo, nos seguintes termos:

A gramática do humanismo implica a distinção de três pessoas: o *eu* que exerce sua autonomia; o *tu*, simultaneamente distinto dele e situado no mesmo plano que ele (cada *tu* se torna por sua vez *eu*, e vice-versa), um *tu* que assume sucessivamente ou simultaneamente os papéis de colaborador, de rival, de conselheiro, de objeto de amor e assim por diante; por fim os *eles*, a comunidade da qual se faz parte, e até a humanidade inteira, concebida fora das relações pessoais, na qual todos os indivíduos são dotados da mesma dignidade. Já a gramática do totalitarismo só conhece duas pessoas, o *nós* que absorveu e eliminou as diferenças entre *eus* individuais; e o *eles*, os inimigos a combater, e mesmo a abater.¹⁵¹

A reconstrução das sociedades do pós-guerra enquanto sociedades democráticas teria de passar pela reconstrução da autonomia individual de cada um e pela reconstrução da autonomia coletiva dessas comunidades. Uma forma de garantir que a autonomia individual se afirme, embora não absolutamente, como não poderia deixar de

151. TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*: indagações sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002. p. 52.

ser, já que a autonomia de cada um esbarra sempre na autonomia do outro, é a conquista do pluralismo, a começar pela afirmação do caráter laico das democracias, onde se separa o teológico do político e o divino do humano. Cada um deve ser livre para possuir a crença que deseja e ter garantidos seus espaços de culto, tanto na esfera pública como no escopo da vida privada. Era necessário reconstituir também as próprias esferas privadas e públicas da vida enquanto esferas separadas e autônomas. Em uma sociedade democrática a autonomia pessoal não decorre da autonomia coletiva, da mesma forma que o mundo das relações pessoais não se confunde com o das relações que se estabelecem entre os homens pelo fato de viverem em sociedade. Dessa vida em sociedade é que o Estado deve se encarregar, baseando-se sua ação no ideal da justiça. O ideal de justiça, aliás, deve se situar acima da vontade geral e da vontade individual. Mas o Estado não deve de forma alguma se intrometer no mundo das relações pessoais. Este é constituído por princípios especiais que devem escapar necessariamente ao domínio do Estado. É nas relações pessoais e na vida privada e individual que as pessoas se tornam seres únicos, uns em relação aos outros, seres insubstituíveis.¹⁵²

A autonomia coletiva também tinha de ser reconstituída. Os Estados totalitários afirmavam defender a autonomia coletiva e representarem a vontade do povo. Mas isso nunca ocorreu. O Estado nazista não representava o povo alemão na medida em que eliminou todos os mecanismos efetivos de representação política, prevalecendo a vontade do partido. O mesmo se pode dizer do Estado soviético, que também não representava a vontade dos operários, os

152. TODOROV, 2002, p. 21–22.

quais este Estado dizia ter como razão de sua existência. Tais Estados obedeciam ao princípio da liderança e da vontade do partido único. Não representavam a vontade do povo, mas eram ciosos na perseguição de todos aqueles que lhes faziam oposição, os quais eram vistos não como adversários políticos e sim como inimigos a serem eliminados. A categoria de inimigo do povo era sempre usada para perseguir os adversários reais ou pressupostos do regime. O Estado exigia de cada um uma fidelidade absoluta às ideias e orientações do partido e de sua liderança.

Na Europa do imediato pós-guerra, onde o saque, o desrespeito aos direitos individuais, aos direitos humanos, ao direito de ir e vir e ao direito de propriedade tinham sido a regra, tratava-se de restaurar o Estado de direito e uma forma de convivência mais harmoniosa entre as pessoas, que lhes permitissem refazer suas vidas. O choque de realidade da guerra representava também a oportunidade de reconstruir a sociedade sem se iludir com utopias que prometiam um mundo perfeito, uma espécie de paraíso sobre a terra, como aquelas das quais os regimes totalitários fizeram uso. Era tempo de lembrar que:

O totalitarismo contém uma promessa de plenitude, de vida harmoniosa e de felicidade. É verdade que ele não a cumpre, mas a promessa continua ali, e sempre podemos pensar que a próxima vez será a boa, e que seremos salvos. A democracia liberal não comporta promessa semelhante; empenha-se somente em permitir que cada um, por si mesmo, busque a felicidade, harmonia e plenitude. Na melhor das hipóteses, garante a tranquilidade dos cidadãos, a participação destes na condução dos assuntos

públicos, a justiça nas relações deles entre si e com o Estado; ela não promete absolutamente a salvação. A autonomia corresponde ao direito de buscar por si mesmo, e não à certeza de encontrar.¹⁵³

As utopias são necessárias a todos nós e a democracia não tem como renunciar a elas. Todos desejamos um mundo melhor. Para os europeus que saíam da guerra então, a esperança de um mundo novo era fundamental para reconstruírem suas vidas. A democracia não deve nunca se resignar ao mundo como ele é. Embora reconhecendo que o mundo é como é, e não como deveria ser, não estamos perante as opções entre a renúncia resignada a todo ideal e a aceitação de quaisquer meios para impor esse ideal. A distinção entre o que é e o que deveria ser não é definida apenas pela razão e implica escolhas políticas e individuais que precisam ser respeitadas. Nunca é demais lembrar que a utopia democrática, como qualquer utopia, tem o direito de existir, desde que não procure impor-se pela força, aqui e agora.¹⁵⁴

Vivemos hoje em um mundo voltado para os prazeres e confortos da vida privada e para o consumo, pelo menos na parte do mundo que se convencionou chamar de mundo ocidental, embora nem todos nestas sociedades se apeguem inteiramente a tais valores. Por mais que nos pareça evidente essa busca da satisfação dos desejos imediatos e das necessidades materiais, busca que é legítima porque as pessoas têm direito a uma vida com mais conforto e lazer, o fato é que as pessoas necessitam de algo mais para encontrar algum sentido em suas existências. Os regimes totalitários do século XX sabiam disso e

153. TODOROV, 2002, p. 30.

154. TODOROV, 2002, p. 43.

por isso diziam procurar algo completamente diferente dos valores da vida burguesa. Sendo assim, devemos ter sempre em mente que:

As democracias, sob o risco de pôr sua própria existência em perigo, não têm o direito de ignorar essa necessidade humana de transcendência. Como evitar que ela leve a catástrofes comparáveis àquelas que o totalitarismo provocou no século XX? Não ignorando essa aspiração, mas separando-a resolutamente da ordem social. O absoluto não convive bem com as estruturas de Estado; isto não quer dizer que ele possa desaparecer. A mensagem original de Cristo era clara: “Meu reino não é deste mundo”; isso não significa que o reino não exista, e sim que se encontra no espírito de cada um, mais que nas instituições públicas. Essa mensagem foi posta entre parênteses durante longos séculos, quando o cristianismo se tornou uma religião de Estado. Hoje, a relação com a transcendência não é menos necessária que outrora; para evitar o desvio totalitário, ela deve se manter estranha aos programas políticos (nunca se construirá o paraíso sobre a terra), mas iluminar a partir de dentro a vida de cada pessoa. Pode-se viver o êxtase diante de uma obra de arte ou de uma paisagem, rezando ou meditando, praticando a filosofia ou vendo uma criança sorrir. A democracia não satisfaz a necessidade de salvação ou de absoluto; nem por isso pode permitir-se ignorar a existência dessa necessidade.¹⁵⁵

A partir da Revolução Francesa e ao longo de todo o século XIX se procurou construir na Europa uma cultura democrática cada vez

155. TODOROV, 2002, p. 44.

mais inclusiva, embora essa construção se desse com avanços e retrocessos. Os democratas radicais pressionavam por uma inclusão que os democratas mais moderados entendiam que deveria se dar com mais cautela. O que estes temiam é que o avanço terminasse por fornecer a oportunidade para que demagogos e populistas se apropriassem do poder e produzissem retrocessos com seu personalismo. A revolução de 1848 na França acabou por mostrar que os que não acreditavam num avanço inexorável da democracia tinham razão. Depois de deporem o rei Luís Felipe, instituírem a Segunda República e conquistarem o voto universal masculino nesse mesmo ano, os franceses fizeram do sobrinho de Napoleão Bonaparte, Luís Napoleão, o primeiro presidente eleito pelo voto direto, o que não era pouca coisa à época. No entanto Luís Napoleão, sendo impedido de concorrer à presidência em um segundo mandato em 1851, dá um golpe de Estado e cria o Segundo Império, tornando-se imperador, como Napoleão III, no final de 1852, o que representou um grande retrocesso para a democracia na França. As práticas políticas de Napoleão III e também de seu rival alemão Bismarck, que acabaria por derrotá-lo em 1870, ficaram conhecidas pelo nome de cesarismo político, uma mistura de centralização política e culto da personalidade pelo qual esses personagens diziam representar o povo de uma forma direta e sem necessidade de mediação.

A Primeira Guerra Mundial foi um longo conflito que acabou por contribuir para um descrédito das democracias e também dos regimes absolutistas que se envolveram nele. Em 28 de junho de 1914 ocorre o atentado ao herdeiro do trono Austro-húngaro, Francisco Ferdinando, em Sarajevo, que o leva à morte e à de sua esposa Sofia, o que acaba por levar à guerra pela falta de habilidade dos diplomatas,

principalmente alemães, em superar esse incidente. Embora numa visão retrospectiva se possam encontrar razões de todos os lados para explicar os interesses de cada nação na guerra, caso se pudesse prever que o conflito fosse se prolongar tanto, e prever os estragos que trouxe, as divergências talvez tivessem sido superadas. As populações europeias saem da guerra com um desencanto em relação à política que acabará por se tornar um terreno fértil para revoluções, tanto à esquerda quanto à direita, que se produzem nos anos 1920 e 1930, a começar pela Revolução Russa em 1917 e passando pela ascensão do fascismo italiano e do nazismo. Os retrocessos políticos do século XIX não passam de pequenos recuos se os compararmos com o que os regimes totalitários do século XX representaram. O nazismo e o comunismo soviético têm o mesmo desprezo pela democracia e se baseiam ambos no partido único que se confunde com o Estado, na ideologia onipresente que impossibilita a liberdade de pensamento e no terror político exercido por uma polícia secreta da qual ninguém pode se considerar a salvo exceto o grande líder.

A Segunda Guerra Mundial foi uma guerra na qual o que se produziu de destruição e morte só encontra um paralelo na Primeira Guerra. Ela ficou conhecida como a guerra das democracias contra o fascismo, embora um dos principais responsáveis por essa vitória, o regime soviético, não tivesse nada de democrático e tivesse sido aliado do nazismo no início da guerra. Depois de tanta destruição causada pela guerra, foi necessário reconstruir materialmente e também reconstruir as instituições naquela Europa devastada. A democracia se sente ameaçada novamente pelo descrédito em relação à sua própria incapacidade de novamente evitar uma grande guerra, como também pela alternativa que passava a ser o

comunismo vitorioso naquele momento. O período posterior da guerra fria veio a mostrar o quanto o embate entre democracia e comunismo representou de problemas, dentre eles a ameaça de uma nova guerra de grandes proporções. De qualquer modo, a reconstrução europeia se deu, produzindo um nível de vida que poucos lugares no restante do mundo conseguiram reproduzir. Embora se tenha conseguido evitar uma nova guerra mundial de grandes proporções, guerras localizadas, com seus mortos e refugiados ainda é algo que até este início de século XXI afeta os europeus e não apenas eles. Afinal, a democracia não tem como resolver todos os nossos problemas. Ela tem apenas a modesta pretensão de ser o melhor dos meios para convivermos com nossas diferenças, diferenças que são, aliás, salutares. Na medida em que a democracia torne isso possível, todo o empenho que historicamente se deu para que ela se tornasse a forma mais aceitável e valorizada de convivência política se justifica. O exame da trajetória do aperfeiçoamento das instituições políticas ao longo do século XIX e do século XX, pela qual a democracia revela que ela mesma não se mostra como um regime político perfeito nem propriamente uma meta a ser atingida, representa uma história rica em experiências a ser considerada e valorizada neste século XXI, no qual o respeito pelas diferenças e a busca de uma convivência mais fraterna e humana entre nós ainda é algo que devemos buscar e preservar. Não podemos nos esquecer do preço que se pagou em momentos em que isso foi deixado de lado. A melhor forma de vivermos em sociedade ainda é e dificilmente deixará de ser com os valores democráticos. Para constatar isso, basta olharmos para nosso passado não tão distante, ou seja, para nossa história contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARTHUR, Max. *Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial: uma nova história contada por homens e mulheres que vivenciaram o primeiro grande conflito do século XX*. Tradução de Marco Antônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. (Compilação de Max Arthur em associação com o Museu Imperial de Guerra britânico).

BLOCH, Marc. Souvenirs de guerre, 1914–1915. In: _____. *L'histoire, la guerre, la résistance*. Paris: Gallimard, 2006. p. 119–163.

CARTER, Miranda. *Os três imperadores: três primos, três impérios e o caminho para a Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

ENGLUND, Peter. *A beleza e a dor: uma história íntima da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Fernanda S. Akesson. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria P. Cordeiro. São Paulo: Scritta, 1995.

FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*, volume 1, A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*, volume 3, O cultivo do ódio. Tradução de Sérgio G. de Paula e Viviane L. Noronha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914–1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOWARD, Michael. *Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: LP&M, 2011.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SHIRER, William L. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, volume 1, Triunfo e consolidação (1933–1939). Tradução de Pedro Pomar. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SNYDER, Timothy. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stálin*. Tradução de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Record, 2012.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. Tradução de Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002.

TULARD, Jean. *Napoleão, O mito salvador*. Tradução de Sérgio Cerqueira. Niterói: Casa Jorge, 1996.

VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*, volume 1. Tradução da edição inglesa de Joubert O. Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

SOBRE O AUTOR

Geraldo Antonio Soares

Natural da cidade de Capitólio, em Minas Gerais, possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV (1982), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1990) e doutorado em História e civilizações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris – França (1997). Professor titular da área de História moderna e contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Trabalha com a história da Europa no século XX, principalmente no que se refere à primeira metade do século, voltando-se para temas como a política, a cultura, a literatura, o cotidiano e a vida privada.